

GT 1

Textos Completos

Culturas juvenis, flexibilidades e mobilidades – as ocupações desejadas¹

¹ O conteúdo e a formatação dos artigos aqui expostos são de responsabilidade das autoras e dos autores dos trabalhos.

EMPREENDEDORISMO OU AUTOEMPREGO – A REALIDADE DE MICROEMPREENDEDORES DO LITORAL PARANAENSE

Lucia H Alencastro - Universidade Federal do Paraná
luciah.alencastro@gmail.com
Bolsa CAPES/PROSUP – Doutorado

RESUMO

Atualmente é incontestável o amplo crescimento do empreendedorismo no país e o amplo debate em torno deste segmento. Entretanto, tornam-se cada vez mais frequentes questões relacionadas ao autoemprego, ou abertura de um pequeno negócio como forma de geração do próprio trabalho, associado ao tema e às discussões voltadas ao empreendedorismo, seja em alguns casos como sinônimo ou elemento pertencente à categoria. Assim, coloca-se como objetivo da presente reflexão, uma breve análise sobre o empreendedorismo segundo alguns dos seus condicionantes históricos a fim de compreender sua relação com o autoemprego no Brasil. Partiu-se de discussões teóricas abordando ambas as categorias para delimitar possíveis encontros e desencontros. Buscou-se também uma aproximação com a realidade vivenciada por estes trabalhadores (as), a partir de pesquisa realizada na Universidade Federal do Paraná – UFPR, no ano de 2013.

INTRODUÇÃO

Na atualidade é incontestável o debate em torno do empreendedorismo, sobretudo em função de sua forte articulação às discussões voltadas ao desenvolvimento local e regional. Diferentes instituições têm realizado pesquisas e análises a fim de dimensionar indicadores e índices representativos do setor. Somam-se ainda investimentos governamentais direcionados ao estímulo e fortalecimento deste segmento, visando ainda à consolidação e ampliação da expectativa de vida destas organizações no país. Segundo Campos e Duarte (2013), esse movimento resultou na constituição do empreendedorismo como área do conhecimento científico, se configurando também em campo de formação acadêmica.

Ao tomarmos como referência o crescimento do empreendedorismo no Brasil nos últimos anos, torna-se inegável a importância desse segmento na geração de trabalho e renda. Na última década os índices indicam que às micro e pequenas empresas (MPE), alicerçadas por políticas públicas de fomento e aliadas às políticas de crédito, apresentam resultados capazes de confirmar expressiva participação na estrutura produtiva nacional. Segundo informações divulgadas pelo Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2012), em 2000, eram 4,2 milhões de empreendimentos, totalizando em 2010 6,1 milhões em atividade. Nessa perspectiva é possível constatar que nos anos 2000 ocorreu a criação de aproximadamente 1,9 milhão de novos empreendimentos. Além disso, o Brasil aparece em quarto lugar em termos do número de empreendedores. No total são 37 milhões de pessoas que já possuem um negócio ou se mobilizaram para ter o seu próprio negócio.

Destaca-se que um dos fatores que contribui para esse crescente movimento de empreendedorismo no Brasil encontra-se diretamente vinculado às políticas de estabilização da economia, que surgiram em resposta à expansão do processo de globalização mundial com o fechamento de grandes empresas no país e o consequente agravamento do desemprego, sobretudo no final da década de 90. Na carência de alternativas de empregabilidade, muitos funcionários demitidos visualizam na abertura do seu negócio a possibilidade de gerar o seu próprio trabalho (DORNELAS, 2008). Em alguns casos aliados a busca de autonomia e rompimento com relações de submissão patronal. Além disso, há algumas pessoas que visualizam uma ocasião favorável, como nas oportunidades geradas no campo da internet e mesmos aqueles que herdaram do meio familiar um negócio ou, na vivência do desemprego se integram ao fortalecimento e desenvolvimento de empreendimentos familiares.

Ainda que existam diferentes fatores que contribuam para o desenvolvimento do empreendedorismo, alguns estudos (Assunção, 2008; Freire, 1992; Gomes, 2009) tem destacado dificuldade de acesso ao emprego, muitas vezes, como determinante na “opção” pela abertura do próprio negócio. Nessa perspectiva, surge o autoemprego, ou abertura de um pequeno negócio como forma de geração do próprio trabalho, associado ao tema e às discussões voltadas ao empreendedorismo, seja em alguns casos como sinônimo ou elemento pertencente à categoria.

Neste sentido, coloca-se como objetivo da presente reflexão, uma breve análise sobre o empreendedorismo segundo alguns dos seus condicionantes históricos a fim de compreender sua relação com o autoemprego no Brasil. Partiu-se de discussões teóricas abordando ambos conceitos a fim de delimitar possíveis encontros e desencontros. Em seguida, buscou-se a aproximação destas discussões com a realidade vivenciada por trabalhadores (as) de um município do Litoral Paranaense a partir da análise dos dados do Relatório de Pesquisa 2013, realizado pela Incubadora de Projetos Econômicos e Sociais de Base Solidária (IPESS) da UFPR – Setor Litoral. Nesta pesquisa denominada: Diagnóstico e Caracterização dos Empreendedores e Empreendimentos Associados à Associação de Micro e Pequenas Empresas do Litoral do Paraná – AMPEC, no total foram entrevistados 36 pequenos empreendedores (as) por meio de questionário de cunho quantitativo, mas envolvendo algumas questões abertas, de cunho qualitativo. Com este instrumento foram abordados os seguintes aspectos: caracterização do empreendimento e do empreendedor; gestão do negócio; administração financeira; marketing; estrutura física e produção; planejamento e gestão ambiental.

2. EMPREENDEDORISMO E AUTOEMPREGO

É possível considerar que o termo empreendedorismo deriva do francês *entre-peneur* e ao longo dos séculos passou por diferentes significações e definições. Desde aquele que incentivava brigas até a pessoa que assumia responsabilidades de comando em ações militares. Mas foi no início do século XVIII que o termo foi relacionado às pessoas que conduziam e dirigiam projetos ou criavam e conduziam empreendimentos. (FILION, 1999). Ainda hoje o termo empreendedorismo pode assumir diferentes significados, produzindo algumas controvérsias e confusões sobre o seu sentido, principalmente porque cada pesquisador tende a defender um sentido a partir de sua área de conhecimento.

Para Costa; Barros & Carvalho (2011), o termo empreendedorismo, na atualidade, evoca três grandes abordagens. A primeira nasce sob a influência do Behaviorismo ou comportamentalismo e coloca como questões de pesquisa a definição do perfil da personalidade dos empreendedores e a compreensão do seu comportamento. A segunda

abordagem encontra suas bases nas teorias gerenciais e volta-se ao dimensionamento das habilidades e competências necessárias ao empreendedor. Finalmente a terceira, com forte influência nas discussões atuais, orientada por pressupostos da economia, aliam as ideias de inovação, risco calculado e desenvolvimento. Ainda que com bases teóricas distintas, estas três abordagens se articulam em torno do fato de que em uma sociedade fundamentada no mercado, torna-se necessária a existência de indivíduos capazes de criar e aproveitar oportunidades para garantir seu desenvolvimento econômico, melhorar processos e inventar negócios. (p.183). Nessa perspectiva de análise é possível considerar que a expansão do empreendedorismo, sobretudo a partir da década de 1980, não ocorre de forma neutra e como sinônimo de liberdade e emancipação do trabalhador, mas encontra relação direta com desdobramentos próprios das atuais configurações do desenvolvimento sócio-econômico balizado pelo capitalismo de mercado.

Paralelamente ao processo de crescimento e fortalecimento do empreendedorismo e, diretamente vinculado ao mesmo, surge à incorporação de bases organizacionais menores como perspectiva do autoemprego. Segundo Filion, a lógica dos pequenos negócios surgiu nos anos de 1920, e na década de 1970 se tornou uma das principais formas de empreendedorismo, sendo que a partir dos anos de 1990 um número crescente de empreendedores tem optado pela lógica do autoemprego. “Para cada pequeno negócio existente há um empreendedor que o criou. Em relação a essa situação, a área de pequenos negócios, bem como a de auto-emprego, é um dos parâmetros de um campo mais amplo que é o empreendedorismo”. (FILION, 1999 p. 20). Neste caso o autor relaciona diretamente o autoemprego ao empreendedorismo, porém o faz reforçando a ideia dos pequenos negócios e do autoemprego como contido na categoria do empreendedorismo. Ideia esta reforçada e presente na maioria das instituições de divulgação e fomento do empreendedorismo no Brasil e que, muitas vezes, acaba por ocultar questões relacionadas à precarização das condições de trabalho em que vivem estes “empreendedores”, visto que exaltam fatores como iniciativa, segurança e autonomia, aliadas a ideia de sucesso.

Na verdade tais condições parecem bastante próximas do que Vasapollo (2005) denominou de: *trabalhadores atípicos* (terceirizações de diferentes setores de produção

e serviço; diferentes formas de empreendedorismo; cooperativismo; trabalho voluntário; terceiro setor etc). Neste caso, o serviço por conta própria, ou mais diretamente o autoemprego, onde geralmente não há horário fixo de trabalho e sim jornadas excessivas, inclusão de outros membros da família com ou sem remuneração, baixa qualificação e busca não pelo acúmulo de capital, mas pela sobrevivência pessoal e familiar.

Antunes (2009) é categórico ao afirmar que o processo vivenciado na atualidade, diferente do processo fordista e taylorista do século XX, de concepção e organização do trabalho, concorre ainda de forma mais perversa para a erosão do trabalho contratado e regulamentado. Como consequência “o trabalho estável torna-se então (quase) virtual” (p.250). Nessa lógica, o não trabalho ganha contornos ainda mais dramáticos, pois representa uma grande parcela que não retornará aos padrões de empregabilidade historicamente vivenciados, fazendo surgir então uma forma de precarização do trabalho na qual compartilham diferentes formas de *subtrabalhos ou autoempregos*. Estaríamos diante de uma nova fase de desconstrução do trabalho sem precedentes em toda era moderna, referindo-se a crise estrutural do capital sobre o conjunto das economias capitalistas, que tem início especialmente a partir dos anos de 1970. Nesta nova fase multiplicam-se os diversos modos de ser da informalidade e da precarização do trabalho, a qual denomina “uma nova era de precarização estrutural do trabalho em escala global”. Argumenta que “(...) preservados os imperativos destrutivos do capital, oscilamos crescentemente entre a perenidade de um trabalho cada vez mais reduzido, intensificado e explorado, dotado de direitos, e, de outro, uma superfluidade crescente, cada vez mais geradora de trabalho precarizado e informalizado, como via de acesso ao desemprego estrutural.” (417).

Além disso, afirma que estes trabalhadores e trabalhadoras ou, os pequenos proprietários informais, operam em áreas pouco atraentes para investidores maiores. Atendem a demanda de bens e serviços localizados e dificilmente terão condições reais de concorrer efetivamente com empresas capitalistas voltadas ao mesmo setor, essas últimas na verdade, é que acabam por definir a forma de inserção no mercado dos primeiros.

Para Vasapollo (2005), as novas configurações do mercado de trabalho, os novos fenômenos empresariais se conformam em formas ocultas de trabalho assalariado, subordinado, precarizado, não garantido, de trabalho autônomo de última geração, que mascara a dura realidade da eliminação do ciclo produtivo, representando uma nova marginalização social e não um novo empresariado. Ainda coloca a necessidade de investigações capazes de compreender a condição modificada e subjetiva do trabalhador precarizado em relação aos trabalhadores estáveis. Pois, há em curso, uma mudança importante na capacidade de mobilização e organização coletiva destes trabalhadores, dada a falta de representação e consequente dificuldade de se considerar como sujeito coletivo e capaz de exigir direitos e dignidade a sua condição laboral.

Esta dicotomia e individualização remete inclusive às dificuldades relacionadas a identidade destes trabalhadores. É visível certa confusão em termos de classificação e determinação das diferentes nomenclaturas que abrangem os sujeitos do trabalho que desenvolvem o seu próprio emprego, ou o autoemprego. Na verdade, sua definição conduz necessariamente a percepção da heterogeneidade de situações que cabem nesta definição.

Entre os eixos abordados por diferentes autores no sentido da definição do autoemprego, três merecem destaque. O primeiro refere-se à articulação do binômio subordinação/dependência, mas destaca o fato das possíveis consequências na adoção de uma visão estereotipada do autoemprego como sinônimo de autonomia, pois esta última pode representar uma falsa ideia, visto que há subordinação aos constrangimentos do mercado. O segundo eixo seria uma distinção entre as versões tradicional e moderna do autoemprego, referenciada pelas figuras do agricultor; artesãos e profissionais liberais, novamente fortemente relacionados à ideia de autonomia, porém distingue estes dos atuais autoempregados como àquele profissional que presta serviço à empresa ou o profissional que presta serviços pessoais a terceiros. Finalmente o terceiro eixo refere-se à diferenciação entre aqueles que têm e aqueles que não têm empregados. Neste caso, o autor cita Freire (1995, p.28), para dimensionar situações em que o trabalhador dono do seu negócio, se beneficia da contribuição de empregados em número reduzido e, permanece igualmente desempenhando as mesmas funções, lado a lado com os contratados. (ASSUNÇÃO, 2008).

No entanto, é possível certo consenso entre alguns autores na determinação de condições primeiras e fundamentais à caracterização desta categoria, ou seja, o autoemprego impõe a posse dos meios de produção necessários à atividade e o conhecimento dos passos exigidos para sua produção. (Gomes, 2009). Além disso, o autor atribui um ponto importante de demarcação do autoemprego no que se refere aos objetivos do trabalho. “O capitalista utiliza seu capital na produção objetivando a chamada reprodução ampliada do capital, conforme definida por Marx. Já o autoempregado visa, primariamente, a busca de recursos para a própria sobrevivência, ou seja, a função de seu trabalho não está ligada diretamente à acumulação de capital, e sim à busca de um emprego que satisfaça suas próprias necessidades.” (p. 17).

Segundo o mesmo autor, a Organização Internacional do Trabalho – OIT em 2003 estabeleceu o posicionamento do emprego em termos de classificação, abordando autoemprego de forma particular. Desta análise resultou a divisão dos autoempregados em quatro subcategorias distintas: empregadores, trabalhadores por conta própria, membros de cooperativas, e trabalhadores familiares. As subcategorias definidas pela OIT, e exclusivamente a dos empregadores, se constitui pelo proprietário – trabalhador na sua própria empresa. Seu trabalho deve estar totalmente incorporado à produção integral e sua remuneração diretamente relacionada ao seu esforço. A empresa pode contar com funcionários contratados ou terceirizados, ou mesmo possuir parceiros no negócio, como um sócio, mas para ser considerado autoempregado, o empresário deve atuar com seu próprio esforço. (GOMES, 2009).

Exatamente esse público, pequenos proprietários, gestores e trabalhadores do seu próprio negócio, com ou sem funcionários, foram os sujeitos da pesquisa realizada pela IPESS no segundo semestre de 2013 e proporcionam a análise que se segue a partir dos dados de sua realidade.

3. A REALIDADE DE MICROEMPREENDEDORES DO LITORAL

Segundo a pesquisa realizada pela IPESS junto à micro e pequenos empreendedores da AMPEC, destaca-se a predominância de estabelecimentos atuantes no setor de prestação de serviços e comércio varejista, ou seja, demandas bem localizadas e com baixo poder de concorrência. Também é forte a presença de mulheres como donas do negócio,

predominando ainda proprietários e proprietárias com mais de 40 anos. Ainda é possível considerar que a maior parte dos empreendimentos estudados se constitui de uma estrutura tipicamente familiar, 72% dos entrevistados possuem familiares trabalhando no empreendimento, incluindo parentes diretos e, na maioria das vezes sem salário fixo, visto que 75% dos entrevistados (as) indicam não ter uma retirada fixa ou pró-labore determinado. Constatou-se também a falta de imóvel próprio como característica predominante dos empreendimentos, apenas 39% indicaram a propriedade do imóvel, o que gera um custo fixo a mais. Os processos de gestão financeiros, a exemplo dos controles, se mostram bastante precários, seja pela informalidade observada ou mesmo inexistência. Além disso, praticamente não foram encontrados recursos informatizados nos empreendimentos estudados. Mesmo as licenças e alvarás, em um número significativo das microempresas se encontram desatualizados ou inexistem, apenas 32 % se encontram com as licenças devidamente atualizadas.

Grande parte dos entrevistados indica falta de políticas públicas e de apoio municipal, assim como dificuldades de acesso ao crédito, sendo em alguns casos por dificuldades relacionadas à comprovação de renda e excesso de burocracia.

A constituição de parcerias novamente se mostra nula com a predominância do trabalho individual e baixa mobilização na constituição de alternativas coletivas. A maior parte dos entrevistados (as) 84%, afirma não possuir parcerias com empresas do mesmo setor, fornecedores e distribuidores, empresa de consultoria, instituições de crédito, Prefeitura Municipal, entre outras. Um percentual de 5% possui parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

No entanto, ressalta-se a importância do trabalho da AMPEC, a qual todos os entrevistados (as) são filiados. Em apenas três anos de existência esta organização tem realizado um importante trabalho de mobilização, encontro e ações de qualificação destes trabalhadores (as). Contudo, sua atuação acompanha a pauta nacional e estadual de atividades voltadas à disseminação da cultura empreendedora, a partir de concepções e pressupostos balizados segundo esta lógica. Sugere-se que em alguns momentos o fortalecimento do discurso em torno do ser empreendedor poderá contribuir no falseamento da realidade e dificuldades vivenciadas por estes trabalhadores (as) no seu

cotidiano, reforçando estatísticas de sucesso desconectadas da realidade e excluindo estes atores da possibilidade de desenvolvimento pessoal e profissional.

Na verdade, temos no país um intenso debate em torno da categoria empreendedorismo e, muitas vezes, esta dimensão acaba por abarcar todas as formas de manifestação do trabalho, por conta própria ou de pequenas empresas oriundas do autoemprego como veiculadas ao empreendedorismo ou microempreendedorismo individual. No entanto, pelo exposto anteriormente em referência aos condicionantes do autoemprego e, afirmado por alguns autores, é plenamente possível a distinção das mesmas. Isso porque o autoempregado não necessariamente compartilha das condições fundamentais atribuídas ao empreendedorismo, como: inovação; criação e gestão de empresa, o que poderá ocorrer, mas grande parte dos estudos tem indicado o autoemprego como consequência de necessidades e da falta de oportunidade voltados ao vínculo formal do emprego.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados anteriormente auxiliam na visualização, ainda que parcial, da realidade vivenciada pelas micro e pequenas empresas do Litoral Paranaense. Infere-se que fatores que poderiam contribuir para autonomia e desenvolvimento destes empreendimentos como: estrutura própria; constituição de redes; organização dos empreendimentos em torno de demandas comuns; maior apoio público; acesso a políticas de crédito e qualificação para o negócio; entre outros, denotam certa fragilidade e precariedade das condições em que se encontram estes sujeitos. Ainda a composição e organização dos negócios, no que se refere à gestão, mostram componentes domésticos com utilização de ferramentas caseiras de gestão e de controles administrativos e econômicos, demonstrando traços peculiares dos pequenos negócios familiares e que se aproximam bastante da lógica do autoemprego.

Não se pretende neste espaço a delimitação de rótulos ou asseverações sobre o fato dos empreendimentos analisados pertencerem ou não a tal categoria ou seguimento de análise. Tampouco diminuir a importância das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento local e econômico do país. A questão que se entende necessária é a revisão de fórmulas que acabam por repercutir comportamentos e ações coletivas e

individuais, resultando em falsos patamares de sucesso que não contribuem em nada com o verdadeiro desenvolvimento destes agentes sociais.

Assim, sugere-se a necessidade de aprofundamento da realidade em suas bases mesmas de ação, ou seja, mais investimento em pesquisas voltadas a compreensão e qualificação destes trabalhadores (as) nas diferentes dimensões que os sustentam. Em outras palavras, compreende-se de fundamental importância pesquisas e estudos voltados a realidade vivenciada por estes sujeitos, a fim de dialogar sobre suas necessidades, vontades e potencialidades enquanto donos do seu negócio, autoempregados ou empreendedores, mas antes trabalhadores ou trabalhadoras com direitos sociais garantidos e que necessariamente, não se encontram com esses direitos assegurados como, a princípio, pode parecer.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUNÇÃO, Fátima. **Do emprego à empresa? Uma reflexão sobre o auto-emprego, a pequena propriedade e o empreendedorismo.** VI Congresso Português de Sociologia: Mundos Sociais Saberes e Práticas. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Jun. 2008. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/407.pdf>. Acessado em: 12/06/2014.

ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

_____. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2009.

FILION, Jacques Louis. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios.** IN: Revista de Administração, n.2. vol.34. abril/junho. São Paulo, 1999. P. 05-28.

FREIRE, J. et al. (1992) **Os trabalhadores independentes**”, **Organizações e Trabalho**. APSIOT, nº 7/8, pp. 29-43.

GOMES, Rodrigo Campos. **O auto-emprego no Brasil: uma análise dos fatores determinantes**. MESTRADO EM ECONOMIA POLÍTICA. PUC/SP. SÃO PAULO. 2009. Pesquisado. Disponível em: www.sapientia.pucsp.br/tde.../Rodrigo%20Campos%20Gomes.pdf. Acessado em: 14/06/2014.

VASAPOLLO, Luciano. **A Precariedade como Elemento Estratégico Determinante do Capital**. PESQUISA & DEBATE, SP, volume 16, número 2(28), pp. 368-386,

INSERÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E A CULTURA DA QUALIFICAÇÃO

Ivanete Modesto do Amaral e Maria Cristina Alves Maneschy - UFPA
amaral.ivanete@gmail.com Cristina@ufpa.br

RESUMO

Este artigo objetiva mostrar resultados de estudos realizados com jovens formados pelo ensino superior em Belém Pará, particularmente, as suas percepções com relação à inserção ao mercado de trabalho visto como bastante competitivo e que demanda experiência por qualificação principalmente para quem busca o primeiro emprego. Nesse sentido, envolvemos uma discussão sobre a cultura da qualificação profissional que emerge largamente no contexto de mudanças da sociedade brasileira, decorrente das transformações técnico-organizacionais no mundo do trabalho. A metodologia abrangeu inicialmente pesquisa bibliográfica em fontes da sociologia do trabalho e também pesquisa qualitativa baseada em entrevistas em profundidade com roteiro semidiretivo. Os resultados são apresentados através das narrativas organizadas pelas falas comuns dos jovens. Uma conclusão importante se destacou: as práticas relacionadas a sua qualificação são muito relevantes para o ingresso e permanência no mercado de trabalho.

Palavras Chave: Inserção profissional. Juventude. Qualificação. Competência.

INTRODUÇÃO

As discussões aqui apresentadas fazem parte de uma pesquisa realizada com jovens de formação superior no mercado de trabalho paraense: suas percepções e formas de inserção. É um mercado onde se sobressai o setor terciário (serviços e comércio) e onde as ocupações informais têm uma expressão significativa na absorção da mão de obra. Neste artigo a análise está voltada para as narrativas dos jovens que falaram sobre as suas percepções do trabalho e do mercado de trabalho. O interesse não foi apenas ouvir o que eles comumente repetem sobre o mercado de trabalho: *“muito competitivo, acirrado e com grande concorrência da mão de obra qualificada”*, mas,

confrontar os pontos de vista comuns com outros argumentos, como por exemplo, da qualificação profissional entendida numa relação com o trabalho e educação. Vale ressaltar que a discussão sobre qualificação é complexa e polêmica em razão principalmente da ausência de consenso quanto aos critérios considerados em sua definição, isto é, qualidades ou habilidades do trabalhador? Requisitos ou propriedades do posto de trabalho? Afinal, o que se considera como qualificação? Assim sendo, as acepções aqui discutidas são as que têm sido privilegiadas pela sociologia do trabalho tomando como base os eixos da organização da produção e do trabalho. Elaboramos uma reflexão sobre a cultura da qualificação, esse conjunto de conhecimentos técnico-científicos, destrezas, habilidades, ou o acúmulo de conhecimentos adquiridos ao longo de uma trajetória de vida escolar e de trabalho que tomou um caráter mais e mais personalizado, com a ênfase dada à noção de competência. Em seguida, com base em entrevistas diretivas realizadas com uma amostra de formados entre 20 e 29 anos de idade analisamos suas narrativas sobre como percebem o mercado de trabalho e a lógica da qualificação para inserção profissional e permanência no mercado de trabalho em Belém.

1 DISCUSSÃO TEÓRICA

1.1 A CULTURA DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

As mudanças contemporâneas no mundo do trabalho são vistas como o principal foco de discussão da questão da qualificação profissional entendida numa relação com trabalho e educação. Diz-se isto em função de que na literatura nacional e internacional os autores abordam essa questão mostrando inclusive a transformação da qualificação no sentido de que, não foi só a forma de organização do trabalho que mudou, nem a maneira como o trabalhador é considerado, mas também a natureza do trabalho realizado, habilidades e aptidões que modificaram profundamente. Vale ressaltar que os estudos sobre esse tema são amplos e envolvem não somente os diferentes campos das ciências sociais: sociologia do trabalho, economia, psicologia e etc. como também, gestores de empresas, governos, trabalhadores e todos os que fazem uma reflexão sobre

os processos de mudança nas últimas décadas. Essa é uma das razões que nos levaram a fazer um recorte analítico e privilegiar neste texto a acepção da sociologia do trabalho, considerando os eixos de discussão sobre a organização da produção e do trabalho.

Assim sendo, o significado atribuído ao trabalho e o engajamento dos indivíduos no trabalho, estão intrinsicamente ligados às experiências singulares de um mundo do trabalho que no curso das últimas quatro décadas passou por profundas transformações. A qualificação tomou um caráter mais e mais personalizado com a ênfase dada à noção de competência. Esta tendência vem questionar a experiência adquirida pelo trabalho em relação ao conhecimento adquirido na formação. Significa dizer que a qualificação profissional tem sido vinculada tanto à capacidade de realizar atividades de trabalho manual como de trabalho intelectual e os termos usados para descrever as qualificações antes se referiam, muitas vezes, a tarefas operacionais como, por exemplo, de um electricista. Porém, pode-se dizer que uma nova tendência emergiu quando a informática começou a deixar a sua marca no ambiente de trabalho para a maioria dos empregados e trabalhadores. Nesse sentido, a noção de qualificação passou gradualmente das tarefas operacionais para situações mais abstratas, ou seja, à capacidade de compreender e gerar situações complexas e à capacidade de se comunicar quer sejam através de códigos, sinais, procedimentos e etc. Se abandonou pouco a pouco a noção de ofício, em favor de posto de trabalho que pouco a pouco dá lugar à noção de função. Portanto, mais do que uma mudança semântica é uma profunda mudança na maneira de definir e avaliar as habilidades e conhecimentos necessários para ocupar um emprego (MÉDA e VENDRAMIN, 2013).

Sabe-se que esta tendência se propagou largamente visto o progresso tecnológico ter sido amplamente automatizado com tarefas eminentemente operacionais como: fabricar, montar, controlar codificar, calcular, verificar e etc. No entanto, as tecnologias da informação foram se estendendo para as atividades não materiais que são entendidas como “centrais” na intervenção humana no processo de produção como: reagir, interpretar, avaliar, comunicar, planejar, decidir, criar e etc. Esta situação foi se generalizando entre as organizações tanto públicas quanto privadas a tal ponto de, hoje, o exercício de uma profissão passa a depender cada vez mais do componente não material e da qualificação profissional: abstração, capacidade de resposta face aos

eventos e acontecimentos surgidos na rotina de trabalho; capacidade de efetuar diagnósticos e de lidar com as incertezas de gestão; capacidade de se comunicar por intermédio das tecnologias.

É no meado dos anos de 1980 que a noção de competência aparece nas empresas. Em primeiro lugar, com o modelo de “gestão de recursos humanos” que passa de uma avaliação e de uma gestão de mão de obra baseada nas capacidades “corporais” ou nas capacidades de realizar tarefas operacionais (destreza, velocidade de execução, e etc.) para uma avaliação baseada na “chamada à inteligência” (MÉDA e VENDRAMIN, 2013). Por exemplo, no trabalho administrativo a capacidade de organização, autonomia e habilidades interpessoais tornaram-se mais importantes do que a “velocidade de codificar ou a velocidade de digitar”. Esta mudança se reflete também, numa vontade, num desejo de ir além de uma “abordagem rígida” das situações de trabalho que consideravam cada grupo social como um universo social homogêneo. Ou seja, significa dizer que, no universo econômico em mudanças uma “abordagem rígida” das situações de trabalho deixaria pouco espaço para a flexibilidade, para a capacidade de adaptação e a exploração dos recursos de inteligência e de iniciativa. Esta mudança na gestão dos recursos humanos se traduz concretamente pelas novas práticas de recrutamento, pelas novas exigências em matéria de “mobilidade interna”, insistência na responsabilidade dos assalariados e uma “ênfase na questão dos sistemas de classificação e remuneração” (BOUTANG, 2009). Este autor afirma que ao entrarmos na terceira fase do capitalismo, posterior as fases mercantis e industriais, passamos a conviver com uma acumulação concentrada no capital imaterial no sentido de que valores e competição são profundamente desafiados.

Nessa discussão, é oportuno considerar as perspectivas de Sennett (2011) sobre as consequências do novo capitalismo global pelo caráter inevitável das desigualdades econômicas cada vez maiores e da instabilidade social. Ou seja, o fio condutor de sua análise são as mudanças na forma de se conceber a cultura, mudanças geradas por crise de instituições e crescimento das desigualdades econômicas no sentido de que instituições se fragmentam e as condições sociais se tornam instáveis, surgindo muitos desafios às subjetividades humanas.

Um ponto interessante na análise de Sennett (2011) diz respeito ao “talento” e sobre isto, ele tece críticas da cultura contemporânea do trabalho que impede os indivíduos de desenvolverem suas capacidades potenciais porque novas capacitações são exigidas a cada momento. E nos argumentos do autor, a própria capacitação tem duração, por exemplo, uma capacitação adquirida na universidade dura cada vez menos tendo em vista que os formados precisam reaprender suas técnicas várias vezes ao longo da vida profissional. Isto se aplica para todas as profissões no entendimento de que, quando se adquire uma capacitação, não significa que dispomos de “um bem durável”.

Essas afirmações estão centradas na realidade de mudanças econômicas onde as transformações radicais do trabalho levam a insegurança e ao “medo” pessoal de se tornar um profissional inútil. Nas suas explicações Sennett mostra sinais dessa inutilidade se ampliando no novo capitalismo, a partir da própria economia das capacitações onde os “superqualificados” são os mais úteis na solução dos problemas no trabalho.

2 METODOLOGIA

De início, vale lembrar que este texto faz parte da pesquisa intitulada “O jovem com formação superior no mercado de trabalho paraense: suas percepções e formas de inserção”, que teve como objetivo analisar as formas de busca e inserção no mercado de trabalho considerando as suas experiências e percepções². Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram realizados em duas fases com a utilização de dois métodos: Quantitativo e Qualitativo. Para este artigo mostramos parte do método qualitativo, ou seja, o resultado de entrevistas em profundidade aplicadas a 15 jovens selecionados dos questionários preenchidos na primeira fase da pesquisa de campo. Essas entrevistas visaram aprofundar explicações teóricas a partir das percepções dos jovens profissionais.

Em um primeiro momento foi feita uma análise nos questionários preenchidos pelos informantes durante a parte preliminar da pesquisa, isto é, na fase da pesquisa quantitativa. Dos questionários respondidos, foi possível retirar alguns informantes para

² O detalhamento deste estudo consta na tese de doutoramento (UFPA) de Ivanete Amaral, uma das autoras deste artigo.

realizar entrevistas de caráter qualitativo. Ressalta-se que a escolha dos entrevistados esteve em consonância com a análise qualitativa no sentido de que, não é pelo número de entrevistas que se conhece o fator mais substancial, mas, a possibilidade de se atingir a “saturação informativa” que, segundo Pais (2001) é buscar conhecer e aprofundar os aspectos individuais, deixando vir à tona diversidades e pluralidades. Contudo, foram destacados 15 questionários e distinguidos alguns critérios sendo o primeiro deles, considerar aqueles jovens que poderiam verdadeiramente dar conta de sua visão ou de sua experiência na situação da entrevista. Nesse caso, levamos em consideração as suas respostas no questionário, pensando que elas poderiam ser melhor exploradas na entrevista em profundidade e, também, pensamos na facilidade de acesso a esses informantes.

Após a identificação dos jovens que poderiam participar da entrevista, a segunda etapa foi estabelecer o primeiro contato com os mesmos solicitando a colaboração na pesquisa e convencendo-os do interesse e da utilidade da investigação. Na tentativa de colocar os entrevistados à vontade e se alcançar o sucesso nas entrevistas, alguns elementos importantes foram considerados tais como: a escolha do momento mais propício à entrevista, considerando o tempo disponível de cada um entrevistado; o lugar mais favorável ao desenvolvimento das entrevistas e também, a busca pela confiança desses entrevistados, garantindo-lhes o anonimato, de modo que eles não poderiam temer por eventuais consequências de suas falas, além de que a pesquisadora usou a empatia, a escuta e o interesse no momento da entrevista, evitando interrompê-los enquanto falavam, respeitando os momentos de silêncio, de maneira a deixá-los livres para encadear as ideias por si mesmos. Ou seja, como assinala Bourdieu, “o sociólogo pode obter do pesquisado mais distanciamento de si socialmente que ele se sinta legitimado a ser o que ele é, se ele sabe se manifestar” [...] (BOURDIEU, 2011, p. 699).

Uma vez escolhidos os participantes, delimitado o conteúdo da entrevista e realizado o primeiro contato com os entrevistados, tratou-se de organizar o instrumento técnico, no caso, o gravador portátil que iria viabilizar a gravação das entrevistas. Torna-se importante dizer que o primeiro procedimento adotado para a preparação das análises das entrevistas realizadas, foi a transcrição das falas logo depois de encerradas as entrevistas, ou seja, ouviu-se a gravação, transcrevendo-se o texto, acompanhando e

conferindo cada frase, com as interjeições, interrupções, etc. Vale lembrar que as entrevistas foram realizadas individualmente com os jovens e eram orientadas por um roteiro pré-definido sobre as suas percepções, percursos e experiências no mercado de trabalho, trajetória escolar, experiência pessoal e vivências, relações sociais e relações com a família. Cabe dizer que um dos objetivos da pesquisa foi analisar o posicionamento dos jovens profissionais sobre as suas experiências e percepções do mercado de trabalho.

Para a apresentação dos resultados trabalhamos com a utilização das narrativas como instrumento de análise que permitiu organizar as falas comuns dos jovens. Ressaltamos que os nomes dos profissionais citados nos fragmentos das entrevistas são fictícios, como forma de resguardar qualquer eventualidade similar a imagem das pessoas que participaram da pesquisa.

3 A PERCEPÇÃO DOS JOVENS PROFISSIONAIS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO

No geral, o processo de inserção profissional dos diplomados do ensino superior está relacionado com uma série de exigências que vão desde os conhecimentos teóricos desses diplomados que saem das universidades, passando pela postura de comportamento, até uma adequação às necessidades do mercado (CABRAL, 2012). Ou seja, não importa a área de formação, o mercado exige um domínio aprofundado de conhecimentos teóricos, científicos, técnicos e tecnológicos bem como, competências sociais e relacionais de acordo com as demandas da sociedade contemporânea. As narrativas a seguir, corroboram com essas reflexões:

[...] quando você sai da universidade e você vai pra realidade do mercado de trabalho, é muito diferente... um mundo muito diferente e, sem experiência, é complicadíssimo se conseguir uma posição boa [...] para os profissionais recém-formados, eu vejo o mercado de trabalho de uma maneira bem cruel, porque as pessoas não levam você em consideração, não consideram que você estudou, não tem como medir a sua competência então você é visto como mão de obra barata (Ana, 29 anos, arquiteta).

No caso da Ana, a sua percepção não está distante da realidade do funcionamento do mercado de trabalho, explicada por Dubar (2005), isto é, o mercado reflete a estratificação societal do sistema social pelos graus de escolaridade,

experiência, e qualificação profissional (DUBAR, 2005). Evidentemente que a situação dos jovens sem experiência profissional, favorece o processo de “exclusão” do emprego estável e suas desvantagens na corrida pelo emprego em função de que o mercado impõe exigências de seleção dos perfis com melhor “qualificação e competência” por conta de uma “*flexibilidade interna*” (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009), baseada na transformação profunda da organização do trabalho e das técnicas utilizadas, de hábitos e valores, onde a situação mais favorável por “prazo indeterminado” são reservadas aos assalariados dotados com esse perfil.

[...] Mercado muito competitivo, acirrado, com grande concorrência, poucas condições, salário baixo, estrutura precária, exige muito e oferece pouco aos recém formados [...] (Ruth, 22 anos, tecnóloga em processos gerenciais).

[...] Eu vejo que para os diplomados de nível superior tem uma grande concorrência no mercado de trabalho, uma grande exigência pela qualificação. Tem que ter uma especialização, outros cursos como de gestão de pessoas, informática, idiomas, etc. No exato momento, eu me sinto estagnado porque sou formado na área tecnológica e estou em uma empresa onde 70% do meu trabalho atualmente é fora da área tecnológica, é mais voltado para área administrativa (Antonio, 24 anos, redes de computadores)

[...] o mercado de trabalho paraense é bastante competitivo, mas, hoje, no meu ponto de vista, a exigência pela mão de obra qualificada deixa muitos profissionais sem oportunidade de trabalho. (Pedro, 28 anos, Administrador de Empresas).

[...] o mercado está muito competitivo, muito concorrido, tanto o mercado privado, que te exige vários recursos de experiência, ou seja, a pessoa tem que ter várias utilidades, estar preparada para saber fazer outras coisas na empresa, quanto o público, porque a gente vê que este é como se fosse a bola da vez, uma corrida muito grande, milhares de pessoas tentando uma vaga em concurso público.(Ângela, 29 anos, Pedagoga).

Nas narrativas dos quatro profissionais – Ruth, Antonio, Pedro e Ângela – observamos que a expressão competição do mercado de trabalho aparece associada às exigências por um perfil de profissionais mais qualificados, mais capacitados teoricamente e tecnicamente. Não resta dúvida que a “ideologia da educação profissional, centrada nas novas qualificações e no conceito de empregabilidade” (ALVES 2007) é um dos eixos da formação profissional sob o Toyotismo, estratégia de “reestruturação produtiva”, onde os profissionais ficam comprometidos e envolvidos em um controle social da empresa que visa obter maior qualidade e produtividade. Portanto,

a lógica nas falas desse grupo de entrevistados é a percepção de uma “receita” para a empregabilidade, para conseguir um bom cargo, nas empresas do Brasil, particularmente, do Pará, isto é, “*ser diplomado não é tudo*”, porque o tipo de profissional ideal é o versátil, aquele que domina várias áreas, como por exemplo, informática - não só de um pacote Office básico do Word ou Excel, mas as redes sociais adequadamente - de saber usar o marketing digital para uso da organização, que tenha pós-graduação no currículo e, também, outros idiomas, e só assim ficará preparado para essa competitividade.

[...] Eu acho que o mercado hoje exige um perfil de profissionais cada vez mais capacitados, que saibam outras línguas que conseguem ver as coisas de maneira diferente, que estejam abertos para as mudanças. A competição é muito acirrada, sobretudo, aqui no Pará, onde as pessoas se conhecem e às vezes o que acaba sobressaindo é quem se conhece, as amizades, e isso acaba sendo um pouco ruim perante quem não tem conhecimento. Isso tem a ver com as redes sociais. (Rosa, 26 anos, Fisioterapeuta).

Fica evidente na fala da Rosa os aspectos já comentados sobre a competitividade do mercado de trabalho e a exigência de qualificação, porém, aparece no seu relato um elemento importante que são as redes sociais como instrumentos que facilitam o ingresso dos jovens no mercado de trabalho. Nesse sentido, as redes tanto podem ser “recursos mobilizados” através de uma rede de relações ou “capital social” no sentido explicado por Bourdieu (2006) como em Granovetter (2009) onde o papel das redes sociais informais é fundamental para entender o mercado de trabalho e a ação coletiva, nas formas como os indivíduos procuram e conseguem ingressar no emprego.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os comentários ao longo deste texto, podemos afirmar que as mudanças na economia global e as transformações técnico-organizacionais têm afetado não apenas as condições, os meios e as relações de trabalho, mas também estão implícitas à novas formas de representação e novos significados do trabalho, qualificação, competência e formação profissional. E são muitos estudos elaborados que

discutem essas questões sobre o mundo do trabalho, principalmente, no campo da sociologia, economia e educação. Podemos observar tanto na literatura internacional quanto na brasileira que desde a década de 1990, vários estudos têm focalizado essas transformações mostrando realidades diferenciadas, heterogêneas e complexas que pressupõem debates sobre o caráter inovador dessas transformações e demandam várias estratégias de qualificação e requalificação do trabalho, direcionando a um novo perfil de qualificação dos trabalhadores.

Este artigo veio também corroborar com essas discussões, mostrando resultados de pesquisa empírica no contexto de Belém do Pará, a partir do olhar de um segmento de jovens profissionais, detentores de qualificação pelo ensino superior, sobre como observam essas questões atuais do trabalho e do mercado de trabalho. Não resta dúvida que seus relatos revelam que para se inserir neste novo cenário de organização do trabalho, somente o diploma de graduação não condiz com as exigências do processo de funcionamento deste mercado, isto é, só o diploma não assegura que as empresas os valorizem e, não dá segurança para concorrerem a uma vaga no mercado de emprego nas suas áreas, aliás, esta situação é mostrada em qualquer área de formação (vide narrativas). Ou seja, eles são conhecedores da necessidade de elevar as suas capacidades tanto pessoais e subjetivas (habilidades interpessoais, autonomia, iniciativa, criatividade, etc.) quanto as suas capacidades cognitivas (conhecimento teórico, técnico, informacional, etc.). Significa que eles se vêem questionados a aprenderem mais e mais, desenvolverem experiência e a capacidade de competir com sucesso no mercado profissional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva. Ensaio em sociologia do trabalho.** Londrina: Práxis, 2007.

BOLTANSKY, Luc e CHIAPELLO, Éve. **O Novo Espírito do Capitalismo.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo.** 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 693 – 732.

_____. **As estruturas sociais da economia.** In: CALAPEZ; SIMÕES, Pedro (Trad.). São Paulo: Campo das Letras, 2006.

BOUTANG Moulrier Yann. **Le Capitalisme Cognitif: La Nouvelle Grande Transformation.** Paris: HEC, 2009.

CABRAL, Arlinda. Inserção Profissional de Diplomados da UL e UNL: Aprendizagens Académicas e Competências Profissionais. In: Revista Angolana de Sociologia – RAS [Online]. Disponível em: <http://www.ras.revues.org/431;DoI:10.4000/ras.431>. Acesso em: 25 mar. 2014.

DUBAR, Claude. **A Socialização: Construção das identidades sociais e profissionais.** In: SILVA, Andréa Stahel M. da. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GRANOVETTER, Mark. Ação Econômica e Estrutura Social: O Problema da Imersão. In: MARTES, Ana Cristina Braga (Org.). **Redes e Sociologia Econômica.** São Carlos, EdufSCar, 2009. p. 31-64.

MÉDA, Dominique e VENDRAMIN, Patricia. **Réinventer le Travail.** Presses Universitaires de France, 2013.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro.** Porto: Âmbar, 2001.

SENNETT, Richard. **A Cultura do Novo Capitalismo.** 3ª ed. Rio de Janeiro. São Paulo: Record, 2011.

**FORMAÇÃO E TRABALHO ARTÍSTICO: NOTAS PRELIMINARES
SOBRE A PROFISSIONALIZAÇÃO DE MÚSICOS(AS) E
DANÇARINOS(AS), EM SALVADOR**

Ivan Faria (UEFS/UFMG) / Juarez Tarcísio Dayrell (UFMG)

ivanxfaria@gmail.com / juarezttd@gmail.com

CNPq / PADCT (UEFS)

GT1 – Culturas juvenis, flexibilidades e mobilidades – as ocupações desejadas

INTRODUÇÃO

Nos estudos brasileiros sobre juventude, a temática da relação educação-trabalho tem uma significativa trajetória de pesquisa (CORROCHANO, NAKANO, 2009). No entanto, por muito tempo o paradigma do trabalho industrial assalariado, de alguma forma encobriu a teorização sobre outras formas (colaborativas), espaços (mercado artístico) e significados (prazer, risco) de atividades laborais (ALMEIDA; PAIS, 2012).

A construção de um conceito de formação artística também se apresenta como desafio teórico, já que as noções de dom, de gênio inato, de vocação ou de uma “eleição”, parecem ter mais força no campo artístico do que em qualquer outro. Nas ciências sociais há um claro entendimento de que as chamadas “vocações” artísticas são produtos de processos específicos de socialização e aprendizagens estéticas, que se dão em espaços como a comunidade, a família, a escola e o trabalho (BECKER, 1977; BOURDIEU, 1996).

A discussão sobre a arte como trabalho ou como profissão (MENGER, 2014) também é desafiadora e relativamente recente, não apenas no Brasil. Pierre-Michel Menger (2001) abriu espaço para a construção de um campo de teorizações e estudos empíricos sobre o tema (BORGES, 2008; 2013; REIS, 2012), explorando diferentes linguagens artísticas e seus códigos profissionais.

No entanto, entre os processos de formação e de trabalho, a inserção socioprofissional no campo artístico ainda pode ser bastante tortuosa num país como Brasil, com muitas limitações nos processos de produção e formação artística e de

acesso a bens e serviços culturais, ainda que tenha havido alguns avanços nas políticas de investimento no setor cultural (SILVA; ARAÚJO, 2010).

O objetivo da presente comunicação é justamente discutir os processos de formação e inserção socioprofissional de jovens no fluido e instável mundo artístico, em Salvador, Bahia. A cidade se destaca por ser uma das capitais com maiores índices de desemprego juvenil do país e de informalidade no trabalho, ao mesmo tempo tem na economia da cultura (LINGO; TEPPER, 2013), um dos motores do seu desenvolvimento.

A pesquisa em curso tem investigado as condições de profissionalização e inserção social de egressos de duas instituições de formação em dança e música. Ela toma como referência um universo mais amplo de 221 egressos de duas instituições que oferecem cursos profissionalizantes nas áreas de música e dança. Até o mês de setembro de 2014, a ampla maioria dos ex-alunos foi contatada, mas apenas 67 profissionais formados entre os anos de 2007 e 2013, se dispuseram a participar do estudo, constituindo, portanto, uma amostra não probabilística. Os sujeitos foram localizados por meio de redes sociais virtuais e convidados a responder a um questionário online, a fim de identificar suas experiências de formação e de trabalho. As informações obtidas foram analisadas qualitativamente e os dados numéricos tabulados, utilizando alguns recursos da estatística descritiva (frequências e percentuais), porém sem pretensões de generalização.

DA FORMAÇÃO AO TRABALHO ARTÍSTICO

De um modo geral, hoje, as trajetórias de transição para a vida adulta são hoje cada vez menos retilíneas e contínuas, com um grande número de variáveis pessoais e possibilidades sociais a serem conjugadas (PAIS, 2006). No campo da educação, a expansão das oportunidades de estudo nem sempre coaduna com a empregabilidade da juventude. A geração mais escolarizada da história tem enfrentado grandes dificuldades para se inserir socialmente.

O desemprego, a precarização, as restrições ao primeiro emprego, os nexos entre mutações no mundo do trabalho e às demandas dirigidas à educação são temas que se

consolidaram nas pesquisas brasileiras, ao mesmo que questões como a problematização da centralidade e dos sentidos do trabalho vem ganhando espaço no debate contemporâneo sobre o mundo laboral dos jovens (CORROCHANO; NAKANO, 2009).

Hoje, os jovens (15 a 29 anos de idade) correspondem a 26,1% da população brasileira. Destes, 53% desenvolvem algum trabalho remunerado, 47% que não trabalham e 26% da população jovem compõem um grupo de alta vulnerabilidade social que não trabalha nem estuda (SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE, 2013).

Nos processos de transição para o trabalho, Guimarães (2013) e Pochmann (2013) identificam algumas características que são marcantes nas atuais experiências juvenis de inserção profissional: a postergação do ingresso no mercado, o prolongamento do tempo e das possibilidades de formação, a gradativa mistura do tempo de trabalho e não-trabalho, a concentração da oferta de trabalho no setor de serviços (terciarização) e nas organizações de locação e intermediação de mão de obra (terceirização).

As escassas oportunidades de inserção profissional tem se concentrado em setores cujo trabalho é marcado pela pouca autonomia, escopo reduzido, fragilidade dos vínculos e alta rotatividade. O ingresso no mundo do trabalho para os jovens é um processo complexo, envolvendo uma negociação entre desejos (próprios e dos outros), aptidões, habilidades, formação, condições materiais, conhecimento sobre o campo de trabalho e expectativas de reconhecimento simbólico e material das ocupações. Entre ser submetido às ocupações precarizadas sob as condições citadas e escolher a carreira artística, a opção pelo trabalho no mundo das artes talvez não pareça tão estranha ou desvantajosa.

Para Guimarães (2005), contemporaneamente “a centralidade do trabalho para os jovens não advém predominantemente do seu significado ético (ainda que ele não deva ser de todo descartado), mas resulta da sua urgência enquanto problema” (p.156), ou seja, é pela sua negatividade “[...] por sua ausência, por sua falta, pelo não-trabalho, pelo desemprego, que o mesmo se destaca” (p.159).

Uma questão que se interpõe é: como tal debate se apresentaria num espaço social, como o meio artístico, em que as relações sociais sempre foram marcadas pela

instabilidade e por vínculos mais voláteis? A formação profissional seria um elemento decisivo para o sucesso na carreira artística, hoje?

Particularmente, entre jovens, o mundo artístico se apresenta como atraente. Hoje, as possibilidades de formação (em cursos técnicos, universitários, de iniciação e aperfeiçoamento), de fruir e de consumir arte se ampliam, ao mesmo tempo que o mercado e a indústria cultural brasileira têm crescido acima da média da economia nacional.

No entanto, quando pensamos na possibilidade de sobreviver do trabalho artístico, há que se considerar que o setor cultural é marcado pela desregulamentação, volatilidade e descompasso entre oferta de mão de obra e oferta de postos de trabalho (MENGER, 2014).

A construção da própria noção de trabalho artístico se mostra como desafio teórico e epistemológico a ser enfrentado. Menger (2014) desenvolve a hipótese que a própria natureza do trabalho artístico é moldada pela incerteza intrínseca e extrínseca. Tal condição se manifesta “internamente”, quando o artista vivencia as dúvidas sobre seu próprio talento, a qualidade de sua obra e a capacidade de criar, e “externamente”, imposta pelas incertezas do mercado de bens e serviços culturais e pelas condições de trabalho (contratos, seguridade social). Tempo dedicado à atividade artística, remuneração e identidade com a profissão são elementos decisivos para a compreensão de quem seriam os trabalhadores nas artes (BORGES, 2008; MENGER, 2014).

Não obstante os desenvolvimentos significativos da economia da cultura brasileira, o campo artístico ainda é um espaço social repleto de incertezas que envolvem tanto o público consumidor, que se pergunta sobre sua necessidade, seu valor material e simbólico, quanto os produtores de arte, que se indagam acerca dos desejos do público, da qualidade e da acessibilidade daquilo que produz (COELHO, 2010).

Nesse cenário, incerteza e desigualdade são centrais nas experiências no mercado de trabalho da cultura. As iniciativas públicas de formação de artistas na Bahia, assim como as experiências de jovens egressos dos cursos técnicos oferecidos pelo estado podem auxiliar na compreensão de tais desafios.

O TRABALHO DE DANÇARINOS(AS) EM SALVADOR

No estado da Bahia, existem apenas três instituições de referência ofertando cursos técnicos profissionalizantes na área artística. A Escola de Dança da Fundação Cultural do Estado na Bahia (FUNCEB) oferece o curso técnico em dança, e também cursos ligados ao PRONATEC (assistente de coreógrafo, brincante de rua, assistente de produção cultural, agente cultural, fotógrafo, auxiliar de costura cênica, auxiliar de cenotecnia, iluminador cênico). O Centro Estadual de Educação Profissional em Artes e Design (CEEP), vinculado ao Colégio Central da Bahia, uma das escolas públicas mais tradicionais da cidade, oferece cursos técnicos em artes visuais, documentação musical, gestão de projetos culturais, instrumento musical, instrumento musical (subsequente, integrado e ligado ao PROEJA). E, por fim, o Colégio Estadual Manoel Novaes, que oferta o curso técnico em instrumentos musicais (integrado ao ensino médio e ao PROEJA).

Na pesquisa empírica em curso, estão sendo investigados egressos das duas primeiras instituições, que mostram algumas semelhanças e diferenças importantes tanto nos percursos formativos quanto nas trajetórias e formas de trabalho.

Nas últimas três décadas, a Escola de Dança da FUNCEB tem sido um importante espaço de preparação para o ingresso nos cursos superiores de dança, mas sobretudo tem qualificado uma parcela significativa dos profissionais de dança da cidade e levado muitos de seus ex-alunos a traçarem carreiras no exterior, como atesta a pesquisa de Reis (2012), que investigou carreiras artísticas no trânsito entre a Bahia e a França.

A Escola de Dança oferece o curso técnico em dança, desde 1988 e entre os anos de 2007 e 2013, formou 119 profissionais. Do total de 40 egressos contatados, apenas 4 (13,8%) não estavam trabalhando no momento da pesquisa, sendo que 15 (51,7%) atuavam apenas na área artística, 5 (17,2%) conciliam o trabalho artístico com outras atividades, e 5 (17,2%) estão trabalhando em outras áreas, como comunicação, comércio ou eletrônica. A maioria (62,1%) deles tem na atividade sua principal fonte de renda. Dos 9 (31%) que tem trabalho com carteira assinada, apenas 3 deles estão na área artística, mostrando a escassez de vínculos formais. Além disso, quase 60% desenvolve mais de uma atividade profissional para sobreviver. Quase a metade destes sujeitos (18) desenvolve atividades de docência de dança (13), de *pilates* (4), teatro (1), ginástica e

capoeira (1). É crescente também o número de ex-alunos que estão se engajando ou criando coletivos e companhias independentes de dança, nas quais o papel autoral é mais significativo do que entre os dançarinos que atuam em grandes organizações, incluindo grupos internacionais.

No mundo artístico, para Thorsby (2007), existem basicamente três mercados principais que o artista pode lançar mão para sobreviver, sem que sejam mutuamente excludentes: o mercado para seu trabalho criativo (inclui preparação, ensaio, prática), o mercado para outros trabalhos relacionados com artes (ensino, gestão, produção) e os mercados de trabalho não artísticos. No trânsito e na negociação entre ocupações em diferentes áreas, chama a atenção que o rendimento obtido em outras áreas é proporcionalmente maior do que a recebida com o trabalho artístico, sobretudo quando se consegue mensurar a relação entre hora trabalhada e remuneração obtida.

A informalidade também é uma marca da atividade profissional dos egressos da FUNCEB, uma vez que apenas 28,5% tem vínculos formais de trabalho. Dos que possuem relações formais de trabalho, apenas dois jovens trabalhavam na área artística, lecionando em escolas públicas. Desse modo, predominam os contratos temporários e o trabalho autônomo, semelhante ao encontrado na realidade dos profissionais de dança. Dos 9 (31%) que tem trabalho com carteira assinada, apenas 3 deles estão na área artística, confirmando a tendência apontada na literatura (MENGER, 2014; THORSBY, 2007) em relação ao elevado grau de informalidade que demarca as relações trabalhistas no setor.

Jovens artistas apontam que para “sobreviver” no incerto mundo das artes, é necessário o envolvimento e apropriação de múltiplas tarefas e funções profissionais, o deslocamento por diferentes grupos, o exercício de atividades fora do campo artístico e construir redes de trabalho.

A Escola de Dança desenvolve também um importante papel de formação de redes de apoio para egressos, oferecendo não apenas o espaço físico para ensaios, como também intercâmbio de informações, convites e divulgação de oportunidades de trabalho entre professores(as), alunos(as) e ex-alunos(as), cujo principal exemplo é o grupo criado no facebook, com mais de 6.000 membros.

Para Mariléia Silva (2010), as redes de sociabilidade para obtenção de trabalho teriam a cada dia maior importância, sobrepondo-se muitas vezes à qualificação e as vias formais. Alberto e Borges (2010), que estudaram a formação e inserção de atores no mundo do trabalho no Brasil e em Portugal, dentre as diferentes trajetórias analisadas, um traço comum é o destaque dado à importância da associação dos iniciantes a outros profissionais mais experientes, não apenas por proporcionar aprendizagens específicas da profissão (formação do ator, direção, produção), mas também por oportunizar a inserção em redes de contato profissionais.

A área artística, em que empregos são raros e a informalidade predomina, as redes de relações são ainda mais decisivas para a construção de possibilidades e relações virtuosas de trabalho, como pontuou Borges (2011). Mesmo na área técnica de suporte à arte, que inclui cenógrafos, figurinistas e iluminadores (nas áreas de dança e teatro) e *roadies* e operadores de som (na música), as relações de confiança e de conhecimento recíproco de referências estéticas e interesses são importantes.

Borges (2007 apud ALBERTO; BORGES, 2010, p.335) destaca que:

no mundo do teatro, os parceiros escolhem-se não apenas para reduzir a incerteza na concepção do espetáculo, como também para produzir nichos de trabalho e criar relações de confiança. O imperativo do trabalho em rede está, pois, estreitamente ligado às reputações e ajuda a construir contextos de criação teatral mais estáveis, com informações seguras sobre concepções relacionais e os talentos de atores

Flexibilidade e polivalência são uma constante no mundo do teatro, assim como a existência de contratos de trabalho “apalavrados” ou por projetos. A cooperação não remunerada também é comum, uma vez que a maioria dos atores se conhecem e/ou tem algum nível de confiança e afinidade que permitem esse tipo de trabalho. Esta última forma de trabalho depende em grande medida da disponibilidade de tempo, do vínculo.

O TRABALHANDO DE MÚSICOS(AS) EM SALVADOR

O CEEP foi criado há aproximadamente dez anos, oferecendo cursos técnicos em Conservação e Restauo, Instrumento musical (canto, flauta, saxofone, bateria, percussão, contrabaixo e violão) e Documentação musical. Até recentemente, também era oferecido o curso de Regência.

As modalidades oferecidas são: Ensino Médio Integrado (EMI), no turno matutino com duração de quatro anos; Subsequente, nos turnos vespertino e noturno com dois anos de duração; e PROEJA, também ofertados no vespertino e noturno, com duração de dois anos e meio). As turnas são compostas por no máximo vinte alunos e o ingresso no EMI é feito por matrícula simples, enquanto as outras duas modalidades exigem um teste prático durante o processo seletivo. Muitos jovens que procuram a escola já tiveram iniciação musical em espaços como igrejas (Batista, Adventista, Católica), bandas ou projetos sociais. Alguns deles já trabalham como músicos “na noite” ou tocam em bandas.

Os cursos têm elevadas taxas de evasão e o atraso também é comum nos percursos escolares, inclusive por razões profissionais (turnês, oportunidades de trabalho).

De 2007 a 2013, a escola ofereceu aproximadamente 300 vagas (220 para o curso de instrumento musical, 60 para documentação musical e 20 para regência), mas conseguiu formar apenas 108 estudantes, sendo que 85 se formaram em instrumento musical, 8 em regência e 15 em documentação musical, o que indica um índice de evasão média de 64%, valor ainda superior ao da Escola de Dança da FUNCEB.

Entre 2008 e 2013, o CEEP habilitou 108 técnicos em instrumento musical, regência e documentação musical. Dentre os egressos dos cursos do Centro, 27 deles foram contatados, sendo que 5 deles (18,5%), não estavam trabalhando no momento da pesquisa, esse percentual se repete para quem trabalha em outras áreas ou concilia o trabalho artístico com outras ocupações. Quase a metade deles (44,4%) trabalha apenas na área artística, e apenas 33% tem o trabalho com arte como principal fonte de sustento, percentual bastante inferior aos 60% encontrado na escola de dança. Apenas 22% deles possui algum contrato estável de trabalho.

Na música, os exemplos de sucesso financeiro e de reconhecimento midiático são mais comuns do que na dança. No entanto, no mercado artístico convivem desde um seleto grupo de artistas e de produtores culturais, que obtêm altíssimos rendimentos, até um grupo de agentes culturais, que operam com elevado grau de amadorismo em atividades voluntárias ou mal remuneradas.

Um número expressivo de profissionais da música, 37,5% trabalham com algum tipo de atividade educativa, sendo que 12 lecionam em escolas e projetos sociais e 5 dão aulas particulares. Nessas atividades educativas predominam os trabalhos como oficinairos, muitas vezes com limitada infraestrutura e condições de trabalho próximas do voluntariado, dada as baixas remunerações. Apenas quatro deles (14,8%) desenvolvem regularmente o trabalho como músicos autônomos.

Dentre as ocupações fora da área artística, predominam atividades no setor de serviços e/administrativas. Já entre aqueles que permanecem ligados ao setor artístico, as atividades de natureza educativa (em escolas regulares, em projetos sociais ou em academias ou escolas de dança) são responsáveis pela ocupação dos sujeitos em proporção semelhante às atividades de produção, coreografia e dança em companhias de dança, grupos musicais e espetáculos, incluindo no exterior.

Quase a metade deles (44,1%) tem a área artística como principal lócus de trabalho, um índice menor do que os 52,5%, dos egressos da escola de dança. No entanto, entre os formados em música, apenas 33% tem o trabalho com arte como principal fonte de sustento, divergindo bastante dos egressos de dança, com 60% dos sujeitos que contam com a remuneração pelo labor artístico como central para a subsistência.

Apenas quatro deles (14,8%) desenvolvem regularmente o trabalho como músicos autônomos ou com trabalhos autorais. Segundo Coelho (2010, p. 55), no Brasil, “os que vivem da cultura ou o trabalhador médio da cultura – têm uma renda média inferior à dos demais trabalhadores inseridos na economia de mercado”, e quase 60% da população ocupada na área de cultura não tem carteira assinada ou trabalha por conta própria, realidade semelhante a encontrada entre os egressos dos cursos de formação em dança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ainda serem preliminares, os dados apresentados contribuem para desmistificar a aura de “glamour” que cerca trabalho do artista. Muitas vezes, tomam-se os casos de sucesso profissional como referência para pensar o complexo e desigual mundo do trabalho artístico, no qual a incerteza de reconhecimento e remuneração e as

desigualdades de rendimento. E não apenas isso, implica aprender a lidar com a complexa articulação entre a organização empresarial e as políticas públicas do setor, a organização do trabalho artístico e técnico, o cultivo de plateias e a criação de novos públicos (MENGER, 2014).

O desafio de estudar a formação artística também se impõe quando se toma como base a relativamente escassa oferta de cursos de educação profissional no setor artístico. As iniciativas desenvolvidas em solo baiano e a trajetória relativamente extensa do curso de dança exigem uma investigação mais aprofundada das inter-relações entre projetos educativos e as condições objetivas oferecidas pelo mercado cultural.

Menger (2001) destaca que não por acaso, cresce o interesse por compreender a natureza do trabalho artístico, cujos protagonistas parecem há muito tempo conjugar a capacidade de navegar entre riscos, incerteza, flexibilidade e criatividade, características tão presentes no atual mundo laboral.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Maria Angélica; BORGES, Vera. Vocação, formação e mercado de trabalho no teatro: estudo comparativo entre Brasil e Portugal. In GOMES, Ana Célia et al. **Organização social do trabalho e associativismo no contexto da mundialização: estudos em Portugal, África e Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2010.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; PAIS, José Machado. **Criatividade, juventude e novos horizontes profissionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p.210-258.

BECKER, H. Mundos artísticos e tipos sociais. In: VELHO, Gilberto (org.). **Arte e sociedade: ensaios de sociologia da arte**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977. p.9-26.

BORGES, Vera. Artistas, Organizações e Mercados de Trabalho Artísticos: Do Teatro para os Outros Mundos da Arte. In VILLAVEVERDE, Manuel et al (eds.). **Itinerários: A**

Investigação nos 25 Anos do ICS. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 523-538, 2008.

_____. Trabalho, género, idade e arte: estudos empíricos sobre o teatro e a dança. **E-cadernos CES**, v.10, 2011, p. 110-127. Disponível em: < <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos10/5%20-%20Vera%20Borges.pdf> >. Acesso em: 15 out 2013.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

COELHO, Teixeira. Entrar na crise da cultura e enxergar a próxima crise. In: REIS, Affonso. et al. **A cultura na crise**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2010.

CORROCHANO, Maria C; NAKANO, Marilena. Jovens e trabalho. In: SPOSITO, Marília (coord.) **O estado da arte sobre juventude na pós graduação brasileira**: educação, serviço social e Ciências Sociais (1999-2006). Belo Horizonte: Ed. Argumentum, 2009.

GUIMARÃES, Nadya A. Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil?. In: Abramo, Wendel H. e Branco, Pedro P. M. (orgs.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p.149-174.

_____. Trajetórias juvenis: um novo nicho em meio à expansão das oportunidades de trabalho?. In: MACAMBIRA, J.; ANDRADE, F. R. B. **Trabalho e formação profissional**: juventudes em transição. Fortaleza: IDT, EUCE, BNB, 2013. p.57-72.

LINGO, Elizabeth; TEPPER, Steven. Looking Back, Looking Forward: Arts-Based Careers and Creative Work. **Work and Occupations**. v. 40, n.4, p. 337–363. 2013

MENGER, Pierre-Michel. Artists as workers: theoretical and methodological challenges. **Poetics**, n. 28, p. 241-254, 2001. Disponível em: < www.elsevier.nl/locate/poetic > . Acesso em: 10 out 2013.

_____. **The economics of creativity: art achievement under Uncertainty**. Cambridge; London: Havard University Press, 2014.

PAIS, José Machado. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: ALMEIDA, Maria Izabel; EUGENIO Fernanda (orgs.). **Culturas jovens: novos mapas dos afetos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 7-21.

POCHMANN, Márcio. **Juventudes na transição para a sociedade pós-industrial**. In: MACAMBIRA, J.; ANDRADE, F. R. B. Trabalho e formação profissional: juventudes em transição. Fortaleza: IDT, EUCE, BNB, 2013. p.37-55

REIS, Cacilda F. dos. **Sonhos, incertezas e realizações: as trajetórias de músicos e dançarinos afro-brasileiros no Brasil e na França**. 2012. 290 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012.

SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE. Pesquisa de opinião pública - **Agenda Juventude Brasil** – 2013. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/participacao> >. Acesso em 23 out 2013.

SILVA, Frederico A. Barbosa da; ARAÚJO, Herton Ellery (coord.). **Indicador de desenvolvimento da economia da cultura**. Brasília: Ipea, 2010.

SILVA, Mariléia Maria. Redes de relações sociais e acesso ao emprego entre os jovens. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 110, p. 243-260, jan-mar. 2010b.

THROSBY, David. La situación económica cambiante de los artistas del espectáculo.
Anais do II Encontro Internacional de las artes del espectáculo. Buenos Aires,
2007.

JUVENTUDE E INSERÇÃO PROFISSIONAL: TRAJETÓRIAS DE EGRESSOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ

Edilmara Kayt Silveira Fernandes – Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)
edilmarakayt@yahoo.com.br

A Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) situa-se em Sobral, região norte do estado do Ceará e recebe um fluxo diário de estudantes de cerca de 50 municípios circunvizinhos. O presente estudo mostra alguns resultados da pesquisa “Trajetórias juvenis após a universidade: um estudo sobre egressos da Universidade Estadual Vale do Acaraú” realizada para minha Especialização em Gestão de Organizações Sociais. No estudo, reconstitui as trajetórias pós-universidade de três egressos da UVA que se submetiam a deslocamentos diários de seus municípios até Sobral para estudarem e poderem cumprir projetos de vida. Egressos estes que também foram interlocutores de minha pesquisa monográfica: “Trajetórias e projetos de vida na mobilidade: os universitários das viagens intermunicipais³”, que objetivou compreender o que mobilizava jovens de diversos municípios da região norte do Ceará a realizarem um movimento pendular⁴ entre esses municípios e a cidade de Sobral para cursarem uma graduação, os relatos permitiram perceber que a busca por realizar projetos de vida é o que impulsiona o processo.

Nas trajetórias pós-universidade procurei, pois, perceber junto aos interlocutores se seus projetos foram ou não concretizados, como isso ocorreu, o que a graduação lhes oportunizou, o que estão fazendo atualmente, como se deu seu processo de inserção no mercado laboral e saber como eles mesmos analisam suas realidades e suas trajetórias profissionais, instigando-os a uma reflexão sobre as trajetórias que seguiram e sobre seus projetos. Parti de uma perspectiva qualitativa de pesquisa em Ciências Sociais na análise aprofundada de entrevistas semiestruturadas com três dos nove interlocutores da

³Monografia de Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Vale de Acaraú em 2012.

⁴De acordo com o Instituto Nacional de Estatística – INE (STAMM&STADUTO, 2008) movimento pendular é o movimento realizado cotidianamente, em horários mais ou menos fixos de ida e volta entre o local de moradia e o local de trabalho e/ou estudo.

pesquisa anterior e o estudo de conceitos pertinentes à pesquisa como inserção profissional de jovens graduados, projetos de vida e campo de possibilidade.

Ao adotar uma perspectiva qualitativa, o mais importante é o aprofundamento do tema a partir de técnicas que exigem mais tempo para a realização, dessa forma a preocupação não foi com a quantidade de entrevistados, mas com a qualificação das entrevistas, a análise minuciosa dos relatos. O intuito, para além do conhecimento das trajetórias que os jovens entrevistados seguiram após a universidade, é compreender as subjetividades destes jovens, o universo simbólico que construíram no traçar dessas trajetórias, estimular que eles mesmos reflitam sobre o que vivenciaram.

A escolha pela temática da inserção profissional se estabelece pela necessidade de acompanhar as trajetórias e o desenrolar dos projetos de vida que perpassaram o investimento na educação superior.

O processo de inserção laboral de graduados é um tema que vem ganhando visibilidade nos últimos anos pelos processos de transformações econômicas e de massificação do acesso ao ensino superior. A conceituação da temática ainda não é consensual empregando-se diversas expressões como inserção, transição, entrada na vida ativa, itinerários, trajetórias etc. Opto pelo termo trajetória por considerá-lo mais específico ao pretender fazer uma abordagem mais qualitativa ao analisar as trajetórias de egressos da UVA. Considere-se também que não pretendo analisar unicamente os processos de inserção no mundo do trabalho, mas, a partir de suas subjetividades, perceber como compreendem as realidades em que se inserem e as trajetórias acadêmicas e profissionais que seguiram. Tendo em vista que os projetos que os motivavam não estavam relacionados somente à vida profissional, mas incluíam também o próprio investimento na vida estudantil, pessoal e/ou familiar, as suas lembranças do local de moradia, da infância, da família e que o desejo de formação superior era tido, além da cobrança social, como investimento para melhorar as condições de trabalho, como o desejo de ajudar a comunidade de origem, realização como pessoa, realização de sonhos diversos (FERNANDES, 2012).

TRAJETÓRIAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS GRADUADOS

Na atual conjuntura do sistema capitalista, que torna o mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo, o investimento individual na educação se torna regra para se inserir nesse mercado e possibilitar as oportunidades adequadas para quem busca certa mobilidade social, melhores condições de vida mediadas por um emprego com maior estabilidade e salários mais atrativos.

Embora a esfera do trabalho não tenha sido o fator único para o investimento destes jovens na graduação, ela pode ser considerada, de acordo com Arlinda Cabral (2011) “a que mais pode condicionar as restantes, por proporcionar os recursos necessários para a concretização, no médio e longo prazo, de projectos de vida”(CABRAL, 2011, p.60).

O presente estudo já é embrionário da construção e do desenvolvimento de projetos de vidas de jovens desde a inserção no curso superior. Tendo em vista que as trajetórias individuais são estabelecidas em termos de projeto (SARTRE *apud* SANTOS, 2009) e que eles não se findam como o término da graduação, pois a inserção no curso superior não refletia o projeto de vida em si, mas apenas um meio de se realizar o projeto de vida maior que refletia não só a qualificação para a vida profissional, mas o atendimento das subjetividades para a realização de sonhos, desejos de levar melhorias para a comunidade de origem com o conhecimento obtido na universidade, dentre outras coisas (FERNANDES, 2012).

Para Gilberto Velho (1999) ao analisar trajetórias de vida, devemos relacionar os *projetos de vida* e o *campo de possibilidade*, pois “as trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de projetos com objetivos específicos” (VELHO, 1999, p.47). O autor afirma que o projeto se realiza de acordo com a dinâmica do campo de possibilidades que é o “espaço para a formulação e implementação dos projetos” (idem, p.40). Compreende projeto como sendo algo dinâmico, pois é permanentemente reelaborado e busca a organização dos meios pelos quais os objetivos serão alcançados. Existe “como meio de comunicação, expressão e articulação de interesses, objetivos, sentimentos, aspirações para o mundo” (idem,

p.103). Os projetos, assim como as pessoas são mutáveis (idem, p. 48) e permanentemente reelaborados, reorganizando a identidade do indivíduo.

Nos processos de inserção profissional de jovens graduados, Rachel de Castro Almeida (2011), afirma que devemos considerar três pressupostos essenciais: a questão da temporalidade, pois a transição para o trabalho deve ser entendida “como um processo dilatado no tempo”; a contemplação das dimensões subjetivas da inserção, as aspirações profissionais, valores do trabalho, socialização profissional e construção de identidades profissionais; essas dimensões devem ser relacionadas aos aspectos objetivos da inserção como as posições ocupadas no mercado de trabalho e as que percorrem ao longo de suas trajetórias (ALMEIDA, 2011, p. 6).

Seguindo para realizar o projeto de vida

-Por que você resolveu cursar uma universidade?

-Na nossa sociedade de hoje é uma obrigação, não é?!⁵

Esse é um trecho de uma entrevista realizada em 2010 com Lucas⁶, 25 anos, um dos três interlocutores desta pesquisa, um jovem estudante do curso de Ciências Sociais da UVA, que na época era morador do município de Acaraú, distante 110 km da cidade de Sobral. Ao ser indagado sobre os motivos porque escolheu entrar numa universidade, considerando que para cursá-la teria que se deslocar diariamente de seu município, enfrentando uma viagem de quase duas horas de ida para a aula e o mesmo tempo de volta para casa, ele respondeu que cursar uma universidade é uma necessidade que a própria sociedade impõe aos indivíduos.

Lucas concluiu o curso em 2012 e no semestre seguinte entrou novamente na universidade para fazer a modalidade Bacharelado do mesmo curso. Seu primeiro emprego foi ainda quando estava cursando a primeira modalidade da graduação, um emprego temporário de recenseador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE no censo de 2010. Depois começou dar aula, mas não de Sociologia, deu aulas de Português e Matemática no Ensino Fundamental. Muitos estudantes ao terminarem uma graduação não conseguem emprego imediatamente na área de formação e muitos não

⁵Entrevista realizada em 2010.

⁶A utilização dos nomes reais dos entrevistados foi por eles autorizada e documentada através de um termo de cessão de direitos.

conseguem em área alguma. Ao lado da angústia por não estar exercendo de fato, a função a qual se graduou, ele coloca que foi uma experiência válida:

Se por um lado eu ficava angustiado de não poder colocar em prática tudo aquilo, aqueles cinco anos que eu passei estudando, por outro lado foi uma experiência bem legal tanto profissional, mas também como ser humano..⁷

Lucas passou quase um ano como professor do ensino fundamental e resolveu deixar a escola para estudar para um concurso público estadual para professor de Sociologia do ensino médio. E, como estava novamente na universidade, conseguiu uma bolsa em um projeto de extensão. Sobre a decisão de deixar de trabalhar e se dedicar a estudar para o concurso ele fala:

Não foi uma decisão difícil não (...) eu gostava, aliás, gostei muito, gosto e quem sabe possa até voltar a trabalhar com, com o ensino fundamental, com criança, pré-adolescentes, mas se eu passei cinco anos estudando pra é, colocar em prática meus conhecimentos na área do ensino de sociologia, não é?! Aí eu acho que eu tava sendo subaproveitado, tudo aquilo que eu estudei, todo o meu esforço tava sendo subaproveitado naquela profissão, naquele emprego.

A decisão de deixar o emprego para concentrar os esforços estudando para o concurso valeu à pena, pois ele passou e está esperando ser chamado. Para Lucas sua vida profissional ainda vai começar de fato quando for chamado para assumir o cargo e efetivar o que aprendeu com a formação universitária, mas fala do valor do trabalho em sua vida:

Eu acho que a questão do trabalho vai muito mais além do que você vender a sua força de trabalho né, em troca de remuneração pra saciar suas necessidades básicas, não é?! Eu acho que você deve levar em consideração o que você pensa, (...) da sociedade e o que você deseja pra sociedade, não é. E pra você também.

Sobre a vida estudantil, o acesso ao ensino superior promoveu uma grande mudança na vida de Lucas ao ser instigado a fazer uma análise de sua vida acadêmica ele coloca:

Ah... desde o principal que é a formação acadêmica, a formação científica, passando pela formação cultural, pela formação humanística, política eu acho que se nós podemos analisar dois Lucas: um antes de entrar no ensino superior e outro depois.

O projeto de vida descrito anteriormente por Lucas era “atuar na área das Ciências Sociais” e “dar aulas de Sociologia” e também pretendia dar continuidade à

⁷Entrevista realizada em abril de 2014.

vida acadêmica com pós-graduações. Quase quatro anos depois dessas colocações de Lucas, vemos que ele caminhou para realizar esse projeto de vida e que está bem perto de concretizá-lo, alguns meses apenas de dar aulas de Sociologia, atuar na área em que se formou. Quanto a dar continuidade à vida acadêmica com as pós-graduações ele coloca que “continua sim fazendo parte dos meus planos.”

Ele fala ainda da importância de ter seguido à risca seu projeto de vida

Como era um projeto, (...) o projeto da minha história de vida (...) eu deixei o emprego que eu tava estável nesse emprego, estava gostando, estava sendo uma experiência bem interessante, bem proveitosa pra mim, até financeiramente, inclusive. Mas como fazia parte do meu projeto de vida de dar aula de sociologia, ser professor de sociologia eu deixei esse emprego pra seguir meu projeto.

Mesmo quando se consegue alcançar algo que se projetou, não paramos, continuamos a planejar nosso futuro, Lucas ainda tem plano a realizar:

Meu plano pros próximos anos é, nos próximos três anos é me adaptar à nova realidade não é, de professor de sociologia do ensino médio. Que não é algo simples, é algo complexo, que demanda tempo, muito estudo, muita dedicação. E, futuramente, é... dar continuidade aos meus estudos com a pós-graduação.

O trabalho significando asas

Glauciane tem 29 anos é de Araquém, distrito de Coreáú. Concluiu Licenciatura em Ciências Sociais em 2010. Entrou na universidade pelo incentivo de sua mãe, as pretensões para depois da formação estavam também relacionadas ao mercado de trabalho, queria mais estabilidade e um melhor salário com um concurso público.

Também ao terminar a Licenciatura entrou para a modalidade Bacharelado do mesmo curso, mas cursou todas as disciplinas e não concluiu a monografia do curso por conta do trabalho, que tomava todo seu tempo, estava trabalhando nos três turnos, com 300 horas como professora. Porém, ela pretende ainda terminar.

Além de ter continuado estudando uma graduação ela concluiu em 2013 uma especialização em Metodologia do Ensino de História e Geografia. E “não contente” procurando “sarna pra se coçar”, como ela coloca, matriculou-se em uma faculdade de

Letras que tem aula apenas aos finais de semana lá em Araquém mesmo. Está no segundo período e está gostando.

Glauciane é filha de agricultores e até os doze anos de idade ela e seus cinco irmãos ajudavam seus pais com a plantação, no cultivo dos alimentos básicos como o feijão, o milho, o jerimum. Depois ficou só estudando, mas antes de entrar na universidade começou a trabalhar numa casa de passeio de um vizinho como secretária do lar e continuou com esse trabalho durante quase todo o período que passou na faculdade. No final do curso foi que entrou para o magistério. Primeiramente como professora da rede municipal de ensino e, logo depois entrou para a rede estadual, onde trabalha atualmente. Glauciane também passou em um concurso público para professora de Sociologia do Estado e está aguardando ser chamada.

Glauciane dá aulas de Sociologia e Filosofia em duas escolas, uma no distrito onde mora e a outra na sede do município. Sobre o valor, a importância do trabalho na vida ela fala:

Hoje eu criei asas, hoje eu tenho asas. Porque é tão bom, assim, a gente não depender, não depender de pai nem de mãe nem de homem economicamente, ser independente economicamente. E isso eu posso dizer que eu com...conquistei. E eu, eu considero assim, as minhas asas. Sabe, assim, é muito bom, muito bom a gente ter o dinheirinho da gente, não depender de pai, de mãe, nem de, de namorado, de, de marido, enfim.⁸

O acesso ao ensino superior trouxe muitas mudanças na vida de Glauciane:

Mudou demais, demais minha vida. (...) eu consegui trabalho, hoje eu sou professora, vivo a minha profissão, o ensino de sociologia. E questão também financeira, que minha vida melhorou muito, não só a minha como a da minha família, né. Já consegui algum emprego, alguma coisinha pouca né, mas pra vista de alguns anos atrás já é muita coisa. (...) eu cresci e que esse crescimento, eu não tenho dúvida nenhuma que foi graças aos meus estudos.

A pretensão de Glauciane na época da faculdade era fazer um concurso público, mas não para professora “porque professor é duro a vida (...)a gente pensa na questão do salário. É uma coisa que agente trabalha muito, que a gente leva muito trabalho pra casa, sabe? (...)Falta tempo pra outras coisas⁹”. Ela acabou fazendo um concurso para professora, porque o fato de não querer ser professora mudou:

⁸Entrevista realizada em 30 de abril de 2014.

⁹Entrevista realizada em 27 de outubro de 2010.

Eu acho que eu aprendi a gostar da profissão mesmo. E eu fiz esse concurso, esse concurso de professor do estado não só pensando na questão econômica. Claro que principalmente né, o que pesou mais, sem dúvida foi isso, mas também porque eu aprendi a gostar da profissão. Hoje...hoje, assim, hoje eu me sinto professora, mas (...)hoje eu... minha profissão é Professora!

Mesmo tendo terminado a faculdade, ter passado em um concurso, Glauciane tem ainda um sonho a realizar, porque, em suas palavras:

Até hoje eu dediquei muito tempo da minha vida a estudar e trabalhar. No tempo da faculdade era assim: eu trabalhava pensando nos estudos, que o trabalho era uma forma de me manter na universidade, eu ter dinheiro pra mim comprar de vez em quando um livro né, pra eu comprar minhas xerox é... é... comprar roupa, bijuteria essas coisas pra mim ir pra universidade. (...) a vida da gente é feita de prioridades e hoje estudar não é mais prioridade pra mim. No sentido assim de que eu tenho outras coisas também pra mim realizar, outros sonhos pra mim realizar. (...) assim, eu já tenho 29 anos, eu já, já estudei muito, trabalho demais, mas eu tenho um sonho que é encontrar uma pessoa, casar, ter minha casa, ter filhos, enfim, eu acho que já tá na hora, a hora é agora, eu já passei no concurso, agora o próximo sonho, ou seja, um dos meus sonhos né, era fazer uma univer... era fazer uma faculdade. Fiz. Outro era passar num concurso. Já passei. O terceiro sonho é encontrar uma pessoa legal, casar, ter filhos, ter uma casinha, enfim, uma vidinha simples.

Perseverança e motivação para driblar dificuldades e realizar as pretensões

Anderson tem 28 anos e mora na cidade de Acaraú, graduou-se em Física - Licenciatura no ano de 2010. Enquanto universitário pretendia para depois que terminasse o curso, investir mais na vida acadêmica para estar mais preparado para o mercado de trabalho.

Após o término da graduação ele fez uma especialização em Gestão em Planejamento e Avaliação Escolar. Gostaria de ter feito na área de Física, mas a região não dispunha de uma especialização nesta área, na época. Atualmente ele é professor efetivo da rede estadual de ensino em Acaraú, passou no concurso público antes mesmo de terminar a graduação. Antes de passar no concurso já dava aulas de Física na rede estadual de ensino e também dava aulas particulares de Física e Matemática em sua casa. Anderson também é Supervisor do Programa de Iniciação à Docência – PIBID no campus do IFCE. Também foi professor em cursinho pré-vestibular durante um tempo. Ele também coordena o laboratório de ciências em uma escola do município. Antes de atuar como professor, Anderson trabalhou em mercantil, em posto de gasolina e na agricultura com seus pais. No período da graduação também trabalhava, mesmo sendo difícil ele nos conta como conseguiu:

Fazendo faculdade (...) eutrabalhava num mercantil, certo, e era um trabalho difícil porque eu trabalhava de segunda a domingo, né, então, e tinha que ir pra faculdade, tinha que manter a faculdade. Então não foi uma tarefa fácil, né, foi uma tarefa que muitas pessoas me perguntam como foi que eu consegui e eu acho que mais foi a questão da perseverança, né, a questão de você ter força de vontade pra conseguir e também pra poder ajudar minha própria família né.

Anderson fala dos valores que o trabalho tem em sua vida:

Eu acho que o valor do trabalho, (...) ele traz a dignidade do homem né. Ele, mostra é, o seu valor. Ele mostra a sua competência, ele mostra que a sua formação valeu a pena, né. (...) você colhe muitos frutos, né, você colhe muita coisa boa, (...) consegue o respeito, é, é, é, das pessoas, né. As pessoas veem, veem o seu valor, veem a sua formação, veem a sua capacidade, né.

Ele considera que o ensino superior lhe oportunizou muitas coisas além do trabalho e de com ele dar uma melhor qualidade de vida para sua família

O ensino superior me oportunizou o que, né? Poder, é, colaborar de alguma forma, né, no sustento, a dar mais qualidade de vida tanto pra mim como pra minha família. Mais conhecimento sobre o mundo, sobre a vida, né, e também a questão do trabalho, né. Então eu acho que veio facilitar, foi uma das é... veio abrir portas, né, mais portas né, de trabalho né.

Sobre sua trajetória acadêmica no contexto de deslocamento ele analisa que com todas as dificuldades ele buscava motivações e perseverava por aquilo que queria:

Era uma rotina assim, meio puxada né, bem, bem difícil, pelo fato de eu ter que trabalhar durante os dois turnos: manhã e tarde, é... e ter que me deslocar todo dia pra Sobral. (...) era bem cansativo. Muitas vezes eu não tinha nem sequer dinheiro né, para... como eu era professor temporário às vezes a gente passava três meses sem receber o salário, às vezes não tinha dinheiro nem sequer pra merenda, mas eu, eu continuei, eu persisti, né, eu perseverei até o, até o final do curso. (...) apesar de todas as dificuldades eu, é, é, é... buscava motivação né, cada dia que se passava, pra tentar terminar esse curso, né. ter essa formação superior né, e conquistar novos espaços né, no mercado de trabalho.

Na época da faculdade as pretensões de Anderson eram:

entrar numa especialização na minha área, na área de Física. No momento vai ocorrer o concurso do Estado, tentar me efetivar logo no estado como professor do Estado, ter de fato meu emprego e depois tentar procurar novos horizontes, fazer um novo curso, entrar num Mestrado, num projeto que eu pretendo é entrar no Mestrado ou fazer uma especialização, me aperfeiçoar cada vez mais, fazer outro curso e estar preparado pra o mercado de trabalho.¹⁰

Do que pretendia, ele conseguiu passar no concurso, fazer uma especialização, embora em uma área diferente. O que não conseguiu, ainda pretende realizar.

¹⁰Entrevista realizada em 2010.

Sobre sua trajetória profissional ele considera que ainda há muito para conquistar

Eu ainda tenho muito que conquistar né, agora que eu tenho a minha primeira formação, tenho minha pós-graduação, é... também tem o mestrado (...) é uma nova formação na área da matemática, é um incentivo a mais, né, você continuar na área educacional e também ingressar no nível superior como professor universitário. (...) Pretendo é, fazer outra faculdade, de preferência, tô querendo me dedicar ao curso de engenharia civil.

Mas se sente muito bem com tudo o que já conseguiu:

A minha vida hoje é, profissional, acredito que eu tô muito bem, hoje eu sou professor efetivo, tenho o meu trabalho, certo, tô com muitas oportunidades de trabalho, tô me preparando também pra concurso em outras áreas e ter outra formação, é, na área da engenharia. Na minha vida pessoal eu tô, eu estou prestes a me casar né, eu tô aí num casamento já, certo, vou construir a minha casa graças ao fruto do meu trabalho né, como eu havia falado anteriormente certo, e, assim, hoje eu me sinto feliz, realizado né. Eu posso dizer que eu saí de uma realidade difícil, vim de uma família simples né, de uma família em que meus pais eram agricultores. (...) trabalhei já em posto de gasolina, trabalhei, é... em mercantil, trabalhei na roça. Então isso são vitórias que eu conquistei né, ao longo desse período que eu estava na universidade. Então a universidade ela facilitou né, ela foi essa ponte, ela foi esse caminho é, é, é... pra mim poder realizar essas conquistas, certo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de massificação do acesso ao ensino superior oportunizou a uma parcela significativa de jovens oriundos de camadas populares a ingressarem nesse nível de ensino. Vendo mais opções de formação superior na cidade de Sobral, os jovens dos municípios circunvizinhos se deslocam diariamente ou passam a semana em Sobral para estudarem. Esses deslocamentos são impulsionados por diferentes projetos de vida desses jovens que perpassam a educação superior.

Buscou-se, pois, uma aproximação com as trajetórias após a universidade de alguns jovens que tiveram acesso à educação superior pelo processo de massificação. A partir dos relatos foi possível conhecer a própria percepção desses jovens sobre o processo em que estão inseridos, a análise que fazem sobre suas trajetórias profissionais e sobre o que o acesso ao ensino superior lhes oportunizou, ver como os projetos de vida, as aspirações que tinham na época da faculdade foram levadas a diante por cada um deles, bem como conhecer o que ainda planejam para si.

As trajetórias aqui apresentadas mostram muitas similaridades, jovens que escolheram por profissão o magistério e que gostam muito do que fazem. Professores do ensino médio que seguiram à risca seus projetos de vida, investiram nos estudos, driblaram as dificuldades para estarem onde estão. Antes de entrarem para o magistério passaram por outros empregos diferentes, precisavam trabalhar para se manterem na universidade, para contribuir com o sustento familiar, para se manterem. Consideram o trabalho algo fundamental em suas vidas e a universidade aquilo que lhes proporcionou crescimento pessoal e oportunizou uma melhor inserção no mercado de trabalho, ampliando a qualidade de vida, como também a expansão dos conhecimentos, das percepções de mundo e crescimento pessoal e financeiro. A universidade ampliou o campo de possibilidades ao oportunizar conhecimento, formação profissional, novas experiências para a elaboração e o cumprimento de projetos

O caminho traçado por eles significava, sobretudo, a tentativa de cumprir o projeto que elaboraram para si, reorganizando-os com determinação e perseverança a partir dos impasses do campo de possibilidades. Depois de 2 ou 4 anos do término da formação eles perseguiram seus sonhos e muito já foi realizado, mas não param de sonhar nem de fazer planos e projetarem suas trajetórias futuras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Raquel de Castro. **Ensino superior e avaliação institucional:** instrumentos metodológicos para estudos comparativos sobre inserção profissional de diplomados. 35º Encontro Nacional da ANPOCS, 2011

CABRAL, Arlinda Manoela dos Santos. Conciliação ou conflito entre o trabalho e as outras esferas da vida social na inserção profissional dos diplomados do ensino superior. **RICOT Journal**. Porto: Rede de Investigação sobre Condições de Trabalho – RICOT, Universidade do Porto, nº 1, Setembro de 2011.

FERNANDES, Edilmara Kayt Silveira. **Trajetórias e Projetos de Vida na Mobilidade:** os universitários das viagens intermunicipais. Monografia de Graduação em Ciências Sociais. Sobral, CE: Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, 2012.

SANTOS, Milton. O lugar e o cotidiano. In: **A natureza do espaço**. 4ed. 5º reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2009.

STAMM, Cristiano & STADUCO, Jefferson Antonio Raimundo. Movimentos Pendulares das Cidades Interioranas de Porte Médio de Cascavel e Toledo, no Paraná.

Revista Brasileira de Estudos da População, São Paulo, v. 25, n. 01, p. 131-149, jan./jun. 2008.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 2ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. Antropologia Social.

PLANOS INCERTOS, ESCOLHAS POSSÍVEIS: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE FUTURO DE UM GRUPO DE JOVENS MORADORES DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO.

Raquel Brum Fernandes - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Raquel_bfs@hotmail.com

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Estudos sobre grupos jovens de camadas médias do Rio de Janeiro têm já há alguns anos indicado que a construção das identidades nesses grupos não se dá de forma imediata ou definitiva. (ALMEIDA; EUGÊNIO, 2006; ALMEIDA; TRACY, 2003; ROCHA; ALMEIDA; EUGÊNIO, 2006). Suas trajetórias seriam, ao contrário, formadas por momentos, “cenas”, alternâncias e combinações em diversas áreas como os relacionamentos amorosos e as práticas de lazer. No que diz respeito às configurações de trabalho, pode-se afirmar que são também descontínuas, divergindo da antiga noção de carreira formal, concentrada em uma mesma área e/ou empresa. Maria Isabel Mendes de Almeida e José Machado Pais (2012) defendem que as perspectivas profissionais da juventude são marcadas pela criatividade, através da reinvenção e (re)significação de categorias que tradicionalmente configuram o mundo do trabalho. As atuais conjunturas econômicas, com ampliação da concorrência em várias áreas do mercado, aliadas à multiplicação das formas de comunicação, propaganda e marketing estariam proporcionando o surgimento de novas formas de empreendedorismo criativo. Dessa forma, as trajetórias profissionais não seriam mais construídas de forma exclusivista, com dedicação total a uma determinada área de interesse. Muitos jovens desenvolveriam carreiras paralelas sobre temáticas distintas ou assumiriam trabalhos temporários ou freelancer enquanto se preparam para mudar de área profissional. Na verdade, muitas vezes os projetos temporários constituiriam a totalidade das perspectivas de trabalho dos jovens, tanto pela escassez de cargos estáveis e duradouros no mercado, quanto pela própria preferência de alguns profissionais por horários e

formatos mais flexíveis de trabalho. Isso não significa que os jovens não possuam projetos de carreira mais ou menos direcionados e áreas de interesse definidas, nem que não busquem algum tipo de estabilidade econômica. As formas de fazer isso é que se tornaram mais fluidas, dotadas de diversas possibilidades de escolha e abertas a mudanças no meio do percurso.

No que diz respeito às análises sobre as juventudes cariocas de camadas populares, entretanto, especialmente as faveladas, são constantemente destacadas as peculiaridades da vida social em territórios de pobreza, especialmente naqueles “governados” por organizações traficantes, que acabariam assumindo um papel determinante na trajetória biográfica desses jovens. Já se tornou popularmente conhecido que dinheiro, armas, mulheres e poder são alguns dos elementos que construiriam o prestígio das lideranças do tráfico, sendo desfilados em tanto maior proporção quanto forem seus cargos no movimento. Os jovens, muitas vezes com famílias desestruturadas, não teriam o suporte e educação necessários para resistirem ao apelo das oportunidades de renda e destaque social. Evadidos da escola, deixariam de receber os valores e princípios pertinentes à socialização formal, além de não completarem a formação educacional necessária para uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho. Estariam resumidas assim, algumas das versões que compõem recorrentemente o painel explicativo acionado na construção da vulnerabilidade da juventude favelada e utilizado muitas vezes para tentar explicar as “causas” de seu envolvimento com o mundo do crime (PICCOLO, 2010; RAMOS, 2011; SENTO-SÉ; COELHO, 2011). Extremamente limitados por contextos sociais de carência, os jovens favelados teriam pouca, quase nenhuma, possibilidade de “escolha” no que diz respeito ao desenvolvimento de carreiras profissionais legítimas. Estariam fadados a empregos temporários ou profissões mal remuneradas, perante as quais o ingresso em organizações criminosas tornar-se-ia ainda mais “atraente”.

Tal reflexão tem incitado, já há vários anos, o desenvolvimento de iniciativas que buscam “orientar” jovens pobres na construção de trajetórias biográficas consideradas legítimas. Tais trajetórias consideradas “saúdáveis”, embora permitam em sua construção certa variedade de interesses e habilidades, permanecem em sua maioria

fazendo referência ao modelo tradicional biográfico, que associariam a entrada na fase “adulta” a obtenção de um emprego formal (CARDOSO, 2008). Dentro de tal contexto surgiram os “projetos sociais”, os quais se multiplicaram pelas áreas carentes da cidade (especialmente favelas e que possuem maior atenção midiática) objetivando oferecer “outras expectativas” e perspectivas de vida aos jovens locais (NOVAES, 2006). Embora noções relativas à afirmação étnica e territorial, assim como a denúncia de abusos e negação da cidadania aos moradores de favelas estejam constantemente figurando como bandeira discursiva de muitos “projetos sociais”, é o tema da inclusão social através do trabalho que parece fomentar a maioria das iniciativas, tanto as que oferecem atividades artísticas, quanto esportivas ou, principalmente, cursos profissionalizantes. Segundo Fernanda Piccolo:

Inúmeras ações foram estabelecidas, visando, em muitos casos, à incorporação dos adolescentes e jovens ao mercado de trabalho, do qual se encontram formalmente excluídos, visto os altos índices de desemprego, não trabalho e trabalho informal verificados para esses segmentos (Quiroga, 2002). Visando a essa inserção são postas em prática políticas de capacitação, mediante uma série de programas que, para sua execução e seu financiamento, envolvem diversos organismos locais, nacionais e internacionais. Na descrição dos objetivos dessas ações, costuma-se salientar o desejo de solucionar o que seria uma das causas da violência urbana: a desocupação da juventude pobre, não escolarizada – fato que contribuiria para a reprodução de sua condição social. (2010, p. 112)

Dessa forma, pode-se perceber uma concepção de que o trabalho se opõe diretamente ao desempenho de atividades ilegítimas, as quais seriam fomentadas pela desocupação da juventude (CARDOSO, 2008). Revela-se uma percepção generalista dos jovens moradores de favelas, os quais precisariam todos de uma “ocupação” urgente. Sabe-se que já há vários anos o imaginário coletivo associa diretamente as condições de jovem, favelado e “bandido”, construindo um perfil definido daqueles que seriam os principais autores da violência no Rio de Janeiro (RAMOS; MUSUMECI, 2005). Pode-se perceber inclusive que tal perfil não se resume à impressão das classes médias moradoras do “asfalto”, sendo acionado também por moradores de comunidades favelizadas (FERNANDES, 2013). Não costuma divergir ainda dos estereótipos acionados por órgãos públicos destinados a atuar em relação direta com os agentes da violência, como, em um exemplo óbvio, os grupos policiais, além de equipamentos e

projetos de assistência social. A construção e emprego de tal perfil gera estigmatizações generalistas, atribuindo aos jovens moradores de favelas (especialmente homens) de modo geral, ao menos uma “potencialidade criminosa” (NOVAES, 2006; RAMOS; MUSUMECI, 2005). Gênero (masculino), etnia (negra) e características comportamentais como estilos de roupas, calçados e acessórios, assim como maneiras de andar, falar e se portar e até o estilo musical que se ouve ou canta podem contribuir para a caracterização do “bandido clássico” (PICCOLO, 2008; RAMOS; MUSUMECI, 2005). Acrescente-se a esse perfil a desocupação, e estaria constituído uns dos principais “problemas sociais” do Rio de Janeiro, segundo a análise de representantes de diferentes segmentos sociais.

Alguns autores que têm se dedicado a estudar as trajetórias juvenis em classes populares já têm destacado, entretanto, que algumas das “razões” normalmente acionadas para explicar o contexto de vulnerabilidade dos jovens precisam ser relativizadas. Observa-se que as próprias configurações modernas de família, de escola e de perspectivas de futuro seriam imprecisas e não poderiam servir de explicação única ou naturalizada para uma vida de vulnerabilidade social (PICCOLO, 2008, 2010; RAMOS, 2011; SENTO-SÉ e COELHO, 2011). Dentro da pesquisa que tem dado origem a minha tese de doutorado, tenho observado e entrevistado alguns jovens moradores de um complexo de favelas do Rio de Janeiro, a fim de conhecer suas perspectivas de futuro, especialmente no que as relacionam a sua inserção nos “projetos” que passaram a ser desenvolvidos nas favelas após a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora. Em uma análise geral, o que tem se revelado são projetos de futuro incertos, que podem incluir a construção de carreiras formais e socialmente valorizadas em áreas como medicina ou direito, sem que isso implique em planos em curto prazo de retornar à escola ou de prestar vestibular. Em outros casos, projetos de se tornar Dj ou guia turístico podem ser construídos paralelamente ao investimento em um comércio local ou ao trabalho em uma cooperativa de moto-táxi, por exemplo. Quanto ao envolvimento dos jovens nos “projetos”, muitos dizem gostar de frequentar as aulas e atividades, mas apenas em alguns casos isso parece despertar ou influenciar planos profissionais em longo prazo. Outros jovens afirmam que não participam de nenhum projeto porque “podem jogar bola em qualquer lugar” e não precisariam participar de

nenhuma iniciativa formal para isso. Aqui, gostaria de destacar um grupo de jovens em torno dos 15 anos, que tinham em comum o fato de terem pertencido a um mesmo “projeto” de dança étnica, o qual funcionava na sede da UPP. Naquele momento, entretanto, as aulas estavam suspensas devido à baixa assiduidade das próprias alunas, apesar, segundo elas mesmas, das diversas tentativas da professora de levar a atividades adiante. Segue a fala de Kamila, uma das participantes do grupo, respondendo sobre como ela se imagina daqui a dez anos:

No momento, eu tenho dois sonhos. Um é de ser dançarina profissional independente do meu corpo ou meu peso. Meu segundo sonho é ser uma administradora. Daqui a dez anos eu me vejo com meu grupo de dança fazendo sucesso (...) Me vejo me apresentando em grandes lugares importantes, como teatros, festival de danças, eventos, até televisão se for possível. Me vejo uma dançarina conhecida. Sobre a parte da administração eu nunca parei pra me imaginar tanto, eu gosto, mas não é o que fico pensando o tempo todo. Administração será minha segunda opção. Se até eu terminar meus estudos, eu vou ter uma visão de que vai dar certo se eu continuar. Não tem faculdade para ser dançarina, só coreógrafa, pelo menos na minha pesquisa mostra isso. Para seguir como profissão se isso não dá certo, no momento eu penso em fazer administração, mas mesmo assim continuarei dançando.

Já Natânia, embora também espere que as meninas consigam fazer sucesso dançando, revela um outro sonho:

Em dez anos eu me vejo educando crianças para um futuro melhor. Quero fazer pedagogia e para isso já estou estudando no curso normal do Colégio Julia Kubistchek.

Outra participante do grupo, Yasmim, após dizer que gostaria de se tornar bailarina profissional, afirmou:

Eu quero até lá arrumar um trabalho de jovem aprendiz e com esse dinheiro que eu pegar, pagar minha faculdade.

Entrevistadora: Faculdade de quê?

Eu não sei explicar, eu sei que eu tenho que fazer faculdade de Educação Física para eu pegar um papel, sei lá, para mim entrar em Dança.

Apesar disso, em outro momento da entrevista, quando a perguntei o motivo de ela faltar muito ao projeto de dança, obtive a seguinte resposta:

Ah, não sei, às vezes eu chegava muito cansada da escola. A dança sempre começa sete horas e eu chego da escola sete horas, aí eu nunca levava a roupa na mochila e eu perdi a vontade de ir. Aí eu ficava faltando, faltando, faltando, faltando, aí ela (a professora) não deixava.

Os trechos acima indicam que as trajetórias jovens em classes populares, assim como em classes médias, podem ser caracterizadas por inúmeros momentos, descontinuidades e até incoerências. Ao mesmo tempo em que possuem planos definidos para o futuro, estes são compostos por diferentes possibilidades, planos “b”, opções. O interesse por carreiras profissionais “formais” não exclui nem é impedido por atividades artísticas ou esportivas. As carreiras podem, ao contrário, fundir-se com a arte, ou serem desenvolvidas paralelamente a ela. Merece destaque o fato de que as três meninas entrevistadas têm projetos claros de fazer faculdade, em áreas já escolhidas e sobre as quais já se informaram. Ao mesmo tempo, a execução dos projetos de futuro pode começar no agora (“já estou estudando no curso normal”) ou ser impedida por motivos aparentemente banais (“eu nunca levava a roupa na mochila e perdia a vontade de ir”). De qualquer forma, o que não parece mais concebível na discussão sobre jovens de classes populares, especialmente moradores de favelas, é a desconsideração de suas escolhas individuais, de suas trajetórias múltiplas, por mais restritos que seus “campos de possibilidades” possam parecer (e ser).

Da mesma forma, ouvir e cantar funks (e frequentar os bailes) não significaria pertencer a um grupo específico onde todos compartilhem uma mesma característica determinante. Querer usar roupas de marca, ou “ostentar” outros símbolos de consumo, não é uma peculiaridade de indivíduos pobres, negros, ou moradores de favelas, embora sejam frequentemente utilizados como elementos de generalização e estigmatização destes grupos. Também em outras áreas das vidas dos jovens de camadas populares podem ser encontradas trajetórias descontínuas:

Errâncias, imprecisões, ambivalências: estes termos parecem dar a tônica daquilo que os jovens entrevistados contam sobre suas trajetórias. Perguntados sobre suas trajetórias familiares, falam de famílias múltiplas, eventualmente co-existent no tempo; contam sobre vivências “nômades”,

sem habitação fixa; revelam um sentimento em que o responsabilizar-se não é função de um papel socialmente definido, mas parece se dar (quando se dá) de forma aleatória, ditada não por critérios macro-sociológicos de organização social, mas, ao menos em sua percepção, ao sabor dos desejos e personalidades individuais. (SENTO-SÉ; COELHO, 2011, p. 28)

Segundo Gilberto Velho: “(...) a construção de identidades básicas subordina-se a constelações culturais singulares e conjuntos de símbolos delimitáveis. O que está em jogo é um processo histórico abrangente, e a dinâmica das relações entre sistemas culturais com repercussões na existência de indivíduos particulares.” (1994, p. 39). O processo de construção da identidade ocorre, assim, através de constantes negociações entre as categorias de pertencimento e as de individualização. Perante as inúmeras possibilidades de escolhas existentes nos mais variados âmbitos da vida moderna, os indivíduos construiriam suas trajetórias visando perceber-se como unidade, diferenciar-se, buscando “dar um sentido ou uma coerência a essa experiência fragmentadora.” (VELHO, 1987, p. 34). Seriam criados assim os projetos individuais, que consistiriam em condutas orientadas de acordo com uma perspectiva de futuro determinada. Possibilitados pela capacidade dos indivíduos de optar entre formas diferentes de conduta, os projetos não seriam, entretanto, produtos puros da subjetividade e da volição individual. De acordo com o autor:

De qualquer forma, o projeto não é um fenômeno puramente interno, subjetivo. Formula-se e é elaborado dentro de um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes. (VELHO, 1987, p. 29)

Maneiras de se vestir, de se portar, preferências musicais e de lazer são ao mesmo tempo símbolos de diferenciação e inclusão, visto que sempre fazem referência (consciente ou não) associativa ou opositiva a certos grupos, códigos e costumes. Como dizem Denise Portinari e Fernanda Coutinho:

Jovens que frequentam um mesmo ambiente nunca deixam de impressionar o observador pela uniformidade de roupas, acessórios, penteados, gestual, vocabulário e entonação - chegando até, muitas vezes, a apresentar os mesmos tiques verbais e corporais. Ao mesmo tempo, não parecem

propriamente um exército de clones, conseguindo apresentar-se como indivíduos claramente diferenciados entre si, graças a variações, às vezes mínimas, introduzidas por cada um em seus “uniformes”. (2006, p. 66-67)

Na medida em que elementos constituintes do processo de diferenciação e pertencimento dos jovens favelados são utilizados apenas como categorias de generalização, como formas de incluí-los em estereótipos estigmatizados, a percepção de seus projetos biográficos fica comprometida. Essas perspectivas generalistas também podem ser observadas nas falas de alguns moradores de comunidades que têm recebido UPPs, quando perguntados sobre a necessidade de “projetos sociais” voltados para os jovens. A noção de uma “juventude perdida”, que só estaria interessada em se envolver em atos criminosos, pela qual não “adiantaria fazer nada”, aparece em alguns depoimentos (FERNANDES, 2013). Dessa forma, através do acionamento do perfil de “criminoso em potencial” (mesmo de formas menos elaboradas e explícitas), inúmeros jovens são instantaneamente inscritos em categorias generalistas que tentam definir a forma como construirão seus projetos de futuro. Através do incentivo ao trabalho, tanto como ocupação presente como quanto perspectiva profissional, procura-se domesticar a juventude “perdida” ou ao menos “suspeita” ou vulnerável. Análises referentes às juventudes de camadas médias se opõem, muitas vezes, às análises referentes às juventudes faveladas seguindo a dicotomia clássica entre a autonomia individual e a determinação sociocultural. Não se presume que os jovens de classes médias não sejam influenciados pelos contextos nos quais se inserem e nem que os jovens favelados não construam biografias individualizadas de alguma forma; o que se coloca é a ênfase nas escolhas de uns e a subestimação das escolhas dos outros. Enquanto a principal característica atribuída à juventude de classes médias é a mobilidade, feita por suas escolhas, à juventude favelada é atribuída uma vulnerabilidade, gerada pelo meio onde vivem.

O que se revela, entretanto, é que a juventude favelada também constrói seus planos de maneira protagonística, através reinvenções, combinações e alterações dos “momentos” que constituem a sua biografia. Na verdade, a maneira através da qual os jovens se relacionarão e se apropriarão dos “projetos sociais” e das propostas trazidas

por eles não pode ser prevista, nem controlada. Talvez esse seja um resultado da difusão tecnológica que globalizou o acesso a informações diversas, levando com elas modos de vida e perspectivas individualistas. Talvez seja já fruto da ação das políticas e “projetos sociais” dedicados a oferecer nas favelas projetos de vida mais semelhantes aos desenvolvidos nas classes médias. Mas quem sabe não se trata de uma mudança no próprio olhar dos pesquisadores, que deixam progressivamente de destacar o favelado jovem para compreender o jovem favelado (PAIS, 2006; RAMOS, 2006; SENTO-SÉ e COELHO, 2011).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M. I; EUGÊNIO, F. (Orgs.). **Culturas Jovens**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____.; PAIS, J. (Orgs.). **Criatividade, juventudes e novos horizontes profissionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____.; TRACY, K. **Noites Nômades**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

CARDOSO, A. Transições da Escola para o Trabalho no Brasil: Persistência da Desigualdade e Frustração de Expectativas. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, nº. 3, p. 569-616, 2008.

FERNANDES, R. [Vítimas ou autores? Percepções sobre a juventude e o tráfico em um conjunto de favelas “pacificadas” no Rio de Janeiro](#). **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v.15, nº. 2, p. 374-391, 2013.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I.; EUGÊNIO, F. (Orgs.). **Culturas Jovens**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 105-120.

PAIS, J. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: ALMEIDA, M. I.; EUGÊNIO, F. (Orgs.). **Culturas Jovens**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 7-21.

PICCOLO, F. Os jovens entre o morro e a rua: reflexões a partir do baile funk. In: VELHO, G. (Org.). **Rio de Janeiro: cultura, política e conflito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 30-58.

_____. Desigualdades sociais, práticas educativas e juventude numa favela carioca. In: VELHO, G.; DUARTE, L. F. (Orgs.). **Juventude Contemporânea**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010, p.110-128.

PORTINARI, D.; COUTINHO, F. A roupa faz o homem: a moda como questão. In: ALMEIDA, M. I.; EUGÊNIO, F. (Orgs.). **Culturas Jovens**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 59-76.

QUIROGA, C. O (não-) trabalho: identidade juvenil construída pelo avesso? **Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social, Rio de Janeiro, nº. 7, p.36- 52, jan./jun. 2002.

RAMOS, S. Brazilian responses to violence and new forms of mediation: the case of the Grupo Cultural AfroReggae and the experience of the project “Youth and the Police”. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 419-428, 2006.

_____. Trajetórias no tráfico: jovens e violência armada em favelas cariocas. **Revista Eletrônica Trivium** [periódico na internet], Rio de Janeiro, ed. 02, ano 03, p.41-57, 2011. Disponível em: <<http://www.uva.br/trivium/edicoes/edicao-ii-ano-iii/artigos-tematicos/trajetorias-do-trafico-jovens-e-violencia-armada-em-favelas-cariocas.pdf>>. Acesso em: 05 de junho de 2013.

RAMOS, S.; MUSUMECI, L. **Elemento suspeito**: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ROCHA, E.; ALMEIDA, M. I.; EUGÊNIO, F. (Orgs.). **Comunicação, Consumo e Espaço Urbano**: novas sensibilidades nas culturas jovens. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Mauad, 2006.

SENTOSÉ, J. T.; COELHO, M. C. **Sobre Errâncias, Imprecisões e Ambivalências**: notas sobre as trajetórias de jovens cariocas e sua relação com o mundo do crime. Relatório de pesquisa (inédito). Rio de Janeiro, 2011.

VELHO, G. **Individualismo e Cultura**: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

_____. **Projeto e Metamorfose**: Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

UNIVERSIDADE E O MUNDO DO TRABALHO: A (RE)SIGNIFICAÇÃO DO ESTÁGIO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Asa Fujino. Universidade de São Paulo. PPGCI/ECA/USP
asa.fujino@gmail.com

Adaci A. O. Rosa da Silva. Universidade de São Paulo. PPGCI/ECA/USP
adaci.rs@gmail.com
Bolsista CAPES

GT1 – “Culturas juvenis, flexibilidades e mobilidades – as ocupações desejadas”

O incremento das tecnologias da informação e comunicação produziu intensa revolução de costumes, alterou a estrutura produtiva da economia e a estrutura ocupacional, ampliou o setor de serviços, e assim impõe questões de ordem ao seu conjunto de interlocutores – Estado, cidadãos, instituições de ensino e mercado de trabalho, relativas à construção de uma sociedade mais inclusiva e assim indissociável do compromisso com o desenvolvimento sustentável das relações de trabalho.

No entanto, ao se problematizar o papel das universidades na formação profissional, as discussões se polarizam entre aqueles que privilegiam a prática como estratégia de antecipação de inserção do estudante no mercado de trabalho, e outros que partem do princípio que é necessário formar profissionais reflexivos e críticos capazes de reordenarem, ou de resistirem à realidade do mundo do trabalho que hoje se configura inseguro e caracterizado por eventos que sinalizam para o desemprego, o subemprego, a intensificação e a precarização do trabalho. Outro impasse significativo quanto à formação dos novos trabalhadores para o ingresso no mercado é decorrente da política de democratização do ingresso das camadas populares da sociedade nos cursos superiores, especialmente na América Latina, e as responsabilidades do Estado quanto às políticas de educação de base, necessárias para a qualificação do ensino superior e a educação para o trabalho, e a sua relação direta com o modelo de desenvolvimento econômico, a fim de permitir as condições

adequadas de progressão educacional e mobilidade social na fronteira com o mundo do trabalho.

O terceiro impasse é relativo à definição das situações qualificadas de trabalho, no contexto do estágio profissional, que devem ser reconhecidas pela universidade, com o objetivo de balizar a correlação entre os fundamentos teóricos e a prática, com a possibilidade de exercer raciocínio crítico na relação entre a universidade e o mercado de trabalho, de forma a contribuir efetivamente para o aperfeiçoamento pedagógico dos cursos. Trata-se de ver o mundo do trabalho não apenas como o receptor da mão de obra qualificada oriunda da universidade, mas como protagonista importante na formação de futuros profissionais.

Parte-se do pressuposto que a posição da universidade na formação do estudante para o campo profissional é fundamental neste contexto de adensamento de profissões associadas à produção, processamento e uso da informação, que requer reposicionamento das formas de lidar com este objeto, cujo valor depende da capacidade de cada indivíduo de atribuir significado às informações do ambiente externo no processo de transformação destas em conhecimento interno.

A urgência do mercado de trabalho em captar trabalhadores investidos de capacidades técnicas, permanentemente reciclados e atualizados forma, assim, uma reserva que se autoqualifica para ficar à mercê, e que, todavia, decai periodicamente para outras frentes de trabalho, pela dificuldade de se atender às exigências das vagas de maior prestígio e remuneração que têm como base a capacitação para problematizar, prospectar oportunidades e tomar decisões em situações muitas vezes instáveis.

Compreender o mundo do trabalho a partir dos fatores que reúnem educação, formação, e mercado de trabalho é essencial para a construção de projetos pedagógicos que considerem as relações entre a formação e o contexto sócio-cultural, técnico e científico de atuação profissional. Essa proposta de análise sobre a temática educação e trabalho integra pesquisa mais ampla das autoras sobre o mundo dos profissionais da informação, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação da Universidade de São Paulo.

Neste estudo, o estágio é visto como uma oportunidade de aproximação da realidade e da atividade teórica e de ensino-aprendizagem de mão dupla e objeto teórico a ser investigado, com o objetivo de propor práticas pedagógicas que estimulem espaços de mediação entre o “saber” e o “fazer”, nos quais a fundamentação teórica é insumo e produto da experiência da prática profissional, e o campo profissional é o elemento problematizador e motor da necessária atualização de referências teórico-metodológicas.

Educação e Trabalho: os ganhos de escolaridade e os desafios do trabalho.

Nos recentes estudos sociológicos sobre mercado de trabalho e a transição escola-trabalho no Brasil, os resultados apontam a conexão entre as fragilidades da questão educacional e da estrutura ocupacional, que conduzem trabalhadores para as vagas de menor remuneração, devido à baixa qualificação educacional e profissional, gerando instabilidade na manutenção do emprego. (GUIMARÃES, 2009; COMIN; BARBOSA, 2011).

A literatura sugere que a distinção entre os aspectos qualitativos e quantitativos da evolução da oferta educacional e das possibilidades na incorporação do jovem no mercado de trabalho revelam que a desigualdade de oportunidades persiste no país, mesmo no contexto macroeconômico mais próspero vivenciado no Brasil, no período de 1990 a 2000. (BRITO, 2014).

O argumento de Brito (2014, p.157) avança sobre os estudos de Roksa e Velez (2010) que demonstraram, no caso norte-americano, que na entrada para o mercado de trabalho “os estudantes provenientes das classes mais baixas sofriam um efeito negativo sobre as chances de progressão educacional”. O estudo norte-americano indicou que a participação estudantil no mercado de trabalho antecipada para o nível médio, observando as condições socioeconômicas da família e o custo no investimento educacional, se mostravam significativas na definição dos caminhos a buscar, seja da opção para o ensino superior ou não, qual profissão escolher e como associar escola e trabalho. De acordo com Brito, no estudo sobre as mudanças na estrutura de oportunidades no sistema educacional brasileiro, a entrada dos

estudantes de nível médio no mercado de trabalho também se verifica nas condições macroeconômicas favoráveis, todavia em ocupações com baixa remuneração, associando a entrada dos jovens para o mundo do trabalho com pouca qualificação; assim como, relaciona distinções qualitativas dentro do sistema educacional superior, condicionando as escolhas de carreiras à articulação entre curso superior e o mercado de trabalho, favorecendo as carreiras que melhor se ajustem à combinação entre estudo e trabalho.

Dada a relevância do papel do sistema educacional no processo de alcance ocupacional, outras questões são desenvolvidas nos estudos sobre o quadro educacional brasileiro, considerando refletir sobre a demanda social pelo ensino superior e a promoção do acesso de estudantes com origem social em classes de baixa renda. Verificou-se a proliferação de cursos superiores com vários níveis de qualidade, baseados na expansão do setor privado no campo da educação, ofertando, predominantemente, cursos nas áreas de humanidades, formando contingentes de jovens trabalhadores em carreiras pouco promissoras ou saturadas, e ainda a dificuldade de permanência dos estudantes no curso de graduação por questões financeiras ou por carência de formação básica para acompanhamento de cursos. A partir do incremento de vagas nos sistemas públicos de educação superior dedicadas aos estudantes das classes de baixa renda, também se evidenciaram essas dificuldades, resultando em elevadas taxas de evasão, reprovação e abandono. (SILVA; ZANELATO; LAIATE, 2014). Assim, as universidades são desafiadas pelas mudanças sociais a integrarem esses novos perfis estudantis, a conciliar pluralidade de anseios do corpo discente frente às expectativas de futuro, além de reelaborar as formas de aprendizagem estudantil. (EZCURRA, 2009).

No contexto da reestruturação produtiva da economia, outro aspecto a ser considerado nas modificações geradas no mundo do trabalho são as novas ocupações que surgem e outras formas de atividade, que implicam no ajuste necessário entre qualificações e ocupações, mas que não é espontâneo, “demanda tempo e depende da qualidade do desenvolvimento econômico”, destacam Comin e Barbosa (2011, p.76). Nas grandes cidades, as novas ocupações são condizentes com os novos espaços de trabalho ligados às empresas de serviços de gestão,

comunicação e informação, tecnologia da informação e novas mídias, marketing e publicidade, consultorias em redes sociais, assessoria e administração, dentre outras, que exigem alto nível de qualificação, instrução e domínio técnico, ao mesmo tempo que atuam com relações jurídicas flexíveis entre empregado e empregador, com contratação de mão de obra por tempo determinado e aumento da informalidade, e distanciamento dos regulamentos trabalhistas.

Esse novo mercado de trabalho, que tem a “flexibilidade como slogan do dia”, de acordo com Bauman (2008, p. 35), significa o “fim do emprego como o conhecemos”, e também considera o ambiente de trabalho cambiante para “contratos precários ou sem contratos, cargos sem estabilidade” e com cláusula “até novo aviso”. Está em marcha o estabelecimento de uma mentalidade que autentica as relações de “curto prazo”, alterando a estratégia de vida das pessoas, que têm uma permanente incerteza quanto ao futuro, ao mesmo tempo que essa incerteza é geradora de uma “poderosa força individualizante”. As relações são transitórias e os laços são fracos no ambiente de trabalho, entre empregado e empregador, e especialmente entre os participantes da classe trabalhadora, que se distanciam a ponto de não terem, nem mesmo diante das dificuldades, o espírito de causa comum. Todavia, a incerteza e a instabilidade que se instauram no contexto do trabalho no “novo” capitalismo não são associadas a uma situação momentânea, ao contingenciamento, e sim a uma desorientação que sinaliza para o normal, conforme sinaliza Sennett (2003).

Com isso, as situações de conflito vivenciadas pelo trabalhador são elaboradas no discurso do mercado de trabalho como evolução nas relações de trabalho, do comportamento flexível e adaptável às jornadas parciais de trabalho (GUIMARÃES; HIRATA; FUGITA, 2009); e, ainda, para a realização desse cenário, a mão de obra deve ser adequada e qualificada a desempenhar várias funções (multifuncionalidade) e provida de espírito colaborativo. Espera-se, para fazer valer as determinações do mercado, que essas competências sejam adquiridas por intermédio da educação formal e dos cursos de qualificação profissional. Esse discurso legitimador se articula como um modelo de pensamento único favorecendo

a absorção de seus pressupostos, em detrimento das possibilidades de relações mais justas no mundo do trabalho.

A Universidade e a formação para o trabalho. A proposta do estágio na formação profissional.

O contexto de capital globalizado e a complexidade econômica e social do final do século XX e início do século XXI constituem as barreiras para as estruturas de oportunidades educacionais e de empregos desejadas em uma sociedade mais justa, ao se considerar, de um lado, a emergência das necessidades do mercado como eixo das definições políticas nos sistemas educacionais e seus efeitos no arcabouço institucional, e, de outro, os desafios políticos e epistemológicos para a universidade enfrentar esse quadro, que por sua própria história e vocação, sempre foi zelosa de sua autonomia e da sua condição de geradora de um pensamento independente, como indica Cunha (2006).

De forma específica, as noções que se apresentaram como pilares dessa transformação na universidade, baseadas nos imperativos das políticas econômicas, “envolvendo a reorganização e centralização dos currículos, a avaliação e a redução dos custos dos sistemas educativos”, assim como a adoção “do mercado como referência da gestão educacional”, se revelaram como motores de uma força regulatória, se aproximando de um processo de padronização do ensino como produto, desejando destituir as expectativas sociais para a universidade como “pilar da emancipação”, de acordo com Cunha (2006, p. 14-5). Considerando esses desafios, coloca a autora, a universidade se compromete com as possibilidades e as dificuldades para sua inovação, que exigem conhecimentos acadêmicos e competência técnicas e sociais, e que vão repercutir nas “condições de produção do conhecimento que se estabelecem entre o professor e seus estudantes” (p.17).

A partir dessas reflexões, ressalta-se que a universidade não pode prescindir do conhecimento desses fatores, os quais podem interferir no processo de apropriação do conhecimento e nas experiências da prática profissional, e defende-se a necessidade de se encaminhar novas pesquisas sobre métodos pedagógicos que

possibilitem conciliar a sistematização de experiências no campo e que conduzam simultaneamente a processos de abstração e reflexão sobre a prática que possam ser transformadas em conhecimentos compartilhados com o grupo. (FUJINO, 2010).

Ao se fazer reflexões sobre a educação e a formação é necessário centrar o processo educacional na *condição humana*, fundamental para reconhecer a diversidade cultural inerente ao ser humano e as especificidades dos contextos nos quais os conhecimentos se constroem, pois são esses contextos que vão definir os parâmetros de sua validação. A informação relevante para o ser humano é sempre de caráter situacional e, nesse sentido, o estudante deve ser estimulado a reconhecer e a conhecer as diversas situações nas quais decisões deverão ser tomadas e a refletir sobre elas, mas tendo como objetivo a reconstrução contínua de estruturas de conhecimento.

Para Almeida e Pimenta (2009, p.15), os cursos de graduação têm por finalidade “a formação de profissionais competentes para interferir científica, técnica, cultural e socialmente na construção de uma sociedade que se deseja justa e democrática”. Severino, citado por Almeida e Pimenta (2009, p.16), afirma que ao “consolidar a condição humana, a educação contribui para a integração dos sujeitos no universo do trabalho, da sociabilidade e dos símbolos”, e que essa ação educativa é constituída por uma “intencionalidade teórica que simultaneamente é prática, técnica, política e ética”.

Técnica, quando o conhecimento é saber competente para um fazer eficiente, contextualizado e científico. Essa qualificação técnica do aprendiz concretiza-se na formação profissional universitária, indo além do mero treinamento, superando a simples eficácia e a submissão à lógica opressiva do mercado de trabalho. *Política*, pois tem a ver com as relações de poder que permeiam a sociedade, advindo daí a importância de processos educacionais que possibilitem a construção com os estudantes de uma cidadania que supere o treinamento para a submissão, a subserviência e para as diferentes formas de dominação operantes na sociedade [...]. (SEVERINO apud ALMEIDA; PIMENTA, 2009, p.16, grifo do autor).

Pimenta e Lima (2006) asseveram que profissional necessita dominar os conhecimentos científicos para poder adequar as técnicas para as diferentes

situações em que a atividade de trabalho ocorre, isto porque não existe um modelo universal que possa ser aplicado. Essa compreensão se torna fundamental para a dissolução de posturas dicotômicas que tratam teoria e prática isoladamente. As autoras refletem criticamente sobre os currículos de formação que aglutinam disciplinas por vezes isoladas entre si e que pouco apresentam os nexos com a realidade do campo de atuação dos profissionais, e vão se revelar insuficientes no momento de atividade de estágio.

Como fundamentação teórica para o presente estudo, podemos apresentar a definição de estágio, conforme:

o estágio se constitui como campo de conhecimento, o que significa atribuir-lhe um estatuto epistemológico que supera a sua tradicional redução à atividade prática instrumental. Enquanto campo de conhecimento, o estágio se produz na interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas. (PIMENTA, 2004, p.6).

Nessa direção, um elemento considerado como fundamental no processo de formação de futuros profissionais é o estágio curricular ou extracurricular. Fujino e Vasconcelos (2011, p.41) avaliam que “embora a natureza de cada um seja diferente no sentido de responsabilidades resultantes do exercício da atividade, na perspectiva a relação teoria-prática supõe-se que os objetivos sejam similares”, e identificam o estágio “como um espaço de estudos e de prática social no âmbito profissional” em concordância com as diretrizes do projeto pedagógico do curso. Ainda, identificam a importância do estágio como atividade essencialmente pedagógica, atuando em mão dupla, no sentido de promover a aquisição de conhecimentos e de aprendizagens sobre o saber fazer e saber julgar consequências decorrentes das ações praticadas, e como disciplina curricular, que relaciona os elementos essenciais definidos no projeto do curso e a prática profissional, e as competências necessárias na formação profissional desejada.

O estagiário é, antes de tudo, um *Aluno* e a responsabilidade pela sua formação é da *Universidade*, e ela não pode ser transferida para o mercado, como observa Fujino (2010). Sua intervenção é necessária para evitar possibilidades de o aluno vir a ser

utilizado dentro de estratégia perversa de mercado para driblar encargos trabalhistas, e orientá-lo para que ele não assuma tarefas não relacionadas à sua área de formação ou que possam se transformar em prejuízos no seu desempenho acadêmico. Para tanto, medidas devem ser tomadas, pela universidade, a fim de garantir o acompanhamento e a orientação das atividades dos estágios curriculares ou extracurriculares; promover a regularização e o fornecimento de documentos, legitimando a condição de aluno estagiário de uma instituição de ensino superior atuando em uma instituição conveniada; organizar espaços de discussão que possam avaliar e refletir sobre a diversificação dos ambientes de estágios, para agregar conhecimentos e ampliar as possibilidades de trabalho das diversas profissões, neste contexto de surgimento de espaços não tradicionais de trabalho.

Cabe ainda a sugestão de criar atividades de tutoria, como propõem Fujino e Vasconcelos (2011, p.55), a serem exercidas por “docentes durante o percurso do aluno na universidade, além de uma revisão dos procedimentos didático-pedagógicos em todas as disciplinas”, com o objetivo de estimular os alunos “à discussão de experiências e problemas vivenciados em sala de aula”. Outro aspecto desenvolvido pelas autoras se refere à concepção de um “modelo didático-pedagógico baseado na discussão de problemas, no qual professores realizariam intervenções estimulando o aluno aprendiz a identificar suas dificuldades”, de fato, pretende-se fazer aprender com os percursos adotados para as soluções dos problemas, superando as dificuldades e ativando a compreensão dos princípios teóricos que justificam as opções adotadas ou a serem efetivadas.

Considerações finais

A expansão do ensino superior no Brasil não é, de fato, suficiente para superar as desigualdades educacionais, todavia, com a ampliação da oferta educacional a estrutura do sistema ocupacional foi alterada. As demandas do mercado de trabalho por trabalhadores qualificados e engajados em incrementar sua empregabilidade fizeram emergir alguns dilemas da formação profissional, que tanto acionaram os

interesses de empresas privadas interessadas na educação como produto, quanto, fizeram as universidades reavaliarem seus métodos de ensino.

A formação acadêmica associa a preparação e a integração dos sujeitos no mundo do trabalho, assim, é o estágio um instrumento e uma atividade curricular que permite ao aprendiz o contato com a lógica do mercado de trabalho, respaldado pela instituição de superior de ensino. A proposta do estágio não é fornecer treinamento prático, o que se propõe é que o estágio seja considerado no contexto do princípio pedagógico de estimular o aluno a problematizar a partir das experiências e discutilas no curso, ao longo das várias disciplinas, e, por outro lado, evitar a supervalorização da prática e do escamoteamento da teoria, que o levariam à percepção distorcida da natureza da atividade.

Assim, uma estratégia didático-pedagógica fundamentada na sistematização de conteúdos, combinada com estratégias de resolução de problemas, estimularia alunos à discussão de experiências (problemas e soluções adotadas) em estágios e possibilitaria a compreensão dos princípios teóricos que justificam as opções e validações a partir do corpo teórico da área, sem desconsiderar que o mundo do trabalho é fundamental como fonte de geração de ideias, inovações e novas frentes de pesquisa para a universidade.

Referências

ALMEIDA, M. I.; PIMENTA, S. G. Pedagogia Universitária: valorizando o ensino e a docência na Universidade de São Paulo . In:_____ (Org.), **Pedagogia Universitária**. São Paulo: EDUSP,2009. (p.13-37).

BAUMAN, Z. **A sociedade individualizada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BRITO, M. M. A. A dependência na origem. Desigualdades no sistema educacional brasileiro e estrutura social das oportunidades. 2014. 270 f. **Tese** (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, SP, 2014.

COMIN, A.; BARBOSA, R.J. Trabalhar para estudar. Sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 91, p.75-95. 2011.

CUNHA, M. I. A Universidade: desafios políticos e epistemológicos. In: _____ (Org.). **Pedagogia Universitária: Energias emancipatórias em tempos neoliberais**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2006, p. 13-29.

EZCURRA, A. M. Os estudantes recém-ingressados: democratização e responsabilidades das instituições universitárias. In: PIMENTA e ALMEIDA (Org.), **Pedagogia Universitária**. São Paulo: EDUSP, 2009. (p. 91-127)

FUJINO, A. Ciência da Informação: relações entre pesquisa, ensino e prática profissional. **Revista EDICIC**, v.1, n.1, p.224-261, jan./mar.2011. Disponível em: < <http://www.edicic.org>>. Acesso em: 10 out 2014.

FUJINO, A.; VASCONCELOS, M.O. Estágios: reflexões sobre a ação didático-pedagógica na formação do profissional da informação. Encontro Nacional de Ciência da Informação. 11, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro, 2010.

GUIMARÃES, N. A. A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. **Novos Estudos CEBRAP**, n.85, p. 151-170. 2009.

GUIMARÃES, N.A.; HIRATA, H.; SUGITA, K. (Orgs). **Trabalho flexível, empregos precários? : uma comparação Brasil, França, Japão**. São Paulo: EDUSP, 2009.

PIMENTA, S. G. **Estágio e docência**. São Paulo:Cortez, 2004.

PIMENTA, S.G.; LIMA, M.S.L.Estágio e docência: diferentes concepções. *Revista Poiesis*, v.3, n.3/4, p.5-24, 2005/2006.

ROSKA, J.; VELEZ, M. When studying schooling is not enough: Incorporating employment in models of educational transitions. **Research on Social Stratification and Mobility**. n.28, p. 5-21.2010. Disponível em: < <http://www.sciencedirect.com>>. Acesso em: 15. jul. 2013.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, A.A.O.R.; ZANELATO, D.; LAIATE, M.L.L.C. Lições sobre a universidade: questões relativas ao ensino e à formação docente no contexto da universidade contemporânea. **Rev. Vozes dos Vales**, n.5, 2014. ISSN: 2238-6424.

OS JOVENS NA PERIFERIA E O SENTIDO DO TRABALHO

Adalberto de Salles Lima/UnB; Maria Gonçalves Conceição Santos/UNEB

sallesvitoria@hotmail.com/mgsantos1962@yahoo.com.br

CAPES

RESUMO

Nas últimas décadas, os jovens brasileiros, especialmente os oriundos das periferias urbanas, a exemplo do Subúrbio Ferroviário de Salvador/BA vêm sentindo os reflexos das transformações geopolíticas no mundo, influenciando nos desafios para o ingresso no mundo do trabalho. A pesquisa foi desenvolvida com estudantes do ensino médio, da Escola Estadual Bertholdo Cirilo dos Reis, localizada no bairro São João do Cabrito, no Subúrbio Ferroviário da cidade de Salvador. Nesse sentido, o objetivo geral da presente pesquisa buscou entender qual o sentido do trabalho para os jovens investigados oriundos da periferia de Salvador e suas perspectivas laborais após o ensino médio. Dentre outras questões levantadas, o que se coloca em evidência refere-se à categoria trabalho e às perspectivas de inserção profissional, após a conclusão no ensino médio. O estudo se baseou numa abordagem quantitativa e qualitativa, envolvendo 38 estudantes, na faixa etária de 17 a 21 anos de idade. A pesquisa teve início em fevereiro de 2012 e concluída em setembro de 2013. Acredita-se que o trabalho, por si só, não esgota a busca pelos direitos humanos e cidadania plena, mas, para os sujeitos investigados onde a pobreza faz parte do cotidiano, o sentido do trabalho também significa caminhos concretos para as realizações pessoais e de suas famílias, constituindo num dos primeiros passos para a conquista da sua própria dignidade.

Palavras-chave: jovens, periferias, Salvador, mundo do trabalho, perspectivas.

INTRODUÇÃO

Ao tratarmos sobre a temática juventude(s), precisamos compreender algumas particularidades, sobretudo, aquelas relacionadas ao lugar onde estes sujeitos estão inseridos. Seus códigos, estilos, expressões e o modo como eles se relacionam, tanto de maneira individual quanto em grupos sociais, tendem a variar de acordo com cada contexto.

A compreensão sobre juventude, periferia e mundo do trabalho indica um universo complexo ainda pouco investigado. A relação que este sujeito tem com o lugar, onde vive, materializa-se através da construção de sua identidade socioterritorial, criação e reprodução de valores e comportamentos, expressões e estilos como o grafite, o *hip-hop* e a formação de grupos.

No bairro São João do Cabrito, localizado no Subúrbio de Salvador, a juventude é constituída, essencialmente por afrobrasileiros, oriundos de famílias onde a maioria dos pais trabalha como empregada doméstica, marisqueiro (a), servente, pedreiro, no comércio e outras atividades. Os primeiros contatos com jovens do bairro apontam para as dificuldades de se conseguir uma atividade laboral, devido à baixa qualificação profissional. Isso dificulta a sobrevivência do sujeito e da família, uma vez que muitos jovens sustentam e/ou ajudam financeiramente o núcleo familiar. Isso ratifica, mais uma vez, a importância do trabalho para esses segmentos populacional que vivem em contextos diferenciados.

O trabalho, enquanto categoria analítica oferece possibilidades de desenvolvimento das habilidades e do potencial artístico e intelectual. Ao relacionarmos a baixa qualificação profissional com a qualidade do ensino público e o nível de escolaridade, percebeu-se que a educação contribui, essencialmente, no sucesso desse segmento populacional para o ingresso profissional. O trabalho não representa somente o acesso à renda e consumo, mas, a dignidade humana. O indivíduo ao estar no mundo do trabalho compreende outros valores sociais, pois adquire certas responsabilidades e novas habilidades, características da fase adulta.

Nesse sentido, a presente pesquisa buscou entender qual o sentido do trabalho para os jovens investigados oriundos da periferia de Salvador e suas perspectivas profissionais. Para a realização do estudo, a pesquisa foi desenvolvida com estudantes do ensino médio, da Escola Estadual Bertholdo Cirilo dos Reis, localizada no bairro São João do Cabrito. Dentre outras questões levantadas, o que se coloca em evidência refere-se à categoria trabalho e às perspectivas de inserção profissional, após a conclusão no ensino médio.

Após o levantamento bibliográfico, construiu-se um diálogo com a direção da Escola, propondo a realização da pesquisa com estudantes, agendamentos das visitas para a apresentação do trabalho, além da elaboração e emissão de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido para os estudantes e a instituição, no intuito de receber a autorização para a realização da pesquisa. A partir do conhecimento do total de 150 estudantes do ensino médio, distribuídos em três turmas regulares e três turmas do ensino médio profissionalizante, foi definida uma amostra, considerando a disponibilidade dos sujeitos e com base na amostragem aleatória que visa compensar erros amostrais e buscar a melhor representação quantitativa do universo pesquisado (LAKATOS; MARCONI, 1999, p. 43). Com isso, 38 estudantes foram investigados, representando 25,3% do universo, ao passo de, somente duas turmas estavam disponíveis, no período da IV Unidade, para a realização do estudo.

A periferia, o trabalho e a educação, refletindo nas perspectivas profissionais dos jovens investigados

A juventude de Salvador, assim como de outras grandes cidades brasileira sentem o reflexo de um cenário de transformações e (i)mobilidades, sobretudo, os jovens de áreas consideradas não privilegiadas. As desigualdades sociais, além de caracterizar a sociedade baiana, contribuem para a imobilidade de muitos jovens que estão concluindo o ensino básico e buscam se inserir no mundo do trabalho.

A discussão sobre a temática periferia é complexa e nos últimos anos vem passando por profundas reflexões acerca de seu entendimento. A segregação socioespacial, os altos índices de violência, o nível de pobreza, elevadas taxas de homicídios e precariedade dos serviços públicos contribuem para que a periferia tenha uma imagem negativa em relação aos demais espaços da sociedade. Patrícia Dias (2005, p. 94) acredita que “[...] pessoas e locais passam a ser estigmatizados, pois morar na periferia significa estar fora do centro, adquirir o *status* da pobreza, da inacessibilidade, da precariedade”. Por conta disso, muitos jovens ao procurar emprego omitem seus locais de moradia, pois, ao revelar, eles acreditam que podem perder a chance de ingressar no mercado de trabalho, implicando na sua mobilidade profissional. O racismo

e a discriminação constituem estereótipos que não contribuem para a redução da violência e nem para o desenvolvimento local.

Serpa (2001, p. 36) comenta que recentemente, o termo periferia absorveu uma compreensão sociológica, possibilitando uma nova leitura. Nesse sentido, o termo periferia pode significar áreas com infraestrutura e equipamentos urbanos de serviços deficientes, sendo essencialmente, o *lôcus* da reprodução socioespacial da população de baixa renda. Com isso, a distância física que estabelecia uma fronteira entre o centro e a periferia, hoje, já não é mais importante como antes. Novos elementos de caráter socioeconômico e político foram inseridos na discussão sobre essa temática.

Wilson Junior e Regina Santos (2009, p. 352) chamam atenção sobre a importância das novas centralidades¹¹ para a releitura da relação centro-periferia. De acordo com os autores, “[...] considerando uma relação hierárquica entre os lugares intra-urbanos, a periferia estaria subordinada ao centro. Entretanto, na cidade polinucleada, o que seria a periferia uma vez que existem núcleos ou aglomerações em locais distantes e diferentes em seu tecido urbano?”.

Nesse sentido, a periferia já não está mais distante do centro, pois, a concentração e descentralização, por meio do fluxo de capital e das mobilidades territoriais de grandes grupos econômicos e de serviços, interferiram, essencialmente, na estrutura urbana, implicando nas relações do centro com o seu entorno, incluindo as áreas mais afastadas. Para Sandro Correia (2009, p 154), “a existência da periferia é justificada pela forma como a sociedade se organiza. A organização capitalista da sociedade acaba permitindo essa desigualdade, materializada nas condições de vida das pessoas”. A partir dessa nova leitura, evidenciaram-se diversos problemas sociais existentes nessa localidade. As transformações no arranjo espacial da cidade, através do tecido urbano, apresentam contradições na sua organização espacial.

Em Salvador, as desigualdades sociais são evidentes e se manifestam de diversas formas, principalmente entre negros e brancos, homens e mulheres. A compreensão dos

¹¹ Para os autores, as novas centralidades expressam o surgimento de novas áreas com atividades comerciais, de serviços e fluxo.

contextos juvenis dos sujeitos pesquisados no referido bairro, revela a necessidade de entendimento da categoria trabalho e escolaridade. Num cenário marcado pelos elevados índices de desemprego, discriminação, baixa autoestima profissional e a busca por uma atividade laboral, mesmo que de forma incipiente torna-se um desafio constante para a sobrevivência dos jovens e de seus familiares.

De acordo o IBGE (2014), e a Secretaria Nacional de Juventude, o elevado número de sujeitos que se encontra na faixa etária de 15 a 29 anos de idade, constituindo aproximadamente 27% do total da população brasileira, aponta para a necessidade de discussões referentes às condições socioeconômicas deste segmento populacional. Em Salvador, o percentual de jovens de 15 a 29 anos chega a aproximadamente 28% do total da população baiana.

Perguntados se os conteúdos discutidos em sala ajudam na formação profissional, a maioria respondeu que percebem pouca relação entre os conteúdos e a formação profissional (mais ou menos). Com isso, 34,4% informou que os conteúdos trabalhados em sala de aula estão relacionados com a formação profissional, 12,5% disse que não são relacionados, 43,8% expos que “mais ou menos”, ao passo de perceber uma relação razoável e 9,4% não respondeu. Esses resultados expressam os olhares dos estudantes sobre a formação profissional. Concomitante a isso, essas visões ajudam a entender como currículo escolar atua frente à necessidade que muitos estudantes têm de ingressar no mundo do trabalho.

O desemprego atinge, em maior quantidade, a população juvenil afrobrasileira vindos das periferias e estimula parte desses sujeitos a seguir caminhos incertos, delineados pelas drogas e crimes, outros ocupam postos de trabalhos precários e outra parcela deixa de buscar alguma atividade produtiva, na impossibilidade, vivendo as custas de pais e avôs.

O modo como as sociedades capitalistas estão organizadas, baseadas na competitividade, exclusão socioeconômica, consumo e concentração de renda, essas realidades contribuem para aprofundar a crise do desemprego no mundo. Nessa conjuntura, milhares de jovens sentem a dificuldade de conseguir emprego ou outro tipo

de ocupação, oriundas da pouca qualificação profissional, baixa remuneração, discriminação e condições incipientes de trabalho. Para Amélia Cohn (2004, p. 170),

[...] atualmente o crescimento econômico não gera trabalho em quantidade suficiente para promover a inclusão social dos segmentos sociais ‘em transito para a vida adulta’ e que, portanto, significam novos contingentes que buscarão oportunidade no mercado para obter fontes de renda que garantam sua subsistência de forma sustentável [...].

Continuando com o pensamento da autora, se por um lado, essa situação contribui para um cenário desfavorável aos jovens, por outro, é através dos desafios, especificamente na geração de trabalho, as políticas públicas surgem como novos caminhos para a inserção social desses sujeitos que não necessariamente pela via do emprego, mas como outras possibilidades de acesso a renda, como as cooperativas, associações comunitárias, entre outros (p. 170).

Na localidade estudada, tal realidade pode ter diferentes explicações e contextos, uma vez que muitos deixam de frequentar a escola para trabalhar, ou “arranjar um bico” para complementar à renda familiar, ou torná-la a única renda, ou não fazer nada. Essa situação poderá refletir diretamente no amadurecimento precoce. Diante das situações diversas em que os jovens na periferia enfrentam buscou-se responder a seguinte indagação: o que os estudantes gostariam de fazer após o ensino médio e quais suas perspectivas profissionais? Nesse sentido, foi identificado que 34,4% gostaria de continuar estudando para ingressar na universidade. Outra parcela significativa, representando 37,5% relatou a pretensão de continuar os estudos e trabalhar, 18,8% opinaram que após o ensino médio pretendem procurar emprego/trabalho, 3,1% informaram que não sabem o que fazer e 6,3% não respondeu. Esses resultados indicam que a maioria dos pesquisados busca sua autonomia financeira através da continuidade dos estudos após o ensino médio, conciliando com o trabalho ou somente ocupando o tempo com alguma atividade laboral.

Mesmo com as dificuldades de inserção profissional, os sujeitos investigados reconhecem a importância do trabalho e da educação como via de possibilidade para a

mobilidade profissional ascendente. É por meio do trabalho que os sujeitos adquirem novos valores e sentimentos coletivos e individuais no meio de convívio e atribui determinadas representatividades sociais. Essa categoria de análise revela um sentido polissêmico e representa significados diversos para o sujeito, desde um simples esforço, até o modo fundamental para a realização do indivíduo, inclusão social e sobrevivência.

Ao serem perguntados sobre o que seria o trabalho para a vida deles, a maioria (75%) respondeu “ser tudo”, de modo a refletir a urgência de repensar sobre o acesso ao emprego e à renda. Com isso, 18,8% responderam que o trabalho tem importância razoável, 3,1% informaram que não tem importância e 3,1% não responderam. Muitos jovens veem o trabalho como necessidade para a subsistência familiar. Boa parcela desse segmento populacional encara como uma oportunidade de aprendizado, emancipação econômica e acesso a bens, lazer e lugares. Além disso, a dignidade está também relacionada ao trabalho, uma vez que todos os seres humanos precisam suprir suas necessidades básicas, como alimentação, saúde, educação, vestimentas, lazer, entre outros.

Para Maria Victoria de Mesquita Benevides (2004, p. 47), “O conceito de dignidade adquire outra concretude quando falamos em ‘vida digna’. Esta supõe liberdade e autonomia, mas igualmente condições socioeconômicas para *viver a vida* e não apenas para sobreviver.” Ao expor a expectativa profissional após concluir o ensino médio, 53,1% dos estudantes afirmaram ser boa, 40,6% razoável, 3,1% relataram que não tem expectativa e 3,1% não responderam. Esses dados, além de reforçar a necessidade do trabalho para a sobrevivência individual e da família, refletem também as expectativas juvenis de inserção profissional, por meio da ampliação do diálogo público e privado, dos programas sociais de inclusão e do acesso à renda.

Por fim, a melhoria nas condições de vida dos sujeitos investigados está relacionada com o aumento da autoestima, da maior proximidade das políticas públicas, do acesso à cultura e à desvinculação do estereótipo negativo aos jovens da periferia. Os jovens acreditam que o futuro pode guardar boas surpresas, com condições dignas de trabalho e oportunidade para a ascensão social e cultural.

CONCLUSÃO

Os desafios contemporâneos enfrentados pelos jovens afrobrasileiros e pobres estão na pauta do dia e merece cada vez mais destaque na agenda pública do Estado, como questão de Desenvolvimento e enfrentamento a pobreza. A presente pesquisa assume relevância social, tendo em vista a contribuição desta para o entendimento acerca da população jovem da periferia urbana de Salvador, evidenciando seu contexto local, dilemas, dificuldades de mobilidade ascendente, perspectivas profissionais, a importância da categoria trabalho e por contribuir na elaboração de políticas públicas de juventude.

Em meio à busca por uma atividade laboral, os jovens da periferia entendem o trabalho como algo essencial para suas vidas e de suas famílias. Além da importância deste para obter uma renda, o labor representa a realização, em partes, da dignidade do sujeito, sobretudo, para aqueles que se encontram em fase de transição para a vida adulta e que buscam a independência financeira. Para eles, o trabalho e/ou estudo são dois pontos centrais para suas emancipações e perspectivas profissionais.

Por fim, acredita-se que a investigação realizada possa contribuir num melhor entendimento acerca de suas demandas e inquietações sociais. Além disso, a pesquisa deve ser utilizada como instrumento que auxilie na elaboração de políticas públicas de inclusão e acesso à renda, tendo em vista as emergências juvenis e as contemporâneas discussões sobre a temática, no âmbito do Estado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; LEON, Alessandro de (Orgs.). **Juventude: tempo presente ou tempo futuro?** São Paulo: grupo de Institutos, Fundações e Empresas, 2007. Disponível em: http://www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/3/Juventude_tempo%20presente%20ou%20tempo%20futuro.pdf> Acesso em 12 de jun. 2013.

ANDRADE, Eliane Ribeiro. NETO, Miguel Farah. Juventude e trajetórias escolares: conquistando o direito à educação. In: ABRAMOVAY, Miriam. et al. **Juventude e Diversidade**. MEC, SECAD, UNESCO. Brasília: 2007, p. 55-112

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Conversando com os jovens sobre direitos humanos. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). et al. **Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 34-52

BRASIL. Presidência da República. **Guia das políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2010, 28 p.

_____. Presidência da República. **Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2013. Disponível em: <[http://www.juventude.gov.br/documentos/ cartilha-politicas-publicas](http://www.juventude.gov.br/documentos/cartilha-politicas-publicas)> Acesso em 01 de jun. de 2013.

BRITO, Miria Meirilene Lopes. **Juventude, Pobreza e trabalho: desafios para o mundo contemporâneo**. Disponível em: <[http://www.uece.br/politicasuece/index.php/arquivos /doc_view/43-mariameirilene-lopesdebrito1?tmpl=component&format=raw](http://www.uece.br/politicasuece/index.php/arquivos/doc_view/43-mariameirilene-lopesdebrito1?tmpl=component&format=raw)>. Acesso em: 12 dez. 2012.

COHN, Amélia. O modelo de proteção social no Brasil: qual o espaço da juventude? In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). et al. **Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 160-179

CORREIA, Sandro do Santos. As contra-racionalidades e os serviços públicos na periferia, na ótica de Milton Santos. In: SILVA, Maria Auxiliadora da. (Org.). **Milton Santos: o homem e sua obra**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 145-155

CORROCHANO, Maria Carla. Trabalho e educação no tempo da juventude: entre dados e ações públicas no Brasil. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de. **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 2011.

DIAS, Patrícia Chame. Da periferia distante à periferia próxima: notas sobre a construção de um bairro popular na região Metropolitana de Salvador. In: **GeoTextos: revista de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia/Instituto de Geociências**, v. 1, nº 1, Salvador: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2005, p. 87-114

FRANSSEN, Abraham. BAJOIT, Guy. O trabalho, busca de sentido. In: FÁVERO, Osmar (Org). **Juventude e Contemporaneidade**. UNESCO, MEC, ANPEd. Brasília: 2007, p. 93-123.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro. DIFEL, 2000, 301 p.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. **Perfil do Trabalho Descendente no Brasil**: um olhar sobre as Unidades da Federação. Brasília: OIT, 2012, p. 376

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

IRIART, Mirela Figueiredo Santos. Juventude e escolarização nos limiares entre o rural e o urbano. In: **Bahia Análise e dados**. v.20. nº4. Salvador superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2010, p. 479-495.

_____. Juventude e escolarização nos limiares entre o rural e o urbano. In: **Bahia Análise e dados**. v.20. nº4. Salvador superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2010, p. 479-495

JUNIOR, Wilson Martins Lopes; SANTOS, Regina Celia Bega dos. Novas centralidades na perspectiva da relação centro-periferia. **Sociedade e Natureza**. v. 21, nº 3, p. 351-359, dez. 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999, 260p.

LIMA, Adalberto de Salles; SANTOS, Maria G. Conceição. As perspectivas de ingresso da juventude afrodescendente no mundo do trabalho, na cidade de Nazaré/BA. In: CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO CODE/IPEA, 2, 2011, Brasília. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos Ipea e Associações de Pós-Graduação em Ciências Humanas**. Brasília: IPEA, 2011. CD-ROM.

NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). et al. **Juventude e Sociedade**: Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, 204 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil-2012**. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_181091.pdf> Acesso em: 17 fev. 2013.

PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de. (Orgs.). et al. **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Petrópolis, 2011, 367 p.

SANTOS, Miguel Cerqueira dos. SANTOS, Maria Gonçalves dos. **Recôncavo Baiano**: realidade socioeconômica e cultural. Ed. Salvador, 1998, 42 p.

SERPA, Ângelo (Org.). **Fala periferia!** Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador: UFBA, 2001, 316 p.

NOVAS MORFOLOGIAS DO TRABALHO E PRECARIZAÇÃO: UM DEBATE SOBRE AS STARTUPS DO VALE DO SILÍCIO MINEIRO

Ana Beatriz Melo
Doutora em Ciências Sociais pela PUC Minas
melo.ana.bh@gmail.com

Introdução

O presente texto tem por objetivo discutir as novas realidades de trabalho associadas às atividades de inovação tecnológica com ênfase na questão da precarização. Aponta como contexto empresas de pequeno porte conhecidas como “startups” compostas majoritariamente por jovens recém-formados em cursos de informática, administração e marketing que buscam um modelo de negócios repetível e escalável para criação e oferta de ideias, produtos e serviços em meio digital.

As startups vêm desempenhando cada vez mais um papel estratégico no mercado internacional, criando demandas, ditando tendências e trazendo à tona novas formas de ser do trabalho. Estas têm encontrado no Brasil e, especialmente em Belo Horizonte, um terreno fértil e importante de consolidação e expansão. Desde 2011, a região centro-sul da capital mineira têm ganhado visibilidade na mídia e no mercado, sendo apontada como relevante pólo tecnológico e informacional a partir do desenvolvimento de uma crescente comunidade de empreendimentos conhecida como “Vale do Silício mineiro” e/ou “San Pedro Valley”.

A partir daí, propõe-se a sistematização de uma revisão bibliográfica com base na literatura das Ciências Sociais e em publicações especializadas sobre a história e a organização das startups em âmbito nacional e local, bem como a apresentação de uma primeira problematização sobre o trabalho desenvolvido nessas empresas com foco nos processos de precarização.

1. Novas formas de trabalho e precarização

Para conhecer e se aproximar melhor do cenário atual de explosão do número de startups é necessário considerar as várias morfologias apontadas pelas formas recentes de inserção ocupacional, a ideia de precarização e a importância que o segmento tecnológico-informacional vem adquirindo no mundo do trabalho.

Nas últimas três décadas, ocorreram importantes mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas que resultaram na consolidação e no desenvolvimento de um novo regime de acumulação capitalista caracterizado, por um lado, pelos processos de globalização, desterritorialização e financeirização do capital e, por outro, por significativas transformações nas relações de trabalho e emprego. A partir desse novo regime, parcelas crescentes da população se viram cada vez mais dependentes de atividades norteadas pela precariedade, pela informalidade e pela terceirização para gerar trabalho e renda diante dos inúmeros obstáculos impostos por um mercado sem fronteiras altamente excludente e competitivo.

Nesse cenário, o trabalho assume uma nova morfologia, uma nova polissemia, cujo traço mais visível encontra-se em sua natureza multifacetada. Essa nova morfologia abrange desde o operariado industrial e rural, que vem diminuindo, até os assalariados do setor de serviços e os trabalhadores terceirizados, subcontratados e temporários, em expansão.

Essas transformações, de acordo com Antunes (2013), designam uma fase de precarização estrutural do trabalho. O autor destaca como tendências dessa fase:

- 1) a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e sua substituição por diversas formas de trabalho atípico, precarizado e voluntário; 2) a criação de “falsas cooperativas” a fim de dilapidar ainda mais as condições de remuneração dos trabalhadores, erodir seus direitos e aumentar ainda mais os níveis de exploração de sua força de trabalho; 3) o “empreendedorismo” que se configura cada vez mais como forma oculta de trabalho assalariado e multiplica as distintas formas de flexibilização de horário, salarial, funcional e organizativa; 4) a degradação ainda mais intensa do trabalho imigrante em escala global. (ANTUNES, 2013, p. 21)

Nesse contexto, a classe trabalhadora se depara com um movimento pendular que abrange tanto a perenidade de trabalhos mais qualificados, intensificados em ritmos e desprovidos de direitos vinculados geralmente a um contingente específico denominado infoproletariado (caso dos trabalhadores de empresas de tecnologia, inovação e informação como as startups) quanto a superficialidade de atividades informalizadas em que predominam trabalhadores menos qualificados com frequência em situação de vulnerabilidade social e exclusão do mercado formal. Esse movimento revela uma característica constitutiva – a presença de outras modalidades e modos de ser da precarização – e ganha especial importância e força entre as últimas décadas do século XX e o início do XXI, período de reestruturação produtiva e de flexibilidade toyotizada, apresentando tendências de continuidade e ruptura em relação ao regime fordista.

A degradação típica do taylorismo-fordismo, que vigorou ao longo de quase todo o século XX, teve (e ainda tem) um desenho mais acentuadamente despótico, regulamentado e contratualista. O trabalho tinha uma conformação mais coisificada e reificada, mais maquinal; em contrapartida, era provido de direitos e regulamentação, ao menos para os polos mais qualificados. A segunda forma de degradação do trabalho típica da empresa da flexibilidade toyotizada é aparentemente mais “participativa”, mas os traços de reificação são ainda mais interiorizados (com seus mecanismos de “envolvimento”, “parceria”, “colaboração”, “individualização”, “metas” e “competências”). Ela é responsável pela desconstrução monumental dos direitos sociais do trabalho. (ANTUNES, 2013, p. 21).

As atividades relativas à precariedade vêm, portanto, impactando todos os trabalhadores, independentemente de seu estatuto e qualificação, produzindo processos de degradação das condições de trabalho, dos rendimentos auferidos, da estabilidade e das características do vínculo empregatício, da vitalidade da ação sindical e até mesmo da saúde dos próprios trabalhadores.

Essas atividades não são novidades dos últimos tempos. Assim como as formas atuais de informalidade, elas representam velhas práticas ressignificadas, que se difundiram nas últimas décadas, levando a um processo de regressão social (LEITE, 2009). A precariedade passa a ocupar um lugar estratégico e decisivo nas engrenagens

da produção capitalista e deixa de ser algo residual e periférico para se institucionalizar, difundindo-se de forma generalizada. A esse respeito, Robert Castel (1995) esclarece:

Começa a tornar-se claro que precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. São as consequências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade – que efetivamente fazem sombra para muita gente. (CASTEL, 1995, p. 517).

Nesse cenário de competitividade e modernização, as práticas de inovação tecnológica e informacional ampliadas a partir do fenômeno das startups vêm assumindo especial importância para um segmento cada vez maior de jovens à procura de novas formas de geração de trabalho com alta rentabilidade.

2. As startups e o Vale do Silício mineiro

As startups são empresas organizadas com baixos custos iniciais que buscam criar e desenvolver ideias, serviços e produtos com base num modelo de negócios inovador, replicável e escalável em meio a condições de mercado pautadas pela instabilidade e imprevisibilidade.

Esse contexto de incertezas se traduz no fato de que não há como prever se um projeto desenvolvido numa startup será bem-sucedido ou, ao menos, sustentável. A aprovação de uma ideia e a captação de investimentos constituem objetivos centrais a ser alcançados pelos jovens empreendedores diante de um mercado dinamizado por constantes oscilações e flutuações, o que faz das startups atividades de alto risco.

O modelo de negócios designa a forma como as startups geram valor. Esse modelo deve ser repetível na medida em que os produtos criados são fornecidos em escala potencialmente ilimitada sem a necessidade de significativas customizações e adaptações. Isso pode ocorrer tanto a partir da venda de uma mesma unidade de produto inúmeras vezes quanto através da permanente disponibilização dessas unidades, independentemente das demandas.

Além de ser repetível, esse modelo deve ser escalável, ou seja, deve ser capaz de propiciar a startup o maior crescimento possível em receita à curto prazo com baixíssimas despesas. Nesse sentido, a empresa deve gerar cada vez mais riquezas e lucros a partir da ampliação máxima da margem receita-custos (ROCHA, 2008).

O termo startup associado às empresas recém-formadas e rentáveis se popularizou durante a década de 1990, período em que ocorreu a “primeira bolha da internet”.

Nessa fase, muitos jovens empreendedores com ideias ligadas à inovação tecnológica se lançaram no mercado, buscando financiamentos e apoios para seus projetos. Grande parte desses jovens passou a integrar startups que atingiram significativa expansão na região conhecida como “Vale do Silício”, na Califórnia, Estados Unidos. Daí, surgiram importantes empresas, modelos de startups, que atualmente são líderes em seus setores de atuação como Google, Apple e Microsoft (BRIGIDI, 2008).

Ao longo dos anos 1990 e 2000, o fenômeno das startups encontrou no cenário brasileiro um território fértil e promissor para a consolidação e a expansão de suas atividades. De acordo com a Associação Brasileira de Startups (2014), o Brasil atualmente conta com aproximadamente 10 mil empresas de inovação tecnológica deste tipo, dentre as quais chamam a atenção iniciativas de relevância aos olhos do mercado internacional como Samba Tech, Instagram e Buscapé.

Nesse contexto, o município de Belo Horizonte vem despontando como importante pólo de inovação tecnológica e informacional, agregando um número cada vez maior de empreendimentos.

Na capital mineira, em 2011, um grupo de jovens recém-formados em cursos de marketing, administração e informática criou pequenas empresas de inovação tecnológica no bairro São Pedro, atraídos pela infra-estrutura e pelos preços de aluguel dos escritórios, considerados por eles razoáveis em relação aos cobrados em localidades vizinhas. A partir do sucesso dos primeiros empreendimentos que ganharam prêmios nacionais de startups, novas iniciativas foram instaladas dando origem a uma comunidade digital interconectada que ganhou o apelido de “San Pedro Valley” e/ou “Vale do Silício mineiro”.

Essa comunidade hoje em dia compreende cerca de 200 startups, sendo que a grande maioria corresponde a empresas em estágio inicial de desenvolvimento, com em média 2 anos de existência, de pequeno porte com até 3 trabalhadores. A explosão das startups na capital mineira tem chamado a atenção da iniciativa privada a partir de investimentos nacionais e estrangeiros e do poder público através do desenvolvimento de programas que fomentam o empreendedorismo digital como o equity free SEED (Startups and Entrepreneurship Ecosystem Development), escritório compartilhado que reúne startups e financia projetos de jovens empreendedores do setor tecnológico (LAIM, 2013).

A partir desse cenário, cabe questionar: Quais seriam os principais aspectos e tendências da realidade de trabalho vigente atualmente nas startups? É possível evidenciar um caráter de precarização nessas atividades? De que forma essa precariedade se revelaria?

Esses questionamentos fazem parte de uma problematização inicial a partir da qual surgirão novas reflexões e análises acerca de um fenômeno tão dinâmico, relevante e complexo quanto as recentes modalidades de inovação tecnológica empreendidas por jovens a partir das startups.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, imaterialidade e valor. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça.; FRANCO, Tânia (orgs). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE STARTUPS. **O que é uma startup?** Disponível em : < <http://www.abstartups.com.br/panorama-startups/> >. Acessado em jul. 2014.

BORGES, Ângela. Mercado de trabalho: mais de uma década de precarização. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Org). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

BRIGIDI, Gabriel. **Criação de conhecimento de empresas startups de alta tecnologia**. 2009, 174f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Administração, Porto Alegre.

CASTEL Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1995.

LAIM, Camila San Pedro Valley, em BH, é pólo de empreendedorismo digital. **Revista Exame.** jun. 2013. Disponível em < <http://exame.abril.com.br> >. Acessado em jul. 2014.

LEITE, Márcia de Paula. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; LEITE, Márcia de Paula (Org.). **O trabalho reconfigurado:** ensaios sobre Brasil e México. São Paulo: Annablume editora, 2009.

NEVES, Magda de Almeida. As transformações no mundo do trabalho: crise e debates. **Revista TRT**, Belo Horizonte, n. 27, p. 25-33, jul.97/dez.97.

ROCHA, Fabrício Bloisi. **Proposta de modelo para geração de valor substancial e estratégia de crescimento acelerado em startups.** 2008, 107f. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, Centro de estudos em estratégias e competitividade, São Paulo.

PROJETOS DE VIDA DOS JOVENS DAS CLASSES TRABALHADORAS A PARTIR DA ESCOLA MÉDIA – DIFICULDADES E CAMPOS DE POSSIBILIDADES

Aleksandra Oliveira¹² – Universidade Federal do Ceará

aleksandra.braga@gmail.com

[Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico](#)

Este artigo discute teoricamente as dificuldades e as probabilidades das trajetórias escolares dos jovens das classes trabalhadoras, e apresenta trechos de uma pesquisa em curso com estudantes da Escola Paróquia da Paz, em Fortaleza – Ceará, expressando as expectativas e intenções quanto à construção de seus propósitos futuros depositados na educação institucional na preparação de suas vidas após a conclusão do seu ensino médio.

Juventude e condição juvenil

O conceito de juventude é uma construção sócio-histórica com múltiplas formas de ser, manipulada e manipulável (BOURDIEU, 1983). Hoje, toda concepção de juventude fora da escola é marginalizada (SPOSITO, 2008). Por isso, vemos estudantes fora da faixa etária que interromperam os estudos, sem completar os estágios escolares, que foram absorvidos para o trabalho e para outros encargos (casar, ter filhos), retornando à escola quando possível. Eles são a evidência de que abreviação de etapas da vida e a desvinculação do universo escolarizado são problemas que podem trazer danos e punições sociais posteriores.

Para as camadas sociais desfavorecidas economicamente é uma fase de transição com um processo precoce de adultização, carregando consigo uma pré-responsabilidade que funciona como eixo que norteia os rumos da vida (MARGULIS e URRESTI, 1996). Ser jovem de baixa renda e morador de periferia é estar em desvantagem material e social, pois se está mais próximo do alvo da violência (num sentido amplo, inclusive na negação de direitos) e outras situações de vulnerabilidade que comprometem sua perspectiva de futuro (ABRAMOVAY, 2007).

¹² Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, especialista em Psicopedagogia, bacharel e licenciada em Ciências Sociais, e graduada em Pedagogia.

A condição juvenil nas classes de baixa renda apresenta no Brasil características distintas das gerações anteriores, especialmente no que se refere às oportunidades escolares. Para responder às exigências das transformações sócio-econômico-culturais das últimas décadas, esses jovens se deparam com limites e possibilidades com um sentido muito próprio da sua classe da sua vivência juvenil, enfrentando desafios cotidianos na garantia de sua própria sobrevivência. A permanente tensão entre a busca da gratificação imediata e um investimento num possível projeto de futuro já é a realidade de muitos jovens estudantes. Conforme Sposito (2005, p. 106) “[...] para os jovens, a escola e o trabalho são projetos que se superpõem ou poderão sofrer ênfases diversas de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais que lhes permitam viver a condição juvenil”.

Projeto de vida e Campo de Possibilidades

A maior expectativa de vida permitiu vislumbrar outra relação com o tempo, especialmente, o porvir, percebido a partir deste novo contexto mundial como algo passível de ser moldado e melhor aproveitado conforme as necessidades e desejos dos indivíduos. As transformações sociais constituíram fronteiras culturais mais elásticas e híbridas, possibilitando uma heterogeneidade e variedade de experiências, costumes e tradições, o que abriu espaço para os sujeitos divisíveis, particularizados, fragmentados e diferenciados por seus papéis sociais. O projeto aparece como um suspiro consciente, uma tentativa de dar sentido à experiência particularizada, buscando imprimir uma existência reservada, cultivada e cativada de si mesmo, na luta pela diferenciação diante da diversidade de domínios e campos sociais.

Os projetos surgem da noção de que os indivíduos escolhem ou podem escolher. São frutos de experiências socioculturais, de vivências e interações, passadas e presentes, na vida cotidiana. São pautados num *estoque de conhecimento* à sua disposição, que lhes servem como um esquema interpretativo que determina a antecipação das coisas que estão por vir. São, ainda, elaborados e construídos dentro de um *campo de possibilidades*, circunscrito historicamente e referendados nos parâmetros

culturais disponíveis a um repertório limitado de preocupações e problemas centrais ou dominantes (VELHO, 1997; SCHUTZ, 2012).

Este conjunto de ideias que se projeta em condutas previamente arquitetadas para atingir fins específicos, com algum objetivo predeterminado, toma como suporte outros projetos coletivos. Pode ser preciso, calculado, planejado, detalhado ou com esboço relativamente vago. Os projetos são dinâmicos, relativamente maleáveis e fluidos, porque precisam ser assim, para lidar com o imponderável e com os imprevistos na sua execução podendo mudar e serem substituídos e/ou atualizados conforme a necessidade. São considerados *investimentos, riscos, perdas e ganhos* tanto em termos particulares e/ou coletivos, sem prescindir das variações de visões de mundo que permeiam as sociedades complexas (SCHUTZ, 2012).

Como organizador de desejos prévios, qualquer projeto concreto obedece a um segmento da hierarquia de planos que o indivíduo possui: há planos para o momento, para o dia, para períodos longos e para a vida. O desejo de alterar a realidade presente impulsiona ao ato de planejar, de antecipar eventos futuros, de imaginar. Com um porque e um para quê, os projetos nascem de algo e crescem para algo, para alguma coisa e/ou para algum lugar. Eles têm uma história para seus atores/autores projetistas e autoria ou apropriação da escolha. Trata-se de um processo cheio de matizes, entrelaçado a sensações, sentimentos e experiências de um percurso curto ou longo. São desejos emaranhados na vivência concreta e/ou na fantasia que impulsiona e que elege estratégias para vislumbrar outro panorama de vida. Construídos com as emoções e histórias compartilhadas pelo apoio dos seus pares ou pelo ímpeto das contra-forças dos que se opõem. Os projetos de vida e seus projetistas se revelam no decorrer da caminhada.

Velho (1997, p.110) desenha o *campo de possibilidades* como “a relativa margem de manobra e iniciativa que grupos e indivíduos podem ter e que, afinal de contas, constitui a possibilidade de mudança social”. Seria o cenário moldável, as chances disponíveis que se pretende aproveitar ou as oportunidades que se pretende cavar para realização dos projetos. Esse leque de possibilidades pode limitar as ações pretendidas (permanecer/ resignar-se) ou pode ser expandido para atender às necessidades de seu projetista (adaptar/alterar/mudar/subverter). Cotidianamente temos

que lidar com situações ambíguas, adversas ou favoráveis aos nossos propósitos, as possibilidades e contrapossibilidades que compõem um portal que se apresenta a todos na definição de rumos que damos em nossas vidas.

Se considerarmos que a educação escolar é o formato estratégico de socialização mais prestigiado em nosso atual contexto social, vale pensar que os indivíduos com “estoque de conhecimento” menos diversificado e instrumentalizado, com campos de possibilidade estreitados ou minguados pelas probabilidades reduzidas para o acesso aos meios operacionais, podem ser prejudicados na elaboração e execução de seus projetos de vida. Se há grupos mais favorecidos dentro da engrenagem social, e dentro deles seus respectivos membros, conseqüentemente, há grupos e indivíduos sendo recusados e eliminados de tal processo. Logo, há os menos favorecidos quanto aos recursos para obtenção de um patamar confortável de colocação no mundo social.

Contornos entre escola e trabalho – os jovens na corda bamba

A autoridade pedagógica do discurso e da prática escolar exerce uma manipulação sob seu público de maneira velada camuflando o jogo arbitrário que a escola articula. Bourdieu e Passeron (2008) desconstroem a neutralidade da escola e a crença de que o sucesso escolar e social depende do empenho e das capacidades individuais, quando aprova a herança cultural e o dom social tratado como dom natural. A escola é dissimuladamente seletiva e segregante, quando beneficia um determinado grupo, no caso as classes abastadas, em que aproveita a bagagem familiar deste grupo e aplica indefinidamente a todos, dando vantagem aos sujeitos provenientes desta condição.

Bourdieu (2011) desmistifica a lógica dos “iluminados” que sempre se sobressaem porque trazem consigo um “dom natural”, e chama atenção para a tão acastelada equidade formal e os riscos que esta esconde. Nisto são ocultados os favorecimentos que comportam toda a realidade que cerca e permeia a constituição e a vida dos sujeitos. A começar pela desqualificação atribuída a toda a bagagem cultural dos indivíduos das classes desfavorecidas sócio e economicamente, quando são criticados seus modos de linguagem, os comportamento e visões de mundo.

Gardner (1994) verifica e defende que todos os indivíduos têm inteligência e que são potencialmente capazes de se desenvolverem. Ao desconstruir os arquétipos de inteligência (expressos no domínio de algumas áreas do saber, no ritmo e formato) que segregam e estigmatizam os indivíduos que não se enquadram nos modelos que a sociedade e o sistema escolar privilegiam, ele considera necessário superar a noção de inteligência quantificada e reducionista. O autor propõe incluir um conjunto mais alargado, diversificado e universal de competências e habilidades, em que o currículo escolar e os sistemas educacionais tradicionais não contemplam.

A forma em que se dá a aquisição da cultura [legitimada] é apontada por Bourdieu como a chave para esclarecer a disparidade na apreensão da cultura escolar pelo público a que ela atende. A classificação escolar praticada nas avaliações escolares não se reduz a verificação da aprendizagem, mas se desdobram sobremaneira em veredictos que ponderam o modo de obtenção e o uso da cultura legítima – disfarçada de função técnica. A escola e a sociedade enaltecem uns, e lhes convencem de um “brilhanismo nato”, ao mesmo tempo em que comprometem a autoimagem, a autoestima e auto avaliação definitiva de muitos sujeitos quando lhes imputa uma incompetência, e inabilidade permanente para a adequação escolar. Promovem uma autopunição e uma autodesqualificação para os que não conseguiram se enquadrar e se inserir no jogo escolar e social.

Prova disso é que as mais altas posições no mercado escolar e no mercado de trabalho são ocupadas majoritariamente pelos indivíduos oriundos ou pertencentes às classes dominantes. E ainda que se democratize o ensino escolar público e gratuito não há como anular a desigual distribuição de recursos. Os modelos de conhecimentos é que precisam ser revistos e reaproveitados.

Como o processo é acobertado e sofisticado, os efeitos também serão deturpados, pois o que aparece é que alguns indivíduos seriam eminentemente melhores, que o volume da capacidade cognitiva é naturalmente diferente. No final os exitosos creem de fato que seu mérito é resultado de qualidades individuais inatas, como traços de sua personalidade; e os que não são “bem sucedidos” nesses termos, resignados, são levados a acreditar que suas dificuldades escolares são fruto de sua

inferioridade intelectual ou inapetência moral. Para usar os termos de Nogueira e Nogueira (2009, p. 75): “falta de inteligência” ou/e “fraqueza de vontade”.

Os jovens brasileiros de baixa renda vivem uma situação dramática, encurralados entre um sistema de educação pública de má qualidade e, a partir da adolescência, a necessidade premente de adquirir uma renda num mercado de trabalho precário, restrito e voraz. A situação econômica é um dos fatores de abdicação dos estudos pela busca prematura de trabalho para quem vive o dilema: deixar a escola e auxiliar na renda familiar ou permanecer na escola e ser mais uma pessoa a ser sustentada. A possibilidade de ingressar na educação secundária acende uma esperança nos pais que não têm tido relação com a realidade da desvalorização da escolaridade. Os jovens urbanos pobres já vão se dando conta do pouco valor prático do saber escolar ou do fraco impacto da escolaridade na vida da geração anterior (BOURDIEU, 2011).

Um dos agravantes dos problemas desta desigualdade escolar se evidencia na constatação clássica da relação entre baixa escolaridade e o estrangulamento de uma população trabalhadora, ou desta demanda com aspiração à empregabilidade que é resultado reincidente de muitas pesquisas (GUIMARÃES, 2008). Os jovens já compreenderam tais exigências do mercado de trabalho, o que se verifica na ampliação significativa da matrícula, inclusive no nível médio. Assim, já estando nele ou se preparando para ele, a tendência atual do mercado de trabalho, demanda por trabalhadores mais qualificados, especialmente no que se refere à habilidade de operar novas tecnologias. Segundo Barbosa Filho (2012), um dos gargalos que impedem a absorção dos jovens pelo mercado de trabalho é a baixa escolaridade ou escolaridade ineficiente, mensurada pelos anos médios de instrução e, sobretudo, a qualidade desta formação.

No entanto, para alguns teóricos a combinação juventude + escolaridade, não resulta necessariamente em empregabilidade. A questão é mais complexa. Na atual conjuntura a relação que os indivíduos estabelecem com o trabalho extrapola o modelo tradicional linear e regularizado; ao contrário, o trabalho – ou a inserção neste campo – é que se dá muitas vezes de maneira aleatória, imprevisível (PAIS, 2001; BECK apud GUIMARÃES, 2008), que vem ganhando contornos de sentido caótico, disforme, despadronizado, descontínuo, liquefeito, marcado pela incerteza e transitoriedade dos

vínculos e dos percursos ocupacionais (BAUMAN, 2001). Sobre os cursos de vida entre os jovens, Pais (2001) ressalta que:

[...] são textos cada vez mais instáveis e variáveis [...], que, hoje em dia, “ser jovem” é duplamente tentador, por exigências dos sonhos e da realidade. Apalpam-se as oportunidades no mercado de trabalho, como na discoteca se acaricia o par, numa tentativa de ver até onde se pode chegar. É nesta obscuridade – indo às cegas, às apalpadelas – que melhor se vê como as trajetórias dos jovens se encontram crescentemente em jogo (PAIS, 2001, p. 28).

Expectativas de vida após o ensino médio

Em textos escritos pelos estudantes numa atividade da pesquisa, percebi que para alguns concluir o ensino médio já é uma satisfação como etapa importante na vida em comparação com seus familiares. Mas a maioria menciona tentar ingressar no ensino superior com propósitos os mais variados. É o caso de uma aluna que afirmou que primeiro precisa conseguir um bom emprego para poder pagar um curso técnico, que é mais garantido, e só depois entrar na faculdade. Para outros, o ensino superior aparece como uma suposta segurança para uma carreira profissional, ainda que seus desejos repousem noutros rumos que não necessitem desta formação. Percebo mais claramente em alguns estudantes um esboço mais ou menos estruturado de projetos de vida, seja prosseguindo os estudos ou direcionando a vida para outros interesses.

É recorrente o empenho para atingir os alvos mais urgentes, concretos e palpáveis. Em realidades de desprovido material em que é necessário suprir a subsistência o retorno tem que ser imediato, não dá para esperar. Algumas falas demonstram desconhecimento ou pouca informação sobre as carreiras e ofícios que dizem almejar. É como se alguns desejos ficassem no plano dos sonhos, como algo distante e que não tem muita pretensão de acontecer. Schutz (2012) cita a filosofia de Bergson para esclarecer que nossa vida consciente se dá em dois patamares distintos. Num extremo está o plano da ação caracterizado por uma tensão específica de grau mais elevado que se mobiliza pela ação interessada para alcançar a realidade e tudo o que nela está implicado. No outro polo está o plano dos sonhos com menor grau de tensão marcado pela falta efetiva de interesse.

Diante do que eles expuseram em seus escritos me questiono: quantos pretensos embriões de arquitetos, advogados, administradores, engenheiros, psicólogos, odontólogos, fisioterapeutas, nutricionistas, médicos e outros profissionais que necessitam de uma formação superior e com maior investimento de qualificação terão a chance de desabrochar? Menciono estas profissões não por acaso, elas foram citadas pela maioria dos interlocutores desta pesquisa.

Não discuto a dignidade e importância destas profissões, mas a inacessibilidade de algumas delas para indivíduos das classes de baixa renda, da qual estes indivíduos fazem parte. É como se algumas camadas sociais estivessem destinadas a alguns ofícios típicos de seu estrato, assim como indivíduos de outras camadas não fossem capazes de exercer outros trabalhos que fujam tradicionalmente de suas rígidas demarcações sócio-históricas. Em miúdos, vemos que, com raras exceções, aos pobres cabem sempre as mesmas profissões, trabalhos e tarefas de subordinação, assim como, aos ricos estão sempre reservadas às profissões e carreiras de prestígio e seguridade social. Daí serem comum na nossa sociedade as dinastias de médicos, juristas, administradores e engenheiros, por exemplo.

Do mesmo modo, podemos questionar também quantos professores, cientistas sociais, artistas plásticos, biólogos, historiadores, jardineiros, filósofos, artesãos e tantos outros trabalhos, ofícios e carreiras profissionais que nem serão cogitados por não serem bem remunerados e valorizados na nossa sociedade¹³. Será que indivíduos das classes favorecidas também não se identificam com essas profissões?

Quantos jovens de várias classes sociais se descobririam aptos e com afinidades laborais para realizar atividades as mais diversas, não fossem estas classificações mercadológicas pautadas em critérios como salários, *status* e privilégios? Olhando por este prisma, podemos nos questionar quantos indivíduos das indistintas classes serão instrumentalizados e terão suas vocações e habilidades respeitadas e lapidadas? Qual suporte a sociedade está oferecendo para que esses propósitos sejam

¹³ Lista das profissões e carreiras mais desvalorizadas e menos promissoras. <http://guiadoestudante.abril.com.br/blogs/pordentrodasprofissoes/as-10-profissoes-menos-promissoras>; <http://oglobo.globo.com/economia/emprego/especialistas-apontam-as-profissoes-mais-menos-promissoras-do-momento-2962376>.

aparelhados e desenvolvidos, de modo a que eles se realizem como pessoa e como profissionais que desejam contribuir socialmente?

A escolha das profissões é uma discussão que por si só já é polêmica, considerando que essa não é uma seleção livre para maioria dos indivíduos. Há muitas variantes em jogo quem nem sempre privilegiam a vocação ou identificação com uma carreira ou ofício, mas estão presas às circunstâncias do mercado, que irá atrair ou afastar os profissionais para determinadas áreas. E há também interesses e conveniência de determinados grupos em permanecer e prevalecer no domínio de determinadas categorias, em forma de corporativismos fechados garantindo *status* e privilégios.

Mas nesta etapa de escolha inicial, de formação preparatória e de ingresso no mercado tal como está estruturado, a tomada de decisão é algo que envolve uma série de fatores. As classes favorecidas, sócio e economicamente, lançam mão desde cedo de práticas e artifícios para garantir um terreno propício para seus filhos. O tratamento, a ênfase e o volume de investimentos cognitivos, verbais, discursivos e emotivos que são dados a determinadas questões existenciais cotidianamente constituem um comportamento de algumas classes e são resultado de um projeto que também é de uma classe. Começando pelo o *capital econômico* enquanto poder aquisitivo e recursos materiais para custear a formação e aperfeiçoamento permanente; perpassando pelo *capital cultural*, expresso em visões de mundo, crenças e aptidões incorporadas, além do manejo de saberes livrescos e tecnológicos, certificados, conhecimento específico etc. Assim como, não menos importante, é levado a cabo, o investimento no *capital social*, que administra uma ampla e cultivada rede durável de relações, vinculado a um grupo que afiance influência e relevo social promovendo a circulação e a participação dos indivíduos nos espaços sociais que lhes interessam e convêm (BOURDIEU, 2011, p. 73-79).

Nos propósitos de futuro informados por meus interlocutores há uma série de elementos muito recorrentes, são eles: fazer faculdade para conseguir um emprego que remunere bem, para trabalhar com que gostam; conquistar a independência financeira; adquirir a casa e o meio de transporte próprio; casar, ter filhos, construir uma família; ser responsável e ajudar a família; ter uma vida confortável; ter qualidade de vida; curtir a vida; viver bem; ter um futuro melhor; um emprego melhor; ter novos horizontes;

tentar ir mais além; dar orgulho aos pais; ter o que seus pais não tiveram e, quando tiverem filhos, dar a eles o que também não tiveram. Muitos desses intentos se fundem, se repetem e se coadunam. Mas aparecem mais como desejo, que nem sempre se configura como projeto de vida exatamente, que, como já definido, pressupõe uma conduta com investimentos, organizada, planejada, calculada para alcançar fins específicos (SCHUTZ, 2012).

Senti nas falas e nos textos escritos que há muitas coisas em movimento dentro dos sujeitos da pesquisa: desejos em construção, fluxos de sonhos, ou aspirações não realizadas; esperança em “ser alguém” e a reivindicação por uma remuneração mais justa seja qual for sua escolha profissional. A relação de leveza com o tempo também é citada, antes mesmo de se inserirem no frenético mercado de trabalho que exige aceleração. Os argumentos de *ser feliz* e de *ajudar as pessoas* como princípio de suas escolhas mostra outro lado das coisas que nem sempre costuma ser evidenciado. O que pode parecer como respostas evasivas ou descaso com dias vindouros pode revelar como lidam com a sensação de improvável ou, ainda, com outra forma de ver o mundo. Para outros, entrever obstáculos pode desencorajar, conformar, ofuscar ou minguar uma série de perspectivas de trabalho, de futuro e de vida. É com estes que me preocupo.

Considerações provisórias

As ponderações traçadas até aqui, fruto de estudos teóricos e empíricos, revelam o desafio que é romper com as restritas oportunidades reservadas aos jovens das camadas populares. As chances de consumação dos projetos de vida para estes indivíduos são escassas e contundentes, considerando que o próprio sistema filtra e classifica desigualmente. As hierarquias de conhecimentos e práticas arregimentadas socialmente lhes concedem uma luta desleal pela sobrevivência.

Para superação dos desperdícios de saberes, aprendizados e vidas, Santos (2006) propõe engendramentos de pontos de fuga epistemológicos suscitados por um trabalho de tradução, tecendo outra rede de relações possíveis. A proposta é destronar os modelos postos, provocando outras formas de ver, pensar, sentir e estar no mundo; buscar a emergências dos indivíduos ignorados e das experiências ecológicas,

reaproveitando e dialogando, através de um procedimento que crie inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis na sociedade.

Jovens, escola e sociedade guardam tensões e jogos de forças que requerem estratégias para conviver, sobreviver e/ou driblar as condições adversas com que se deparam. Os tempos atuais reivindicam inventividades para construir novos cotidianos, em que é preciso se reinventar na travessia de incertezas e deslocamentos das tramas sociais. Enquanto isso, os jovens menos abastados se movem como podem, planejam ganhar a vida, elaboram seus projetos, lutam e desenvolvem estratégias (dentro ou fora do sistema) para ampliar seus campos de possibilidades, buscando salvaguardar suas existências e suas trajetórias sociais. Eis um labirinto a percorrer.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMOVAY, Mirian. **Sociologia Especial – Revista Ciência & Vida**, Ano I, nº 2: São Paulo, 2007, p. 46 - 55.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. Os jovens no mercado de trabalho. **Juventudes e Gerações no Brasil Contemporâneo**. (org.) Livia Barbosa. Porto Alegre: Sulina, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983.

_____; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

_____. **Escritos de educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (org.). 12. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DAYRELL, Juarez. **Juventude e escolarização: os sentidos do Ensino Médio**. Ano XIX Boletim 18, Rio de Janeiro, Novembro/2009.

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente: a Teoria das Múltiplas Inteligências**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu & a Educação**. 3. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 128 p. – (Pensadores & Educação, v.4).

PAIS, José Machado. **Ganchos, Tachos e Biscates**: Porto, Âmbar, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. **A Gramática do Tempo – por uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHUTZ, Alfred. **Sobre fenomenologia e as relações sociais**. Ed. e org. Helmut T.R. Wagner; Tradução de Raquel Weiss. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. – (Col. Sociologia).

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. *In*: ABRAMO, Helena W. & BRANCO, Pedro Paulo Martoni Branco (org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. *In*, **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade**. – 2.ed. – Rio de Janeiro, Zahar, 1997.

CULTURAS JUVENIS EM TRANSIÇÃO BRASIL E MÉXICO: NOVOS HORIZONTES DE FUTURO E TRABALHO

Profa. Dra. Ana Luisa Fayet Sallas – Universidade Federal do Paraná
analuisa@ufpr.br

CAPES/PPGSociologia/UFPR

GT 1 - Culturas juvenis, flexibilidades e mobilidades – as ocupações desejadas

Resumo:

O presente trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa realizada no Brasil e México sobre culturas juvenis partindo de sua articulação e expressão com relação aos processos de transição para a vida adulta. Partimos do conceito de cultura juvenil elaborado por Feixa (1999, 2004) e Rossana Reguillo (2000), articulado aos trabalhos sobre os processos de transição para a vida adulta no Brasil, em Camarano (2006) e em Oliveira, Mora Salas (2008, 2009) no México.

Trata-se de analisar as trajetórias de jovens e dos resultados de uma etnografia virtual, realizada no FACEBOOK, em que foram contemplados temas referentes ao uso do tempo, formas de sociabilidade, expectativas de futuro e suas percepções sobre o mundo do trabalho. Foram 340 questionários respondidos entre jovens do Brasil e do México no período de agosto a novembro de 2012. Essa base de dados foi convertida do googledocs para spss, permitindo maior possibilidade interpretativa dos dados revelados.

Pensar numa cultura juvenil significa levar em conta, de imediato, a multiplicidade de formas de sociabilidade existentes para a vida cotidiana dos jovens, marcada por relações grupais na escola, igreja, família – para mencionar aqui aquelas instituições socializadoras tradicionais e outros agrupamentos como dos jovens de torcidas organizadas, grupos de *punks*, *darks*, *nerdes*, *hip-hop*, *emos*, *rockers*, *floggers* e assim por diante. Entendemos que a cultura refere-se a organização social de sentido, interiorizada pelos sujeitos em forma de esquemas e de representações compartilhadas e objetivadas em formas simbólicas (*habitus*), em contextos historicamente específicos e socialmente estruturados.

Carles Feixa (1999) define as culturas juvenis como um espaço onde as experiências sociais dos jovens são expressas coletivamente mediante a construção de estilos de vida distintivos. Se estabelecem a partir do tempo livre e no espaço de ócio, e possuem graus variados de autonomia em relação as instituições adultas. Rossana Reguillo (2000) as define como um conjunto heterogêneo de expressões e práticas socioculturais juvenis. São trabalhos de investigação que procuram dar conta das práticas juvenis como processos em movimento, originando duas vertentes de estudos: uma dominada por análises inter-grupais ou de grupos específicos e outra pela análise contextual-relacional, que procura entrecruzá-los aos elementos políticos, econômicos, culturais, sociais e com a memória histórica.

Cada um destes conceitos podem e devem ser vistos em sua historicidade, no seu alcance e validade para o aprofundamento das reflexões sobre as diferentes formas de agrupamentos juvenis, pois existem semelhanças e diferenças no seu processo de constituição. Podemos encontrar grupos *darks*, *punks*, *hip-hop*, *góticos*, *skatistas*, *surfistas*, *skinheads*, *mods*, *floggers*, *emos*, e assim por diante em vários lugares do mundo, como decorrentes do processo de globalização e de formas mais velozes e diretas de comunicação. No entanto, nossa hipótese é que seus sentidos de pertença e os significados de suas expressões são profundamente diferentes entre si, porque mais que expressem práticas culturais parecidas, elas se ancoram necessariamente em contextos sociais e culturais distintos e se inscrevem na vida cotidiana dos jovens também de forma diferenciada.

Procuramos verificar também quais as conexões existentes entre as culturas juvenis e os processos de transição para a vida adulta. Conforme observam OLIVEIRA y MORA SALAS (2008:267) em pesquisa realizada no México, esse processo representa emancipação individual, através do qual as pessoas adquirem maior autonomia e tem maior controle sobre suas vidas, que se expressa entre outras coisas, pelas possibilidades de escolher e atuar de acordo com critérios definidos pelo próprio indivíduo. Nesse sentido as novas formas de organização do trabalho, em especial aquelas que revelam a conversão crescente de estilos de vida para meios de vida ganham maior relevância, já que expressam novos sentidos dados às práticas criativas,

para além das formas reconhecidas de expressão, ganhando visibilidade e possibilidades de futuro.

Para os jovens, o processo crescente de individuação implica em assumir novas responsabilidades e novas formas de participação social junto a família, a comunidade e ao conjunto das instituições. No caso do México, verifica-se um processo heterogêneo de transição, tanto do ponto de vista dos itinerários (trajetórias), como em relação à temporalidade (calendário), sequência (ordem) e intensidade (probabilidade de ocorrência), bem como as vivências e significados conferido ao alcance de uma maior autonomia e participação social que caracterizam esta transição. Nota-se que essa heterogeneidade se encontra fortemente influenciada pelas estruturas de desigualdade existentes, as quais marcam diferenças substantivas nos pontos de partida, nas formas de transição e nos resultados alcançados em matéria de autonomia, responsabilidades e participação social, assim como melhores condições de vida e de direitos de cidadania (OLIVERIA, MORA SALAS, 2009:2007).

Se as trajetórias e biografias eram definidas de uma forma linear, esse quadro se alterou profundamente, com maior flexibilidade, incerteza e inseguranças com relação ao futuro. De um lado, há uma alteração na própria relação com o tempo, já que na época moderna, o futuro torna-se o centro da práxis humana. Conforme observa LECCARDI (2005, 37-38), os reflexos desse processo sobre os modelos de ação, sobre os modos de interpretar a realidade, sobre os estilos de vida e os modos de definição da identidade. Os efeitos desse processo sobre a vida juvenil pois essa trajetória biográfica, capaz de garantir um percurso previsível para o ingresso na vida adulta, constitui não mais a regra, mas a exceção. Para os jovens, o processo de des-institucionalização do curso da vida, implica igualmente o conceito de “biografia normal”, comporta o desaparecimento de um aspecto até aqui determinante na reflexão sobre a condição juvenil: a identificação da juventude como um conjunto de etapas, socialmente normativas, que conduzem progressivamente em direção ao mundo adulto (LECCARD, 2005:38)

Conforme observa Krauskopt (2006:176), a compreensão da juventude não pode enfatizar apenas preparação para a vida adulta, em especial em sociedades onde os processos de mudança demográfica, cultural e produtivas colocam os jovens em

posições conflitivas do apelo a participação ou de sua recusa. Nesse processo, os jovens fazem sínteses flexíveis, próprias e originais de modelos e identificações que nossa sociedade e o mundo adulto oferece, levando a produção de um sentido positivo de identidade e da sua condição de sujeito.

Para desenvolver a pesquisa consideramos que no mundo contemporâneo, os elementos significativos da constituição das culturas juvenis marcam: a) uma percepção distinta da política; b) sua percepção do espaço e c) sua percepção do futuro (marcada por diferenças de gênero, classe, raça). Rossana Reguillo assinala que para ler as práticas juvenis e se aproximar de suas identidades é necessário incorporar duas dimensões: a situacional e a contextual-relacional. A dimensão situacional permite: a) a análise inter-grupal de coletivos específicos e os elementos extra-grupais relevantes para a conformação do perfil do coletivo estudado; b) análise das diferentes expressões identitárias que se expressam em um contexto sócio-cultural particular. A dimensão contextual-relacional permite: a) vincular os elementos políticos, econômicos, culturais e sociais, com as condições para a emergência, expressão e manutenção de certas identidades sociais; b) o diálogo aberto com a memória histórica dos processos, que permite entender as continuidades e as rupturas, evitando o risco de “ficção sociológica”.(REGUILLO, 2000:95)

Nessa mesma direção podemos assinalar as observações de Carles Feixa quando nos fala a respeito do termo “culturas juvenis”. Para ele é possível estabelecer comparações trans-culturais em relação às culturas juvenis quando se comparam objetos formalmente idênticos (o estilo punk em Barcelona e na Cidade do México) como estruturalmente semelhantes (juventude urbano-popular) e também porque remetem a processos de circulação cultural vigente em escala planetária. Nesse contexto, as culturas juvenis aparecem como uma resposta sincrética (porque mistura influências do rural e urbano, do popular e do massivo, do local e do internacional) e multifacetada (porque tem diversas faces e se adapta a diversos contextos ecológicos e sociais dos jovens frente as suas condições de vida.

No nosso estudo, identificamos alguns elementos interessantes para refletir sobre essa questão. Primeiro apresentamos os dados de nossa etnografia virtual: nela tivemos, como exposto acima 340 jovens, entre homens e mulheres, do México e Brasil que

responderam ao questionário aplicado no FACEBOOK de agosto até novembro de 2012. O estudo de Christine Hine (2000) já é referência reconhecida, pois nele explica que uma etnografia virtual é o mesmo que a etnografia clássica, mas com novo objeto de estudo: a internet. Para ela, a internet se apresenta como cultura e artefato, em especial para aqueles pesquisadores que enfocaram seus primeiros trabalhos sobre a relação entre novas tecnologias e as formas de interação comunicacional. Hine faz uma crítica aos estudos iniciais por adotarem uma visão de futuro revolucionário da rede em lugar de investigar efetivamente o seu uso e a forma como ela se incorporou a vida cotidiana das pessoas. O objetivo do seu estudo foi "desarrollar un estudio de la perspectiva y mostrar las interacciones mediadas a través de un ejemplo concreto procesos, problemas y beneficios implicados en esta perspectiva", es decir, la etnografía virtual (Hine, 2004:22). A autora sustenta que o agente de mudança não é a tecnologia em si mesmo, mas seus usos e a construção de sentido que esta a ela vinculada. Desta forma, a etnografia se converte em uma metodologia ideal para o estudo das inter-relações complexas na internet, o que leva o investigador a entrar nesse universo por um período de tempo, apropriando-se das relações, atividades e significados que terá lugar entre os usuários da internet que participam das redes sociais.

Podemos considerar que todas as exigências que nos levam ao campo na construção de um conhecimento etnográfico também se colocam no ambiente virtual com alguns outros problemas que não encontraremos propriamente no ambiente de uma interação “face a face” no termos já assinalados por Goffman (2011) mas que podem ser recolocados justamente quando também levamos em conta os elementos extra-quadros da experiência social (Goffman, 2012). Embora a nossa coleta de dados ocorra num ambiente “virtual”, existe sempre a exigência de se entrar no campo – em sites da internet, em foruns de discussão, através de bloggs e nas próprias redes sociais (no caso o FACEBOOK).

De fato, a sociedade contemporânea e globalizada tem promovido o aparecimento de novos sistemas comunicativos: pela multiplicação cotidiana das TICS, que se fazem mais visíveis entre os jovens, promovendo novas formas cognitivas e expressivas, novos modos de perceber o espaço e o tempo, a velocidade, o próximo e o distante. São referencias espaciais e temporais que se alteram nesse novo cenário, que nos fornecem

uma hipótese para a compreensão do significado destes novos processos culturais e identitários. Tratamos aqui também da compreensão deste processo como um novo *perceptum e sensorium*, com novos modos de perceber e de sentir, de ouvir e de ver, que se choca em alguns aspectos com o dos adultos. (BARBERO, 2005)

No caso de experiência no México, a opção em realizar como parte do trabalho uma pesquisa no FACEBOOK, foi construída em função do próprio papel que esta rede social adquire na expressão das sociabilidades juvenis. Ao primeiro contato as jovens e jovens mexicanos já me pediam meu nome no FACEBOOK e pelo seu celular já me adicionavam imediatamente. Diante desta realidade, observada no próprio campo, fui construindo um instrumento de pesquisa que trouxesse a possibilidade de uma aproximação maior entre as realidades do México e do Brasil. Ou seja, esse instrumento foi elaborado no processo de interação face a face com jovens da Cidade do México. Além disso, estabeleceu-se a partir de uma perspectiva etnográfica, permitindo conhecer as disposições e representações nativas no espaço também do FACEBOOK, suas formas de expressão e intercâmbios através de um melhor conhecimento da linguagem do grupo. A minha implicação como pesquisadora, compartilhando seus interesses e suas adesões, permitiu que eu pudesse fazer parte destas comunidades imaginárias, reconhecendo assim os elementos que lhes são próprio. Vale observar que o próprio aqui não se reduz a um grupo somente, mas tem múltiplas expressões e configurações.

Destas primeiras notas, já em processo de trabalho etnográfico em andamento na Cidade do México, tive a oportunidade de entrar em contato com um grupo de jovens grafiteiros que atuam na cidade há pelo menos 9 anos em média. Esse grupo é composto por Rex Banthon, Dr. Befa Animal Bandido, Osley, Tysa Paulina entre outros, que tem entre 22 a 27 anos de idade. Um elemento de nosso primeiro contato que me chamou a atenção é que imediatamente eles perguntavam se eu tinha FACEBOOK, pedindo o meu nome ou deixando os seus. Outro aspecto é que ao ser amiga de um deles, os outros já me incluíram em suas listas, me convidando para eventos que estavam organizando, de exposições a suas atividades de grafite. De comum entre eles está também o fato de terem passado pelo Universidade ou por estudos ligados a arte, mas nenhum deles chegou a concluir seu curso de graduação.

O questionário foi construído em torno de valores sobre a juventude, sobre suas relações de sociabilidade, uso do tempo, preferências musicais, de leituras e de filmes e contemplei o uso que fazem do internet e onde tem acesso a ela. Para completar, procurei identificar a condição social deles através da identificação da escolaridade e ocupação do pai e da mãe, sua condição de estudante, trabalhador ou ambas. Também procurei tratar dos valores ligados ao trabalho e suas expectativas de futuro. Finalmente foi incorporado dados socio-demográficos (idade, sexo, local de nascimento e moradia). Durante o processo de elaboração deste instrumento, foram realizados pré-testes no sentido de uma melhor adequação do mesmo em seu formato, pois esse tipo de pesquisa não pode contemplar um número muito grande de questões e envolve um cuidado com a linguagem, no sentido de adequar termos e situações a realidades distintas, já que o questionário foi elaborado em português e espanhol.

Como resultado obtive 340 respostas válidas. Do ponto de vista metodológico há que se considerar dois aspectos desse tipo de instrumento: primeiro, trata-se de uma sondagem de valores, impressões e sentimentos que devem ser confrontados com outros recursos da pesquisa, como a observação etnográfica, entrevistas e também outras pesquisas de maior amplitude (Pesquisa sobre Juventude no Brasil – 2008 e as Encuestas sobre Juventude no México – 2005 e 2010) que freqüentemente contemplam as mesmas questões aqui trabalhadas. O segundo aspecto refere-se ao próprio instrumento, posto que foi apresentado no FACEBOOK (no período de agosto a dezembro de 2012). Essa base de dados foi construída no googledocs, e ao final, foi possível ter um relatório com aspectos mais descritivos do retorno das respostas. Posteriormente, essa base foi transposta para o Excel e finalmente para o SPSS, onde finalmente foi possível elaborar cruzamentos de diferentes variáveis. Com isso, esse instrumento permite análise mais aprofundadas, de caráter mais analítico que descritivo. No quadro abaixo temos os dados gerais referente a população e ao uso da internet no México e no Brasil.

MÉXICO	BRASIL
112.33.538	190.732.694
Homens – 54.855.231 – 48,8%	Homens – 93.390.532 – 49%
Mulheres – 57.481.308 – 51,2%	Mulheres – 97.342.162 – 51%
População de Jovens 12 a 29 anos	População de Jovens – 15 a 29 anos
36.2 milhões	51.2 milhões

Embora as diferenças demográficas entre o México e o Brasil sejam grandes, proporcionalmente elas são minimizadas (considerando apenas dos valores percentuais). Por outro lado, cabe destacar as próprias características que marcam a formação histórica e social destes dois países como estados pluri-étnicos, que apresentam formas de desenvolvimento cultural e histórico muito distintos. Os elementos existentes de desigualdade social nos dois países também são muito fortes, embora no caso brasileiro essa questão tenha contornos muito mais fortes devido a concentração de renda num pequeno grupo. Quanto a questão do uso da internet cabe observar que a utilização dela em dispositivos móveis é muito maior que no Brasil.

México	Brasil
40.6 milhões	83.3 milhões
DISPOSITIVOS UTILIZADOS	DISPOSITIVOS E LUGARES
PC – 64%	PC – 70% (trabalho/casa)
LAPTOP – 61%	LANHOUSE – 31%
SMARTPHONE – 58%	CELULARES – 17%
	253 MILHÕES DE CELULARES
Fonte: Asociación Mexicana de Internet (AMIPCI), COFETEL, INEGI/HÁBITOS DE LOS USUARIOS DE INTERNET EN MÉXICO (Mayo de 2012)	Fonte: IBOPE NETRATINGS, ANATEL, (Setembro de 2012)

No caso no México, para a pesquisa promovida pela AMIPCI 2014 os dados revelam um crescimento de 13% no número de internautas em relação ao período anterior, aumentando para 51.200.000 milhões de internautas. Quanto aos dispositivos

utilizados, houve uma alteração da relação entre PCS (59%), LAPTOP (57%) e SMARTPHONE (49%). Observe-se que nesse estudo 5 em cada 10 internautas utilizam SMARTPHONES. Os principais locais de acesso são as casas e locais de trabalho e os usos principais são o envio e recebimento de emails e o acesso a redes sociais (FACEBOOK principalmente), suplantando a busca de informações. Observa-se também que 8 entre cada 10 crianças de pais internautas, utilizam a internet a partir dos 10 anos de idade em média, para estudos e entretenimento. Entre os internautas 9 entre 10 usam as redes sociais com frequência.

No site da Tobeguarany¹⁴, encontramos alguns dados referentes ao Brasil. Segundo o Ibope Media, somos atualmente 105 milhões de internautas, sendo o Brasil o 5º país mais conectado. De acordo com a Fecomércio-RJ/Ipsos, o percentual de brasileiros conectados à internet aumentou de 27% para 48%, entre 2007 e 2011. O principal local de acesso é a *lan house* (31%), seguido da própria casa (27%) e da casa de parente de amigos, com 25%. O Brasil é o 5º país com o maior número de conexões à Internet. São 57,2 milhões de usuários que acessam regularmente a Internet. Assim, 87% dos internautas brasileiros entram na internet pelo menos uma vez por semana. Segundo Alexandre Sanches Magalhães, gerente de análise do Ibope/NetRatings, “o ritmo de crescimento da internet brasileira é intenso. A entrada da classe C para o clube dos internautas deve continuar a manter esse mesmo compasso forte de aumento no número de usuários residenciais”

A desigualdade social, infelizmente, também tem vez no mundo digital: entre os 10% mais pobres, apenas 0,6% tem acesso à Internet; entre os 10% mais ricos esse número é de 56,3%. Somente 13,3% dos negros usam a Internet, mais de duas vezes menos que os de raça branca (28,3%). Os índices de acesso à Internet das Regiões Sul (25,6%) e Sudeste (26,6%) contrastam com os das Regiões Norte (12%) e Nordeste (11,9%).

A exposição destes dados revelam as condições objetivas de acesso a tecnologia da internet, seja através de computadores até aos aparelhos celulares e smartphones, que vem alterando profundamente as formas de uso e também as formas de sociabilidade implicadas com as utilização destes aparatos tecnológicos. Um elemento que me parece

¹⁴ <http://tobeguarany.com/internet-no-brasil/> acesso em 03/06/2014

notável, é que face as condições de desigualdade social existente no Brasil e no México, podemos notar que no caso do Brasil, as desigualdades de acesso são mais duras, em especial se comparamos o uso destas tecnologias para o conjunto da população.

Como expus acima, a opção por realizar a pesquisa também através do FACEBOOK teve de início um propósito experimental – ou seja – pensar e formular um instrumento de pesquisa que pudesse funcionar como um experiência, para medir questões de validade e alcance do estudo pretendido. Também porque, a partir desse estudo foi possível formular algumas hipóteses de pesquisa, marcando as diferenças e semelhanças entre jovens no Brasil e no México. Não se trata de pretender formular qualquer tipo de idéia mais geral, já que esse estudo não pode ser considerado representativo da população jovem brasileira ou mexicana. Na pesquisa realizada no FACEBOOK, dos 340 jovens que responderam, 233 são do sexo masculino (68,5%) e 107 feminino (31,5%).

Deste total, houve um maior número de homens no México e de mulheres no Brasil respondendo ao questionário. A faixa etária destes jovens era de 15 a 30 anos. Para a maioria dos jovens brasileiros, um elemento que consideraram como sendo o **“pior de ser jovem”** foi a *“Dependência/Não ser capaz de se sustentar”* (66%), *“ter incerteza sobre o futuro”* (62%) e *“o medo de não trabalhar na sua profissão”* (42%), numa ordem de escolha das três maiores referências.

Já para os jovens mexicanos o que aparece em primeiro lugar é *“tener incertidumbre sobre el futuro”* (74%), *“se ser capaz de mantenerse a si mismo”* (38%) e *“el miedo de no ser capaz de trabajar en su profesión”* (28%). A questão da incerteza quanto ao futuro foi mencionada tanto por homens (116) quanto por mulheres (55).

No que se refere ao que **“mais preocupa dos jovens de hoje”** – encontramos no caso brasileiro: *“a incerteza diante do futuro”* (47%), o *“desemprego”* (40%) e *“a violência”* (38%). Para os jovens mexicanos *“vivir en un mundo desigual”* (47%), *“el desempleo”* (35%) e *“viver en un mundo inseguro”* (31%) estão entre as três respostas com maior frequência.

Quanto a questão do que melhor expressa os valores da juventude de hoje, tivemos um quadro interessante: entre os jovens brasileiros apareceu em primeiro lugar a *“valorização da individualidade”* (46%), *“competitividade”* (39%) e a *“apatia”*

(30%). Para os jovens mexicanos “*la rebeldia*”(41%); “*competitividad*”(35%) e “*solidaridad*”(30%). Para os mexicanos, “*la valoración de la individualidad*” (19%) apareceu com menor frequência.

Se para os jovens dos dois países a competitividade aparece em segundo lugar, ela no entanto é percebida também de forma diferente para homens (85) e mulheres (43). É interessante notar, que entre os jovens mexicanos, “*la rebeldia*” apresentou um maior numero de respostas – 68 contra 28 do Brasil.

De um lado, é possível pensar que para os jovens mexicanos, que estavam vivendo naquele momento, posterior as eleições presidenciais (que ocorreu em julho de 2012) ainda os efeitos das fortes mobilizações que eclodiram no país em maio daquele ano, com a emergência do movimento “*Yo soy 132*”, que levou as ruas das principais cidades milhares de manifestantes em oposição ao candidato do PRI, vencedor das eleições presidenciais. De qualquer forma, penso que mais que um valor conjuntural, esse componente de rebeldia dos jovens mexicanos pode ser expressão de um aspecto cultural mais profundo e que tem suscitado para os jovens dos estratos sociais baixos e médios a procura também de outras formas de vida, de sentidos de pertença que passam a constituir-se por formas de maior mobilização, cooperação e solidariedade.

Por outro lado, no caso dos jovens brasileiros, existe um componente que vem sendo reforçado há muitos anos de um forte acento individualista (o que já foi identificado em outras pesquisas), delegando ao indivíduo o seu sucesso ou fracasso em sua vida social. Com isso, individualismo/competitividade são valores hoje muito mais fortes que aqueles que poderiam forjar ideais de solidariedade e de cooperação. No entanto, no Brasil também tem se construído, nos últimos anos uma série de experiências sociais novas, com a criação de uma multiplicidade de coletivos juvenis e a reinvenção de modos de vida alternativos. Essas formas ainda são incipientes, mas podem, apontar para um futuro menos violento e bruto de nossas sociedades. Esse aspecto de formas de associação dos jovens é incipiente quando confrontada com o que observamos também na pesquisa, com relação a participação.

Quanto perguntados sobre “você com seus amigos fazem parte de algum grupo” (três opções) no caso dos jovens brasileiros a grande maioria assinalou que “*não faz parte de nenhum grupo*” (46%), já entre os jovens mexicanos esse número baixa para

(15%). Para os que participam no Brasil, os “*grupos de jovens de igreja*” (17%) e “*organização política*” (16%). Participação em grupos “*esportivos*” (15%) de “*música*” (13%) e “*galera, uma tribo, crew, clica*” (13%). Esses dados com relação à participação dos jovens brasileiros, reforça o já encontrado em pesquisas anteriores, destacando ainda os espaços institucionais das igrejas e partidos políticos como as instâncias de maior recrutamento de jovens militantes.

No caso dos jovens mexicanos temos um outro quadro: em primeiro lugar “*arte urbana (graffiti, stikeres, tags, etc)*” (40%), “*una crew, una tribo urbana, clica*” (30%), “*desportes*” (27%); “*político*” (23%).

Nesse item identificamos esse aspecto de uma menor participação em grupos de jovens brasileiros, face a uma maior de jovens do México. No entanto, é possível observar que face aos últimos acontecimentos de forte mobilização popular e juvenil iniciada no mês de junho deste ano de 2013, esse quadro talvez aponte para outras formas de participação.

Dos jovens que participam de “*crew/galera, tribo, clica*” – 54 são homens e 13 são mulheres, sendo que deste total 49 são mexicanos e 18 brasileiros. Finalmente, a participação em grupos de artistas urbanos é notável entre os jovens homens mexicanos. No entanto, esse dado revela mais, no nosso ponto de vista, a capacidade de comunicação no interior das próprias redes sociais, em que circulou essa pesquisa. Existem muitos jovens fazendo *graffiti* na Cidade do México, e ademais, tem uma forma muito própria de configurar-se. Desta forma, podemos ler esse dado como expressão de um duplo movimento: da capacidade que tivemos na entrada junto a esses grupos e do retorno obtido em suas respostas.

Do total (340) jovens que responderam a pesquisa, momento em que ela foi realizada 22% “*só estuda*” e 22% “*estuda e trabalha*”, “*só trabalho*” (3%) entre os jovens brasileiros; e entre os jovens mexicanos “*sólo estudio*” (21%), “*estudio y trabajo*” (15%) e “*sólo trabajo*” (13%).

MUITO IMPORTANTE 8-10	BRASIL - %	MÉXICO - %
QUE SEJA UMA ATIVIDADE CRIATIVA	12	20
QUE SEJA BEM PAGO	13	14
CRESCIMENTO PESSOAL	24	30
REALIZAÇÃO PESSOAL	35	42
AUTONOMIA	18	22
AJUDAR OUTRAS PESSOAS	17	26
FLEXIBILIDADE DE HORAS/DIAS	21	27
ÚTIL A SOCIEDADE	9	14
BOAS CONDIÇÕES DE TRABALHO	23	27
DISPONIBILIDADE DE TEMPO ESTUDO/FAMÍLIA	23	32

Finalmente, no quadro acima temos uma expressão de alguns elementos de valor sobre o trabalho desejado – o trabalho dos sonhos. Os dados acima trazem as maiores frequências numa escala de 0 (pouco importante) a 10 – (muito importante). Numa leitura mais geral verificamos justamente elementos ligados a realização pessoal, crescimento pessoal e disponibilidade de tempo para estudo e dedicar-se a família. É notável que o trabalho bem pago, aparece com tão baixa frequência, tanto para jovens do Brasil quanto para os do México.

Podemos aventar que para os jovens já criados num ambiente de tanta incerteza e com escassas oportunidades de emprego aos moldes “tradicionais”, observa-se um forte

acento no envolvimento com atividades que promovam a satisfação e crescimento pessoal, que podem nem sempre serem as mais bem pagas.

As condições de trabalho no México assinalam que tem mais de 60% de emprego no setor informal, ou seja, sem proteção social, em informe recente da OCDE. No caso do Brasil, segundo informe da OIT, a probabilidade de desemprego juvenil afeta especialmente a população jovem e dentro dela, a feminina. Os níveis de incerteza são elevados e não tem apresentado uma evolução favorável nos últimos anos, salvo para aqueles jovens empregados no setor formal. (OIT, 2014, 34). No caso do México o desemprego juvenil apresenta probabilidades muito superiores ao da população de adultos, apresentando também disparidade de gênero em relação as posições de emprego que tende a favorecer a população masculina. A incerteza, aspecto geral assinalado no relatório afeta em maior medida o emprego informal.

A apresentação breve destes aspectos das questões de trabalho e emprego levando em conta fatores estruturais das economias destes dois países devem ser relacionados com aspectos da construção da experiência e da subjetividade dos jovens em ambos países, que ao seu modo, “estão na batalha” ou “chabeando” para conquistar uma vida mais digna e plena de sentidos.

Existem muitos outros aspectos que já identifiquei na pesquisa de campo, mas que extrapolam os limites deste trabalho. Se de um lado, os jovens vivem intensamente um processo de incerteza diante do futuro (algo que seria talvez próprio da juventude, quando nos recordamos de Simmel em seu ensaio sobre a Aventura); existe também a criação de relações que promovem certamente sentidos de pertença em grupos, em redes de solidariedade e de confiança que assinalam para um vir a ser de esperança diante de tantas incertezas.

Bibliografia de Referência:

ABRAMO, H. W. Cenas juvenis - punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta/Anpocs, 1994.

- ABRAMOVAY, Mirian et al. Gangues, galeras, chegados e rappers. Juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 1.999
- Asociación Mexicana de Internet - AMIPCI– Hábitos de los usuários de internet en México, 2012
- Asociación Mexicana de Internet AMIPCI – Hábitos de los usuários de internet en México, 2014.
- BARTHES, Roland. A Câmara Clara. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1984.
- BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, Arte e Política - Obras Escolhidas, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- BOURDIEU, P. O poder Simbólico. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1998.
- CACCIA-BAVA, Augusto, FEIXA, Carles, CANGAS, Yanko (org.). Jovens na América Latina. São Paulo : Escrituras Editora, 2004, pp. 183:255.
- CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano – Artes do Fazer, Rio de Janeiro:Ed. Vozes, 2002.
- ELIAS, Norbert SCOTSON J. Os Estabelecidos e os *Outsiders*. Jorge Zahar Editores, Rio de Janeiro 2000.
- FEIXA, Carles. De Jóvenes, bandas y tribus. Antropología de la juventud. Barcelona, Editorial Ariael, S.A, 1999.
- GOFFMAN, Erving. Rituais de Interação, Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.
- _____. Os quadros da experiência social – uma perspectiva de análise. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012.
- HINE, Christine. Etnografia Virtual. Barcelona, Editorial UOC, 2004.
- MARTIN-BARBERO, J. Jóvenes: comunicación y identidad. In: Pensar Iberoamérica – Reflexiones, Revista Digital de Cultura da OIE, n. 0, 2005.
- MAGNANI, José Guilherme, SOUZA, Bruna Mantese. (org.) Jovens na Metrópole – Etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo : Editora Terceiro Nome, 2007.
- MEAD, Margaret. Culture and Commitment – a study of the generation gap. EUA : Ladder Edition, 1970.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. Fala galera. Juventude, Violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MIX, Miguel Rojas. El Imaginario: civilización y cultura del siglo XXI. Buenos Aires : Prometeo Libros, 2006.

MORIN, Edgar. Cultura de massas no século XX. Rio de Janeiro, Forense, 1986.

NOVAES, Regina, SANTORO, Maurício. Ser jovem na América do Sul: um epílogo. In: Ser joven en Sudamérica: diálogos para la construcción de la democracia regional. In: IBASE, PÓLIS y Ediciones CIDPA, 2008.

OLIVEIRA, Orlandina, SALAS, Minor Mora. Los jóvenes en el inicio de la vida adulta. ESTUDIOS SOCIOLOGICOS XXVII: 79, 2009

OIT - Trabajo Decente y Juventud en América Latina. 2013 Lima: OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2013, 288 p.

REGUILLO, Rossana. Emergência de culturas juveniles: Estratégias del desencanto. Enciclopédia Latinoamericana de Sociocultura y comunicación, Grupo Editorial Norma, 2006.

REGUILLO, Rossana. Navegaciones errantes. De música, jóvenes y redes: de Facebook a Youtube y vicversa. Nueva época, núm. 18, julio-diciembre, 2012, pp. 135-171.

SCHUTZ, Alfred. El problema de la realidade social. Buenos Aires : Amorrurtu, 2008.

SOUZA, J. ÖELZE, B.(org.) Simmel e a Modernidade. Editora UnB: Brasília, 2005.

URTEAGA, Mariza, PÉRES-ISLAS, José Antonio. Imagens Juvenis do México Moderno. In:

•<http://www.adriamaral.com/>

•<http://etnografianovirtual.blogspot.br>

MÚSICA, TRABALHO E CURTIÇÃO: ESTUDO DE UM COLETIVO JUVENIL NA CIDADE DE MACEIÓ/AL

Roberta Bastos de Carvalho – Universidade Federal de Alagoas – UFAL
robertabastos@gmail.com

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPAL

RESUMO

Diante de transformações suscitadas pela contemporaneidade, antigas categorias foram reconfiguradas e, dessa maneira, incitaram novas relações. É o caso acerca das percepções que atravessam as culturas jovens, seus reconhecimentos, práticas e campos de atuação. Nesse contexto, a relação entre o jovem e o trabalho também é formador de novos cursos e questionamentos: seja pelo entendimento de novas combinações e funcionamentos do fazer profissional e sua respectiva significação, como também a forma que é mediada em sua trajetória de vida. Dessa maneira, esse trabalho procura destacar e refletir acerca de aspectos que atravessam a temática da profissionalização jovem, especificamente sobre a atuação do Coletivo Popfuzz, grupo juvenil envolvido com o fomento da cena cultural e independente alagoana e que, ao longo do seu percurso de formação, profissionalizou sua atividade, reconhecidamente marcada, sobretudo, pelo engajamento com a música. Nesse sentido, busca-se compreender a maneira que o grupo enxerga e estabelece relação com suas atividades laborais.

Palavras-chave: Profissionalização; culturas jovens; projetos

INTRODUÇÃO

É corrente a disseminação de discursos que manifestam preocupação com a ideia de acirramento no jogo do mercado de trabalho. Muito se fala do caráter competitivo, da sensação de instabilidade, das elevadas taxas de desemprego e da crescente exigência de habilidades para inserção em tal mundo. A apreensão é ainda maior quando o assunto atravessa a esfera dos grupos jovens, vistos como grandes lesados ante essa conjuntura.

Ao fazer o recorte da relação entre taxa de desemprego e faixas etárias, como sistematiza Filho (2012) a partir dos dados do PNAD relativos ao ano de 2009 no Brasil e suas respectivas regiões metropolitanas (RM), as estatísticas demonstram o

protagonismo dos jovens diante do problema do desemprego. Especificamente, os jovens entre os 15 e 19 anos são os que apresentam maior índice com 22,9% no Brasil e 31,4% nas regiões metropolitanas, seguido pelo grupo que abarca aqueles entre 20 e 24 anos com 14,7% e 18,2%, respectivamente. Segundo os dados, a situação, gradativamente, é amenizada à medida que as faixas etárias crescem.

Por outro lado, alterações em tradicionais modelos, marcados por uma fixidez de ciclos, com delineadas passagens do mundo jovem ao adulto, desdobraram movimentos de desmonte de fronteiras, o que engendra novas dinâmicas e significações. Dessa maneira, outras singularidades permeiam a condição e autopercepção juvenil: eis que surge, em termos de Canevacci (2005), os jovens intermináveis – capazes de dilatar sem precedentes o próprio entendimento enquanto jovens –, o que faz determinadas categorias perderem sentido. Observam-se, dessa forma, novas maneiras de construir e atribuir sentido às trajetórias de vida.

Prolongamentos da permanência na casa dos pais, de anos dedicados aos estudos e adiamento de práticas como o casamento e a criação de filhos são alguns dos eventos decorrentes dessas transformações. Por muitas vezes, conectados de forma problemática às adversidades no engajamento do mundo do trabalho.

Entretanto, como aponta o autor Machado Pais (2006), é importante refletir até que ponto os jovens compreendem esse problema como seu problema. Impõe-se, então, a necessidade de lançar um olhar atento às percepções, expectativas, alterações e artifícios colocados em jogo frente a esse desafio.

Mais do que isso, longe de qualquer generalização, vale-se notar as transformações trazidas pela contemporaneidade no tocante à profissionalização: seja pelas alterações nos modos de funcionamento e percursos de formação; seja pela valorização da presença do prazer junto ao trabalho.

É nesse sentido que a pesquisa atravessa as práticas desenvolvidas pelo coletivo Popfuz, grupo juvenil engajado na promoção e expansão da cena cultural do estado de Alagoas, a fim de situar os esforços, tensões e conflitos envolvidos no percurso de profissionalização desses jovens.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Coletivo Popfuzz

A atual dinâmica de produção cultural de Alagoas manifesta sensíveis alterações no processo de planejamento, formação e diálogo com os diferentes atores envolvidos, seja o Estado; coletivos de apoio à cultura; produtores ou artistas. Em meio ao panorama, o Coletivo Popfuzz é uma das figuras significativas na articulação do processo.

Embora seja lembrado e reconhecido pela organização de eventos e festivais de caráter “alternativo”, sobretudo o Festival Maionese, que em 2014 completa sua 10ª edição em 10 anos de coletivo, o alcance de suas ações, atualmente, ultrapassa essas fronteiras. Mais do que isso, lança esforços para fomentar a cena autoral e independente do Estado, significa, portanto, ocupar os espaços nos processos de criação, produção e distribuição dos trabalhos, em oposição à dinâmica das grandes gravadoras.

Hoje, possui uma sede-moradia, localizada no bairro da Pitanguinha, em Maceió/AL, que exerce múltiplas funções: espaço para realização de reuniões, festas, vivências, desenvolvimento de trabalhos, isto é, relacionados à esfera profissional, assim como atividades pessoais.

O coletivo é formado por 22 membros, sendo 5 no formato de dedicação exclusiva, ou seja, moram na sede e trabalham apenas para tal, os demais compõem o grupo de colaboradores, que, por dedicarem-se a outros projetos, tem participação reduzida. Ademais, contam com uma quantidade imensurável de parceiros, principalmente porque é vinculado ao Circuito Fora do Eixo, rede nacional de coletivos engajados em atividades culturais, que tem como grande premissa o compartilhamento máximo de ideias, projetos, experiências e tecnologias.

“Viver do Rock” à rede colaborativa

Embora se manifeste de maneiras diversificadas, as percepções, sensibilidades e dinâmicas do fazer profissional jovem sofreram significativas alterações no contexto das sociedades contemporâneas, como aponta Almeida (2012) em seu trabalho sobre os movimentos de profissionalização da criatividade e criativização da profissão, assim como nuances de novos entendimentos da relação autor e criação.

Percebe-se um movimento de despolarização entre campos de atuação profissional, geralmente dividido em dois domínios: um marcado por atividades artístico-expressivas, marcadas pela valorização da criatividade e expressividade, e outro referente às vocações executivas, ligadas aos valores de profissionalismo, competência e desempenho. Dessa maneira, pensar uma profissionalização da criatividade, assim como uma criativização da profissão, é reconhecer uma flexibilidade entre as fronteiras distintivas, de modo que propicie uma mútua troca de atributos (ALMEIDA, 2012).

É diante de tais perspectivas que, ao se debruçar sobre a história do coletivo e ao observar a trajetória de seus projetos frente a um campo de possibilidades (Velho, 2005), pode-se reconhecer aspectos de uma profissionalização do que, inicialmente, se configurou como uma diversão, delineando o movimento dessa nova tendência de equilíbrio entre criatividade e produtividade.

As primeiras ações do coletivo estiveram distantes de toda formalidade e organização atual. Inicialmente, as ações estiveram voltadas para o desejo de abrir espaço para as bandas de amigos, que, por ter estilos pouco populares, tinham dificuldades de inserção e visibilidade.

Diante disso, os primeiros esforços do grupo foram articulados em 2005 para a realização da primeira edição do Maionese, festival-marca do coletivo. Posteriormente, criou-se o próprio selo, a Popfuzz Records, como alternativa de lançar discos para além dos circuitos tradicionais.

Entretanto, o movimento configura-se muito mais como uma diversão e pouco a pouco vai ganhando aspectos de formalização da atividade. Os encontros, reuniões, e planejamentos tornam-se, assim, mais frequentes. Desse momento até o final de 2009, foram lançados, através do selo da Popfuzz, 3 discos, que, segundo Nina, uma das jovens do coletivo, eram “das bandas que ‘tavam’ mais próximas mesmo da galera que fazia o negócio. Então era coisa bem panelinha mesmo”. Eis que no final desse ano, Maceió recebeu a visita do Fora do Eixo, na tentativa de aproximar aqueles que atuavam no cenário cultural da cidade para sua rede de atuação.

Esse encontro provoca choque entre os próprios membros do coletivo quanto à decisão de se unir ou não a tais parceiros.

“Uma parte do coletivo estranhou de vez, tipo: ‘não, não quero me meter com esse povo, vamos ficar aqui na nossa mesmo, fazendo os nossos showzinhos e sem ter que se profissionalizar’; e uma outra parte não: ‘não, vei, isso aí pode ser legal pra gente, a gente não quer trabalhar com isso? Então, eu acho que a gente tem que ir por aí’. E foi naquele namorinho, vai, não vai. Uma galera até hoje não curte assim a parada mesmo, não concorda mesmo com as coisas e uma outra parte caiu muito mais de cabeça mesmo” (Nina Magalhães, 28 anos, arquiteta e membro do Coletivo Popfuzz – núcleo de sustentabilidade).

Esse depoimento aponta aspectos relevantes para compreender divergências dentro do coletivo. Embora o grupo compartilhe elementos agregadores, há também discordância entre os membros envolvidos, abrindo espaço para a coexistência de diferentes perspectivas e, conseqüentemente, posicionamentos. O que confere uma não homogeneização entre os pares.

Mesmo com hesitação e choque de ideias, dar continuidade ao projeto de dedicação à música significou também uma alternativa ao processo de profissionalização formal, apontado como insatisfatório.

“E aí a gente ficou nessa ideia aí de ‘não sei se vai dar certo’. Tinha gente se aproximando de formatura nos seus cursos e não estando muito contentes com aquilo que tinha que fazer. (...) E aquilo não era o que de fato todo mundo queria fazer, todo mundo queria se dedicar mais ao coletivo mesmo, mas era uma coisa muito insegura” (Nina Magalhães, 28 anos, arquiteta e membro do Coletivo Popfuzz – núcleo de sustentabilidade).

Assim, o conflito demonstra uma tentativa de coabitação entre a estabilidade financeira e a extração de prazer, funcionamento de uma tendência contemporânea, frente ao novo modelo de mercado de trabalho (ALMEIDA; EUGÊNIO, 2001). Significa, por outro lado e paralelamente, a tentativa de união entre universos aparentemente distantes: o do artístico-expressivo e o das vocações executivas. (ALMEIDA, 2012).

Diante disso, acolher esse outro mundo de pessoas que “viviam de cultura” e “viviam de música” alterou algumas dinâmicas de profissionalização ou somente conceituou e formalizou muitas das práticas já realizadas anteriormente. De qualquer

maneira, a premissa de compartilhamento máximo de ideias, projetos, tecnologias, modelos, como a ideia de dedicação exclusiva e a sede-moradia, trouxe novidades para o coletivo.

As mudanças ocorreram também na forma de enxergar a condução das atividades, apontando para a ampliação de diálogos, ações e parceiros.

“A gente teve que perceber que não tinha como você pensar em “fazer cultura” dentro da cidade ou pensar em “viver de rock”, que a gente dizia no começo da história do coletivo, se você não pensasse em fomentar a cultura. Porque o rock não tinha como viver sozinho na cidade, ele precisa que todas as outras coisas estejam funcionando bem. A gente percebeu que tinha que dialogar com a galera do hip hop, tinha que dialogar com a galera do audiovisual, que tinha que dialogar com a galera com o que desse pra dialogar.” (Nina Magalhães, 28 anos, arquiteta e membro do Coletivo Popfuzz – núcleo de sustentabilidade).

“a gente não tinha nenhuma, nenhuma perspectiva e intuito de articular, de mobilizar. O próprio processo foi indicando a gente. A própria necessidade de, não sei... acho que tinha, inclusive, não só um pé atrás, mas um asco mesmo à politização (...) No momento em que a gente percebe que uma das maiores questões, maiores dificuldades do setor cultural alagoano é uma dificuldade política, a gente começou a perceber que a gente precisa tá dentro desse âmbito também, né?” (Nando Magalhães, 26 anos, psicólogo e membro do Coletivo Popfuzz – núcleo de sustentabilidade e articulação política).

Ao mesmo tempo, é importante frisar, há também resistências quanto o rumo tomado.

“Isso foi debate de várias coisas, sabe, dentro do coletivo. Gente que não concorda que a gente tem que trabalhar com sócio-ambiental, gente que não concorda que a gente trabalhe com o audiovisual...” (Nando Magalhães, 26 anos, psicólogo e membro do Coletivo Popfuzz – núcleo de sustentabilidade e articulação política).

Tal aspecto se mostra muito pertinente para evitar uma romantização pela escolha do trabalho em rede e colaborativo. Representa o caráter dinâmico e apontado por Velho (2003) dos projetos, sobretudo contemporâneos, além do seu potencial de interferência na vida dos sujeitos. Dessa forma, o trajeto percorrido é feito de escolhas, choques, conflitos e racionalizações. Isso significa, portanto, enxergá-lo diante de suas especificidades e fugindo de uma perspectiva que transite entre um “voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sócio-cultural rígido” (VELHO, 2003, p. 40).

Nessa mesma linha, percebe-se, através da “formação livre”, a possibilidade de uma performatividade, alicerçado pelo experimentalismo e aventura, opondo-se, dessa maneira, a uma ideia dura e fechada de formação do especialista (ALMEIDA; EUGÊNIO, 2011).

“O audiovisual tá crescendo inicialmente ainda agora, ai tem muita demanda de profissionais da área e a gente tem pouco profissional na área. Acaba a pessoa se metendo no meio do negócio sem ter muita experiência. Então quando eu fiz, eu não tinha nenhuma experiência, mas a partir do primeiro, ai faz o segundo, ai é um pouquinho melhor, ai o terceiro já vai sair bem melhor que o primeiro e vai rolando. Então vai fazendo assim mesmo, mesmo sem conhecer o negócio, vai pedindo dica a um e ao outro e a galera vai ajudando e você vai conseguindo fazer. É massa.”. (Nina Magalhães, 28 anos, arquiteta e membro do Coletivo Popfuzz – núcleo de sustentabilidade).

Artista e público: uma produção recíproca

É certo que, independente do tipo de elaboração, toda criação com aspiração de reconhecimento exige um público. O que não é diferente para aqueles que estão no circuito da produção autoral e independente.

A partir de entrevistas e participação em reuniões e debates com os engajados em tal cenário, é, não só recorrente, mas elemento de agregação, a ânsia de se criar ferramentas e caminhos de fortalecimento e expansão dos impactos de suas atuações. E, conseqüentemente, o público se configura como elemento regulador da eficácia das

iniciativas, seja na quantidade de presentes em um show ou até mesmo no número de visualizações recebidas em uma mídia.

Nesse contexto, uma das maiores dificuldades encontradas é justamente a assimetria de alcance encontrada em tal dinâmica de trabalho, em comparação ao de uma produtora:

“É igual em todo Brasil, não é uma questão local, que é a dificuldade em trabalhar com o autoral, né? que a gente sente muito isso. De dizer que a música independente é uma música menor, que o artista independente é menor (...) A gente vive num mundo em quem tem valor são os artistas que tão aí na mídia. Então isso gera uma certa dificuldade.” (Nina Magalhães, 28 anos, arquiteta e membro do Coletivo Popfuzz – núcleo de sustentabilidade).

Assim como o acolhimento pela música autoral:

“E aí é complicado pensar o mecanismo das pessoas pra sair da sua casa pra ver show de 3 bandas que elas não conhecem. As pessoas não estão... a maioria das pessoas não se sentem estimuladas a fazer isso. Elas querem ver o show de uma banda que elas já conhecem há 30 anos. (...) Todo mundo se sente mais confortável fazendo isso.” (Nina Magalhães, 28 anos, arquiteta e membro do Coletivo Popfuzz – núcleo de sustentabilidade).

Apesar e a partir dos empecilhos, produtores e artistas lançam uma série de táticas para lidar com esse panorama. A primeira, e explicitada pelo encontro desses atores em debates, seria a da troca de experiências, práticas e conhecimentos e que afasta um funcionamento movido pela competição. Afinal, como expresso por um dos participantes da reunião de um projeto agregador das bandas e artistas independentes de Alagoas, o Pelas Bandas das Alagoas, “estamos todos no mesmo barco”.

Dentro dele, as propostas se voltam não apenas para ampliação das ações, mas também para o acompanhamento de gestão de carreira das bandas. Seja por uma exigência coletiva de manter plataformas virtuais de qualidade ou pela iniciativa de promover oficinas de preparação de inscrição em editais de projetos culturais.

Outras medidas mais pontuais, a exemplo do estímulo de mútua divulgação e comparecimento em show de parceiros, como também o cuidado para evitar o choque de apresentações na mesma data, corroboram para o projeto coletivo.

Para além dos esquemas citados, há uma tática transcendente às fronteiras desse núcleo e atinge o público. Nesse mesmo encontro do Pelas Bandas das Alagoas, ouvi o desejo de “desenvolver um público”. Embora não se explicitasse os caminhos para tal, falava-se de uma conjugação de práticas de mundos semelhantes, o que resultaria num consumo de signos de uma mesma unidade.

Essa prática reporta a necessidade de propagação do trabalho e a interdependência entre os atuantes da cadeia de produção: artista, criação e público.

Entretanto, mais que uma dependência unidirecional artista-público e uma transmissão da criação no esquema emissão-recepção, os membros da relação se constituem reciprocamente. Especificamente no recorte de apreciadores da cena autoral e independente, tais sujeitos influem, ainda que discretamente, no processo de elaboração:

“Existe uma fatia da população, que é essa fatia que a gente vai buscar sempre. É daquelas pessoas que são curiosas, querem ver o que tá sendo produzido de novo no mundo e [querem] estimular essas pessoas [os artistas] a produzirem cada vez mais, (...) mas é massa que isso é estimulante pra gente também de buscar novos artifícios, de buscar novas formas de divulgar, buscar novas formas de dialogar com o público.” (Nina Magalhães, 28 anos, arquiteta e membro do Coletivo Popfuzz – núcleo de sustentabilidade – grifos meus).

Assim, ao mesmo tempo em que se desdobram alternativas para “desenvolver um público”, este, estimulado pela curiosidade, comunica seus anseios: o desejo pela novidade. Abre-se, dessa maneira, uma demanda a ser saciada, com perfil singular.

Explicita-se, então, uma descentralização de campos de intervenção, uma vez que artista e público se produzem mutuamente. Isso rompe com um imaginário no qual uma parcela da relação, aqui figurado pelo público, é considerada passiva. De maneira contrária, surge em cena o que Certeau (2012) destaca a respeito da produção pelo consumo. Isto é, embora exista uma produção centralizada e estruturada, no caso, a criação musical em um formato inicial; há também uma produção mais discreta, porém igualmente presente, fabricada pelo público, os “consumidores”, que também faz

exigências e participa no processo de fabricação. Significa, portanto, destacar a capacidade de retroação e envolvimento frente aquilo que seria apenas captado.

CONCLUSÃO

Acompanhar algumas das práticas e ideias pertencentes ao Coletivo Popfuzz, auxiliado pelas leituras de base, possibilitou constatar alguns aspectos que perpassam o tema da profissionalização juvenil.

Primeiramente, a escolha de profissionalizar as atividades desenvolvidas pelo grupo, inicialmente pertencentes apenas ao campo da diversão, remonta a tentativa de equilíbrio entre prazer e trabalho, muito embora o percurso seja feito de constante reelaboração de projetos, tensões e conflitos.

Como forma de driblar as dificuldades na expansão do fazer, foi observada a valorização e a prática do crescimento em rede, pautado por uma série de princípios que convergem para uma postura colaboracionista e aprendizado pela experiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; PAIS, José Machado (orgs.). *Criatividade, Juventude e novos horizontes profissionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGÊNIO, Fernanda. *Autonomias táticas: criatividade, liberação e inserção profissional juvenil no Rio de Janeiro*. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, 2011.

CANEVACCI, Massimo. *Culturas extremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2012.

FILHO, Fernando de Holanda Barbosa. O jovem no mercado de trabalho. In: BARBOSA, L. (org). Juventudes e Geração no Brasil Contemporâneo. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 277-294

PAIS, José Machado. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: Mendes de Almeida, Maria Isabel; Eugênio, Fernanda. Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

PAIS, Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. In: Análise Social. Vol. XXV, 1990.

VELHO, G. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

A PROFISSIONALIZAÇÃO DO LAZER E O CIRCUITO ALTERNATIVO DOS JOVENS: A PRODUÇÃO FÍLMICA E OS COLETIVOS EM SÃO PAULO

Autores:

Eveline Stella de Araujo, jornalista e antropóloga, doutoranda na Faculdade de Saúde Pública da USP, bolsista Capes-DS, integrante dos grupos de pesquisa CERNE-USP e do GEMA-USP. evearaujo@usp.br

Co-autor: Paulo Rogério Gallo, Livre-docente da FSP/USP. Coordenador do grupo de pesquisa GEMA-USP prgallo@usp.br

Resumo:

Este paper evidencia os modos de profissionalização do lazer revelados enquanto temática narrativa e também estratégias de vida, como resultado da análise dos processos de criação do fazer fílmico com jovens (15 a 25 anos) das periferias de São Paulo. Revelado de modo oblíquo a partir da etnografia sobre a produção de filmes e da análise de um banco de curtas-metragens disponível na web. As práticas que relacionam o lazer à profissionalização nas narrativas fílmicas são a do skate, do futebol, das artes circenses, relacionadas com técnicas corporais (Mauss). Também foram encontradas narrativas ligadas às artes como desenho, grafite, música e teatro. No campo das Artes a prática do cinema, a partir do campo etnográfico pesquisado, revela potencialidades de configuração no campo da arte-educação e na formação dos coletivos de comunicação alternativa, que se configuram no *continuum* entre os territórios real e virtual, evidenciados nas produções de filmes, divulgação na internet e exibição em Festivais, viabilizados em muitos casos por meio de editais. O significado destas opções que poderiam estar associado à falta de oportunidades de emprego e de absorção pelo mercado do trabalho em um primeiro momento, revela-se como uma opção para dar sentido à vida, uma construção alternativa aos sistemas formatados de produção e como modos criativos de desenvolvimento pessoal e coletivo.

A formação dos Coletivos no Brasil são uma prática de resistência ao sistema capitalista, aciona um circuito, cuja mobilidade é paralela ao *mainstream*. Esses são estimulados pela política pública Cultura Viva, que visa o incremento da economia criativa como forma de diminuir as desigualdades sociais. Entre as estratégias utilizadas pelos Coletivos para a conquista de novos mercados estão a exploração das potencialidades existentes nos territórios real - de negociações - e virtual - de divulgação e marketing - , para inovar, inventar e ressignificar o campo do trabalho a partir das redes de relacionamentos.

Palavras-chaves: Juventude; Atividades de lazer; Escolha da profissão; Ciências Sociais, Filmes.

Abstract:

This paper shows the modes professionalization of leisure revealed as a thematic narrative and also life strategies as a result of the analysis of the processes of creation of film making with young people (15-25 years) of the outskirts of São Paulo. It's revealed obliquely from the ethnography of film production and analysis of a database of short films available on the web. Practices that relate to leisure professionalization in filmic narratives are the skateboard, soccer, the circus, arts related with body techniques (Mauss). Narratives related to arts like drawing, graffiti, music and theater were also found. In the field of arts practice of cinema, from the ethnographic field researched, reveals potential configuration in the field of art education and training of collective alternative communication, which are configured in the continuum between the real and virtual territories, evidenced in productions movies, disclosure on the internet and display in Festivals, in many cases made possible through public announcements. The meaning of these options that could be associated with the lack of employment opportunities and absorption by the labor market at first, it appears as an option to give meaning to life, an alternative construction to production systems and formatted as creative modes personal and collective development.

The formation of collectives in Brazil is a practice of resistance to the capitalist system, triggers a circuit whose mobility is parallel to the mainstream. These are stimulated by public policy Cultura Viva, which aims to increase the creative economy as a way to reduce social inequalities. The strategies used by the Collective for the conquest of new markets are exploiting the existing potential in real territories - negotiations - and virtual - dissemination and marketing - to innovate, invent and reframe the field of work from the networks of relationships.

Keywords: Youth; Leisure activities; Choice of profession; Social Sciences, Films.

*“Criar é tão fácil ou difícil como
viver. E é do mesmo modo
necessário.”*

Fayga Ostrower (2013 [1977]:166)

Este paper evidencia os modos de profissionalização do lazer revelados enquanto temática narrativa e também estratégias de vida, como resultado da análise dos processos de criação do fazer fílmico com jovens (15 a 25 anos) das periferias de São Paulo. Revelado de modo oblíquo a partir da etnografia sobre a produção de filmes e da análise de um banco de curtas-metragens disponível na web. A parceria estreita entre roteiro e montagem (CARRIÈRE, 1996) permitiu analisar o discurso nativo sobre o que “deveria aparecer” nos filmes, a percepção idealizada do socialmente visto, e o que efetivamente é colocado na montagem. Estes revelam “o que eu quero ver no filme que estou produzindo”, ou seja, a percepção do mundo desejado, evidenciando que a prática acaba por exigir escolhas e definições reveladoras tanto do social quanto do imaginário. Estas escolhas acontecem em meio a uma série de contingências da realização fílmica, sejam elas financeiras, estruturais, e/ou pessoais.

As reflexões de duas antropólogas-cineastas foram fundamentais para pensar o papel desta pesquisadora em campo e a produção de conhecimento compartilhado na experiência de produção fílmica conjunta. Catarina Alves COSTA discute sobre a função do roteiro na produção de filmes etnográficos e os processos de representação. Rose Satiko HIKIJI traz reflexões sobre a construção do significado na percepção das relações entre pesquisador e pesquisado, e a apropriação da linguagem fílmica pelos informantes da pesquisa na construção de narrativas fílmicas a partir dos diversos repertórios vividos, como a música, por exemplo.

Rose Satiko pesquisou em contextos relacionados ao trabalho com arte-educação em condições sociais adversas, como o Projeto Guri, com a produção dos curtas-metragens *Vírus da música* (2004) e *Pulso: um vídeo com Alessandra* (2006); em outra pesquisa ela atuou com jovens privados da liberdade - internos da Fundação Casa, com a produção do curta *Microfone, Senhora* (2003). Uma de suas observações nessas produções é que o aprendizado artístico cria sensibilidades e consciência: “...a prática artística era um meio, para esses jovens, de construção de imagens, sensibilidades e

identidades que se sobrepunham a autoimagens e estereótipos ligados ao universo da juventude, da pobreza e às associações constantes deste à criminalidade e à violência urbana” (HIKIJ, 2009, p.144). Para Rose Satiko, a mídia visual permite construir conhecimento por ‘familiarização’, compreende-se com isso que a proximidade de universos produzida pelas opções das construções narrativa permite a introjeção do conhecimento pela identificação do mesmo com uma percepção interior de ordenamento do mundo (OSTROWER, 2013), o que o torna não apenas lógico mas significativo para todos os envolvidos no processo de feitura e visionamento do filme.

A escrita, como processo de reflexão e definidora de intenções importantes para a condução do filme, é a fase do processo criativo que revela a ordenação interior do realizador e o coloca em causa com o exterior, na dialogia com seus pesquisados. Revela e organiza o vivido, o imaginário, e a compreensão da percepção que temos sobre ambos. Nesse sentido, Catarina Alves COSTA (2009) reforça a importância do processo de pesquisa preliminar e definição do campo; da escrita do roteiro; da reescrita desse roteiro durante o processo de montagem como metodologia de produção do conhecimento por meio do cinema, para ela o filme é um trabalho composto no cruzamento de perspectivas culturais, pensado a partir de uma reflexividade profunda constituindo-se das ambiguidades e do tempo de espera, tornando-os visíveis, trazendo elementos familiarizadores para que o espectador possa se posicionar no contexto apresentado. A câmera, para ela, é um elemento ativo e catalisador da relação triangulada entre o realizador do filme, os personagens e a audiência, a partir de eventos e interpretações significativas.

Com essas reflexões passamos para nossa própria experiência de antropologia fílmica compartilhada, quando em 2012, sugerimos a um grupo de jovens (14-24 anos) do Centro de Juventude da Sociedade Amigos do Bairro de Sapopemba (CJ/SAB-Sapopemba) que produzissem filmes para participar do Festival do Minuto - festival de filmes promovido pela internet com várias categorias, incluindo o Minuto Escola destinado para alunos de escolas públicas. Na época, como parte da estratégia de observação acompanhamos uma formação edição com Movie Maker, ministrada por um professor do próprio CJ. Depois de algumas semanas discutindo e propondo exercícios foi pensado um roteiro em conjunto – jovens e pesquisadora - , ou podemos

chamar uma anotação de sequência pouco definida de cenas, procurando alinhar os temas levantados por eles. Dentre esses estavam um jogo de futebol entre amigos, uma briga de marido e mulher, meninos alheios ao fato desenhando em um espaço próximo, a dança e o grafite. Esses temas fizeram parte da encenação final, mas no processo de fomento de ideias ainda estavam presentes na narrativa o parcourt (um tipo de corrida que tem como obstáculos as estruturas da cidade), o funk (música e baile) e o UFC (estilo de luta livre que passa na TV), tal conjunto nos levou a pensar em uma apropriação bastante peculiar do *Hip Hop* agregado a outras expressões locais. Sendo que na montagem final dos filmes eles colocaram cenas referentes aos quadros abaixo.



Fotograma do filme “Junto e Misturado”, com imagens da primeira experiência filmica coletiva, campo etnográfico em 2012.



Fotograma do filme “Junto e Misturado”, sobre o desafio dançado entre a garota e o rapaz.

Outro fator bastante desafiador foi o acesso e a familiarização com a internet e as redes sociais, pois em grupo foi decidido em conjunto que faríamos uma conta no Facebook para tirar dúvidas ou comentar sobre os roteiros e processos de filmagem durante o período de produção. O nome escolhido pelo grupo foi CjMinuto, que se tornou também o nome do projeto no ano de 2012. Em 2014, já planejando uma devolutiva realizamos o Festival Curta Sapo, com toda a filmografia realizada na região desde 2006.



Logotipo para identificação do Facebook, 2012.



A imagem da capa produzida em parceria com um dos jovens desenhistas do projeto Cine CJ, de 2014, em parceria com a pesquisadora.

Algumas das dificuldades encontradas foram a não familiarização com a internet por três jovens, pois não tinham acesso ao computador em casa e outro jovem afirmou não ter interesse em abrir uma conta no Facebook por causa da igreja que ele frequentava. Esses casos foram acompanhados durante a formação em edição de filmes realizada presencialmente, até porque o Facebook para a pesquisadora foi pensado mais como uma estratégia de aproximação com os pesquisados, a partir de um ambiente virtual e descontraído, no qual pudessem falar sobre qualquer assunto inclusive de filmes. Houve todo o tipo de dificuldade: como o sinal da internet bastante instável na região, o próprio regulamento do festival que entre outras formalidades, trazia questões de direitos autorais de sons e imagens da internet, algo distante ainda da realidade vivida por esses jovens.

Apesar da recomendação para não gravarem cenas muito longas, com até 5 minutos cada para facilitar a edição, e para que trouxessem os arquivos em todos os encontros para baixá-los no computador, tivemos algumas dificuldades relacionadas à falta de um *habitus* de produção, como o caso de um dos rapazes que gravou várias imagens no celular e depois de esquecer várias vezes de levar o cabo para baixá-las no computador ainda vendeu o celular com o chip das imagens. Ele acabou gravando tudo novamente e aí sim terminou o filme em parceria com outro colega do CJ, que foi bem recebido pela crítica do Festival do Minuto. Esse filme em particular evidencia como eles percebem a região onde moram, o lazer, a visualidade do espaço que habitam. Abaixo alguns fotogramas do filme Na Rua revelam essa dinâmica.



Houve ainda outra situação de produção bastante interessante e sobre a qual ainda nos debruçamos para entendê-la, é a de um outro grupo com 8 rapazes, no qual estavam os três rapazes que não tinham muito acesso à internet mencionados

anteriormente. Eles chegam para mim e dizem que não conseguiram gravar cenas curtas, que um dos rapazes do grupo tinha tido a ideia de gravar sem corte a ida para o jogo de futebol. “Ficou meio grande e nem sei se vai dar para usar porque na hora do jogo ninguém quis gravar”, contou um deles. Pedi para ver a gravação e qual foi a minha surpresa: o filme estava pronto assim mesmo do começo ao fim, uma tomada etnográfica que mostrava todos os tipos de habitação, os modos de lazer das diversas idades, as diferenças de paisagem entre vielas, ruas esburacadas e grandes avenidas, as crianças da região e o modo de chamar cada colega para o jogo de futebol, esse certamente não iria para o Festival do Minuto, mas foi cogitada a possibilidade de enviá-lo para o Festival de Curta-Metragem de São Paulo. Eles não entenderam porque havíamos gostado tanto do filme e conversando expliquei a importância que aquelas imagens tinham por serem tão reveladoras de um universo em que as pessoas de fora do bairro tinham imensa dificuldade em acessar, principalmente pela cumplicidade que existiu entre quem gravou as imagens e o território mostrado. Segue algumas cenas do filme gravado com o celular de um deles.



Fotograma da cena sobre as diversas formas de lazer na região de Sapopemba, Zona Leste de São Paulo, gravadas em uma única sequência de 12 minutos.



Fotograma da cena de moradia da região da mesma sequência mencionada ao lado. Quando chamavam um colega para o jogo de futebol.

Neste grupo, quatro deles eram desenhistas, e dois deles foram selecionados para um curso de animação no Instituto Criar, em São Paulo. Para o Festival do Minuto eles acabaram produzindo um filme cujo primeiro nome foi “Enfim, futebol”, uma alusão ao primeiro filme com a parte do jogo. Mas, dando-se conta da referência preferiram mudar o nome para “Os Donos da Bola”. Ao conversar sobre a intenção inicial dos

filmes estimulando um processo de imaginação sobre o mesmo, houve um deslocamento do real físico do objeto para o real da ideia do objeto, ao falar sobre o que se desejavam contar no filme projetaram uma representação das coisas e dos conteúdos, o que os possibilitou avaliar e significar a fala. Esta dinâmica na comunicação é estudada por HABERMAS (2012) e nos processos criativos, por OSTROWER (2013), o que redundava numa dupla reflexividade: uma sobre o tema e outra sobre a representação desse tema. Ao acompanhar a aproximação de um dos desenhistas de um colega pesquisador da Faculdade de Saúde Pública - USP, que precisava encontrar um desenhista para fazer um avatar cadeirante, necessário para a observação do processo de escolha de avatares por crianças com deficiência, fizemos a aproximação entre eles e o jovem fez o desenho, recebeu pelo seu trabalho, a pesquisa do meu colega foi defendida com sucesso, sendo o nome do desenhista incluído na dissertação do mestrado, uma inserção inimaginável para ele e que abriu outras oportunidades de trabalho. Essas tipos de relação são também estimuladas pelos coletivos de produção das diversas periferias que surgiram em alguns casos a partir da realização de oficinas de filmes por ONGs externas às comunidades. Como as Oficinas Kinoforum, ONG que fornece oficina de audiovisual nas periferias de São Paulo desde 2001, disponível em <http://www.kinoforum.org.br/oficinas/>, com a qual fizemos parceria para análise do banco de filmes. Selecionamos 48 filmes para análise (referente aos anos de 2001, 2006, e 2010-2011-2012), de um total de 166. Desses 48, 17 filmes apresentaram temática relacionada com as questões do lazer, do trabalho e das possibilidades do mercado. Quais as expectativas dos jovens sobre esse assunto, em situações de legalidade ou não, convencionais ou não? Citaremos alguns exemplos para não alongar o artigo: Tato (2002), O movimento (2006), Mangue Paulistano (2002) tratam do limiar entre a falta de trabalho, lazer e marginalidade. Por mais contraditório que possa parecer o próximo filme, Recordatórios Piratas (2012), vende sonhos, sonhos em forma de filmes piratas, mas que nem por isso deixam de impressionar e provocar reflexões sobre a vida, como nos exemplos trazidos na narrativa. Sinal Vermelho (2012) e Sampa isso é sampismo (2006) apresentam os conflitos entre formas de viver da arte e o confronto com o poder estabelecido. A profissionalização partindo da música e outras artes surge três filmes: É um pouco disso (2012), O som nosso de cada dia (2012) e Tribos (2006). Os demais

filmes revelam um imaginário conflituoso estabelecido com o campo do trabalho em filmes como *O contra-tempo* (2002), *Você vê o que eu vejo?* (2010), *Mato ou Morro* (2006) e *Samba-Canção* (2010).

Os marcadores do tema – Lazer-Utilização do tempo livre – aparecem associados tanto com as questões de oposição ou referência ao tempo de trabalho, mas também estão associados a indicadores de prazer, autoestima, sanidade e experimentações. A relação entre classes sociais aparece no determinismo de que o lazer (tempo livre) é, muitas vezes, só o que resta para quem vive na periferia. A solução encontrada tanto nos filmes quanto na vida (doc-fic) é a profissionalização do ‘lazer’ (skatista, artista, músico, entre outros) por isso ele se reveste de importância primordial e oblíqua (PAIS, 2012). As práticas que relacionam o lazer à profissionalização nas narrativas fílmicas são a do skate, do futebol, das artes circenses, e inúmeras apropriações da cultura *hip hop* - o rap, o funk, o *break* (um estilo de dança), a grande maioria relacionada com técnicas corporais (Mauss). Foram encontradas narrativas ligadas às artes como a poesia, o desenho, o grafite, música e teatro. No campo das Artes a prática do cinema, a partir do campo etnográfico pesquisado, revela potencialidades de configuração no campo da arte-educação e na formação dos coletivos de comunicação alternativa, que se configuram no *continuum* entre os territórios real e virtual, evidenciados nas produções de filmes, divulgação na internet e exibição em Festivais, viabilizados em muitos casos por meio de editais. ALMEIDA (2013) em sua etnografia sobre o “Cine-Campinho”, também na Zona Leste de São Paulo revela que: “Para os coletivos culturais juvenis, o lazer não se tornou apenas um direito, mas uma estratégia política. É a forma que encontraram para se comunicar com outros jovens e com a sociedade”, o autor segue evidenciando que, “a partir de diversos relatos de jovens que se envolvem com os coletivos, a solidariedade é sempre algo que atrai e convoca para o compromisso, tornando-se uma espécie de linguagem no interior dos grupos”, a solidariedade é o que dá o sentido de grupo.

O significado destas opções revela-se como uma opção para dar sentido à vida, uma construção alternativa aos sistemas formatados de produção e como modos criativos de desenvolvimento pessoal e coletivo. Os coletivos se articulam de várias formas em sua relação com o virtual como por exemplo, o Coletivo Vídeo Popular que

tem como objetivo congregar as informações sobre os demais coletivos da cidade de São Paulo e facilitar a interação entre eles. A webpage deste coletivo procura manter um link com atualização constante das informações. Segundo eles:

“mesmo sabendo que por elas mesmas as pequenas experiências de organização – e de organização da produção – não mudam nada, sendo feitas sob condições capitalistas e de modo muito precário, acreditamos que a transformação radical da sociedade passa pela multiplicação dessas experiências coletivas, em que ninguém manda em ninguém, e em que tentamos adquirir algum controle e alguma capacidade de decisão sobre os rumos de nossas vidas. Certos ou errados, é assim que buscamos construir o nosso movimento, e é nesse sentido que a Cooperativa Popular se insere em nossa caminhada” (<http://videopopular.wordpress.com/>, 2012, grifo meu).

Neste sentido, o processo criativo dos jovens promove uma crítica social de dentro do próprio sistema, como sugere Maffesoli: “... **o aparente conformismo** à lei ou ao código **podem dissimular inversões**, modificações de sentido, em suma, uma série de reapropriações e de comportamentos criativos que, apesar de minúsculos, exigem ser explorados” (1986, p. 336). Estes movimentos não mais precisam ser dissimulados e as apropriações parecem indicar novas formas de atuação política, com redes virtuais e reais.



<http://videopopular.wordpress.com/circuito/>

Outro exemplo é o Coletivo Cine Ocupa criado para dar voz aos familiares e parentes das pessoas torturadas pela ditadura no Brasil e pelos ainda torturados e agredidos em nome da lei. É um espaço de debate sobre direitos-humanos e atua em um local cedido

pelo Grupo Tortura Nunca Mais (GTMN-SP) compartilhado com outros grupos e coletivos, no bairro da Consolação.



<https://cineocupa.milharal.org/o-porao/>

O Coletivo Vila Mundo que revela a partir do nome a relação local x global, propondo uma inversão na habitual lógica em olhar as influências globais nas localidades. O que almejam é colocar em evidência as formas como o local influencia a globalização. Algumas de suas ações são encontros com os diversos grupos ligados a produção de arte e cinema em São Paulo para discutir a relação destes com a metrópole. O título da matéria indica um processo de ressignificação da cidade a partir da produção audiovisual.

<http://vilamundo.org.br/2013/05/cidade-se-recree-aos-olhos-da-producao-audiovisual/>



A arte é uma busca por ser visto e ouvido, uma busca por existir e ser reconhecido como um ser existente, para além ou acima das bioestatísticas. Ao analisar os coletivos de arte e cultura digital, Dassoler (2012) fez um levantamento sobre as formas de atuação, o diálogo entre o global e o local, e força artístico-política desses

grupos. Tomando por base os coletivos formados na Zona Sul de São Paulo, ela considera que:

“é através da criação de redes de apoio às realizações que diversos grupos e artistas vêm contribuindo para a construção coletiva desse novo ‘círculo das artes’ na cidade de São Paulo. Consideramos, assim, que os processos de produção desse círculo emergem de forma endógena, no que diz respeito à sua motivação e organização, entretanto, se realizam dialeticamente junto a forças exógenas, através de relações de colaboração com o ‘centro’, evidenciadas nos cursos de formação, aquisição de recursos financeiros e apropriação de tecnologias próprias dos sistemas hegemônicos” (2012, p. 14).

Os filmes produzidos por jovens de periferia ao agregarem na sensibilidade artística à crítica político-social são potentes forma de ação social, de fornecer um terreno de significação aos dados bioestatísticos, possibilitando pensar ações de inclusão e reconhecimento social das comunidades das periferias das grandes cidades. A formação dos coletivos artísticos no Brasil são uma prática de resistência ao sistema capitalista, acionam um circuito, cuja mobilidade é paralela ao *mainstream*. No Brasil o ato-cooperado permite que uma cooperativa contrate os serviços de outra cooperativa e sobre isto não incide impostos sobre serviços. É uma possibilidade explorada nesta situação de profissionalização da arte de modo coletivo, pois ao participar dos editais pode-se apresentar redução de custo no projeto e torná-lo competitivo. A política pública Cultura Viva visa o incremento da economia criativa como forma de diminuir as desigualdades sociais, estimulando essas parcerias. Entre as estratégias utilizadas pelos Coletivos estão a valorização da cultura local, mesmo que influenciada por elementos da cultura global esta é ressignificada pela realidade local; a conquista de novos mercados calcada na possibilidade de representação e reconhecimento das culturas locais; e as estratégias que revelam as potencialidades existentes nos territórios real - de negociações - e virtual - de divulgação e marketing - , para inovar, inventar e ressignificar o campo do trabalho a partir das redes de relacionamentos.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Renato S. jun. 2013. “Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 56, p. 151-172. Disponível em <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i56p151-172>. Acessado em 17 de set. de 2013.

CARRIÈRE, Jean-Claude. 2006. *A linguagem secreta do cinema*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

COSTA, Catarina Alves. 1998. O filme etnográfico em Portugal: condicionantes à realização de três filmes etnográficos. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/costa-catarina-filme-etnografico.pdf>. Acessado em 20 de jun. de 2013.

COSTA, Catarina Alves. 2009. “Como incorporar a ambiguidade? Representação e tradução cultural na prática da realização do filme etnográfico”. In: BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar Teodoro da; Hikiji, Rose Satiko G. (Orgs.). *Imagem-Conhecimento: Antropologia, cinema e outros diálogos*. Campinas-SP. Papirus.

DASSOLER, Elisa Rodrigues. (2012), “Do triângulo da morte ao círculo das artes: um olhar sobre a movimentação cultural da periferia Sul de São Paulo”, *ANAIS DO PRIMEIRO COLOQUIO INTERNACIONAL CULTURAS JOVENS AFRO-BRASIL AMERICA: ENCONTROS E DESENCONTROS*, n.1. [citado 2014-08-24]. http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000132012000100012&lng=en&nrm=abn .

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo*. Vol. 1 – Racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo*. Vol. 2 – Sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HIKIJ, Rose Satiko G. 2008. Imagens que afetam – filmes da quebrada e o filme da antropóloga. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2003/rose%20hijiki.pdf. Acessado em 23 de jun. de 2012.

HIKIJ, Rose Satiko G. 2009. “Vídeo, música e antropologia compartilhada: Uma experiência intersubjetiva”. In: BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar Teodoro da; Hikiji, Rose Satiko G. (Orgs.). *Imagem-Conhecimento: Antropologia, cinema e outros diálogos*. Campinas-SP. Papirus.

HIKIJ, Rose Satiko G. jan./jun. 2013. “Rouch compartilhado: premonições e provocações par uma antropologia contemporânea”. In: Rev. *Iluminuras*. Porto Alegre, v.14, n.32, p.113-122.

OSTROWER, Fayga. 2013 [1977]. *Criatividade e processos de criação*. Petrópolis. Vozes.

PAIS, José Machado (2012), “O mundo em quadrinhos: o agir da obliquidade”. In: M. Almeida e J.M. Pais (Orgs.), *Criatividade, juventude e novos horizontes profissionais*. Rio de Janeiro, Zahar. pp.143-185.

SIMÕES, Marta. 2011. Catarina Alves Costa: “A escrita é um processo importantíssimo no cinema”. In: *Novas & velhas tendências no cinema português contemporâneo*. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.21/905> . Acessado em 18 de nov. de 2013.

Referências fílmicas:

Vírus da música. (2004). 20 min. Dir: Alessandra Cristina Raimundo; edição: Alessandra Cristina Raimundo, Rose Satiko Hikiji e Giuliano Ronco; realização: LISA/USP; apoio: Fapesp. (<http://vimeo.com/43896641>).

Pulso: Um vídeo com Alessandra. (2006). 32 min. Direção, roteiro e pesquisa: Rose Satiko Hikiji; edição: Rose Satiko Hikiji, Giuliano Ronco e Fernanda Frasca. realização: LISA/USP; apoio: Fapesp. (<http://vimeo.com/32565910>).

Microfone, Senhora (2003).16 min. Direção, roteiro e pesquisa: Rose Satiko Hikiji; edição: Gianni Puzzo e Rose Satiko Hikiji; realização: LISA/USP; apoio: Fapesp. (<http://vimeo.com/44455754>).

Senhora Aparecida. (1994). Direção e realização: Catarina Alves Costa; (<https://www.youtube.com/watch?v=vTpGFHsLY14>)

Swagatam. (1998). 54 min. Direção: Catarina Alves Costa; produção: SP Filmes.

Mais Alma. (2001). 57 min. Direção, realização: Catarina Alves Costa; edição: Olivier Blanc; montagem: Pedro Duarte; Pós-produção de som: João Lucas; Produção: Catarina Mourão, Co-produção: Laranja Azul-RTP; Apoios: ICAM, RTP, IPAE, Fundação C. Gulbenkian. (<https://www.youtube.com/watch?v=j8mNY98ZE9Y&feature=kp>)

O Arquitecto e a Cidade Velha (2003). 72 min. Direção e realização: Catarina Alves Costa; imagem: João Ribeiro e Catarina Alves Costa; som: Olivier Blanc; montagem: Dominique Paris e Pedro Duarte; música: Tito Paris; mixagem de som: Jean-Marc Schick; étalonage: Philippe Couteaux; produção: Laranja Azul; co-produção: Jour J Productions; produção executiva: Catarina Mourão; produtora-associada: Sylvie Randonneix; apoios financeiros: Icam, RTP, Media Distribuição, IA, Instituto para o Desenvolvimento, CNC, UNESCO, DAPA, Ministério dos Negócios Estrangeiros Francês, Voiséart, RAI SAT, Câmara Municipal do Porto. (<https://www.youtube.com/watch?v=jAuCJEW1-pw>).

Referência dos filmes produzidos no projeto CJ Minuto

1. “Na Rua...”, 2012: <https://www.festivaldominuto.com.br/videos/30233?locale=pt-BR>
2. “Os Donos da Bola”, 2012: <https://www.festivaldominuto.com.br/videos/30729?locale=pt-BR>

Referência dos filmes produzidos pelas Oficinas Kinoforum

- Banco de filmes: <http://www.kinoforum.org.br/oficinas/index.php/4>

GT 1

Resumos Expandidos

Culturas juvenis, flexibilidades e mobilidades – as ocupações desejadas

PROJETOS DE VIDA DOS JOVENS DAS CLASSES TRABALHADORAS A PARTIR DA ESCOLA MÉDIA – DIFICULDADES E CAMPOS DE POSSIBILIDADES

Aleksandra Oliveira
Mestranda em Sociologia pela UFC
aleksandra.braga@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é promover uma reflexão teórica sobre as dificuldades e as probabilidades das trajetórias escolares dos jovens das classes trabalhadoras. É articulada aqui a relação entre os sujeitos, a sociedade e a escola, esta última como uma das cruciais agências de reprodução cultural e social dos diversos grupos e classes. Ao mesmo tempo, debate as intenções e expectativas desses jovens fomentadas pelos modelos oficiais estabelecidos quanto à construção de seus propósitos futuros depositados na educação institucional, bem como instrumentalização e preparação de suas vidas após a conclusão do ensino médio. Para isso, discute à luz de autores, categorias como: desigualdades sociais e escolares, acumulação do privilégio cultural, marginalização e ocultação de saberes e práticas sociais, currículo, inteligência, dom individual, mérito pessoal, projetos de vida e campos de possibilidades. As ponderações traçadas até aqui, fruto de estudos teóricos e constatações estatísticas, revelam o desafio que é romper com as restritas oportunidades reservadas a essa camada de jovens, e as hierarquias de saberes e práticas arregimentadas socialmente. As chances de consumação dos projetos de vida escolar para os jovens menos abastados são escassas e contundentes, considerando que o próprio sistema filtra e classifica desigualmente. Assim, colocam-se em pauta engendramentos de pontos de fuga epistemológicos suscitados por um trabalho de tradução, tecendo outra rede de relações possíveis. A proposta é destronar os modelos postos, provocando outras formas de ver, pensar, sentir e estar no mundo; buscar a emergências dos indivíduos ignorados e das experiências ecológicas, reaproveitar e dialogar com formas existentes de saberes e práticas, através de um procedimento que crie inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis. Jovens, escola e sociedade guardam tensões e jogos de forças; os tempos atuais reivindicam outras inventividades para construir novos cotidianos, se reinventando na travessia de incertezas e deslocamentos das tramas sociais. Enquanto isso, os jovens se movem, planejam ganhar a vida, elaboram seus projetos, lutam e desenvolvem estratégias (dentro ou fora do sistema) para ampliar os campos de possibilidades, buscando salvaguardar suas existências e suas trajetórias sociais.

Palavras-chaves: jovens das classes trabalhadoras, escola secundária, projetos de vida.

JUVENTUDES E INSERÇÃO LABORAL: MOMENTOS DE INDEFINIÇÃO?

Regina C.P. Borges; Débora Diana da Rosa – Universidade Federal de Santa Catarina

reginacl@uol.com.br; ddddebora@yahoo.com.br

Este trabalho traça considerações sobre duas pesquisas que abordam como contexto as questões das juventudes e suas trajetórias em busca da inserção laboral. Assim sendo, uma das investigações busca compreender como se dá a composição da vida cotidiana de jovens universitários que conciliam estudo e trabalho. O outro estudo averigua as trajetórias de jovens egressos participantes do Programa Jovem Aprendiz. As inquietações de ambas as pesquisadoras, tem sido temática recorrente em demais investigações científicas com enfoque nas juventudes, como também assunto de interesse nos discursos da agenda pública (Souza e Paiva, 2012).

Dentro da realidade brasileira foi somente após a metade dos 1990 que os assuntos relativos às juventudes obtiveram maior relevância, sendo a estruturas a Secretaria Nacional de Juventudes (SNJ) e do Conselho Nacional de Juventudes (CONJUBE) em 2005, promovendo demarcações etárias com a preocupação de conceituar: afinal o que é ser jovem? Surgem nesse momento os coortes etários divididos nos seguintes grupos: dos 15 a 17 anos o jovem adolescente, dos 18 a 24 anos o jovem-jovem e dos 24 a 29 anos o jovem adulto (Souza e Paiva, 2012). Para nós as definições etárias são importantes para fins estatísticos, contudo a concepção de sujeito que nos orienta se baseia por uma perspectiva sócio-histórica, ou seja, tomam-se as juventudes numa visão crítica as naturalizações, entendendo a necessidade de ser referida em sua pluralidade e heterogenia (Ozella, 2003).

Deste modo, apesar de entendermos que falamos de juventudes e em diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade entre os participantes e ter observado quer sejam jovens adolescentes ou jovem-jovens houve particularidades e recorrências nas narrativas desses sujeitos que se fizeram presente: as inseguranças e ansiedades quando se fala em inserção laboral.

Para Alves (2010) a reestruturação do capital fez emergir uma nova morfologia social na categoria trabalho, onde o desemprego e a precariedade laboral atuam além da dimensão do trabalho enquanto atividade, mas também se faz presente na perspectiva dos sujeitos que trabalham e precisam dar resposta cada vez mais rápidas ao movimento do capital.

A expressão "capitalismo flexível" esta mudando o próprio significado do trabalho, sugerindo um conjunto de novas demandas aos trabalhadores: que sejam ágeis, abertos a mudanças em curto prazo e assumam riscos constantes. Desta forma tem-se como mote a flexibilidade e este aspecto pode causar ansiedade, uma vez que os caminhos/rotas a seguir são indefinidos. (Sennet, 2010)

As questões acima mencionadas seguem na direção e corroboram com os apontamentos de Pais (2005) sinalizando como peculiaridade das juventudes contemporâneas as vivências desse tempo de instabilidades entre o momento presente e o futuro. Desta forma, a linearidade das carreiras, de um caminho “certo” a seguir deixou de existir no capitalismo flexível, trazendo um cenário de trajetórias fraturadas, instáveis e por vezes não-lineares, como um verdadeiro ioiô. Com a proposta de poder compreender essas singularidades dentre as juventudes as pesquisas em andamento, seguem uma abordagem qualitativa e fizeram uso da entrevista como a principal ferramenta na coleta dos fatos, entendendo que nessa dialógica entre pesquisador e pesquisado é possível à apreensão dos processos psíquicos, dos sentidos e significados constituintes das histórias de vida de cada sujeito (Aguiar e Ozella, 2013). Além das entrevistas, as investigações fizeram uso de técnicas complementares como a agenda colorida, fotografias e redações projetivas sobre o futuro.

Tomando como inspiração os Núcleos de Significação (Aguiar e Ozella, 2013) os fatos narrados seguiram essa concepção analítica. A seguir apresentaremos análises parciais dos estudos que contextualizam as juventudes participantes nessas investigações, sinalizando os modos como os jovens conciliam trabalho e estudo e suas incertezas/ansiedades quando se referem às perspectivas de inserção laboral.

O atual mercado de trabalho precarizado e flexível tem impactado a vida dos jovens, criando instabilidades e incertezas diante da vida e prospecções por vir. Essas dúvidas geram descrenças em relação ao futuro e levam à falta de expectativas e angústias no

presente. É notória nas falas dos jovens as inseguranças diante de qual curso universitário seguir e as indecisões entre conseguir um trabalho e se manter trabalhando. Os percursos profissionais dos jovens pesquisados são marcados por turbulências, flexibilidades e impermanências.

Para os jovens participantes os sentidos da vida cotidiana e do trabalho também são apontados por tensões dialéticas marcadas pela dimensão espaço-tempo contemporânea descrito numa sociedade que tem se organizado em objetivos de curto prazo. Assim, esses jovens veem a conciliação entre estudo e trabalho, exercida entre atividades como estagiários, atividades free-lancer e/ou com vínculos formais de emprego, muito mais pela possível chance de ampliar futuras inserções laborais do que por uma necessidade econômica financeira. Assim, essa “antecipação” pode ser vista como algo muito mais utilitário ao futuro assentindo e reiterando ao “sedutor” discurso da qualificação, dentro da lógica predominante do capitalismo. Falam em carreiras pensando ainda no caminho estável e projetam idealizações para o futuro narrando que cogitar esses pensamentos geram sentimentos de angústia frente às incertezas.

Na realidade brasileira temos como proporção percentual que os jovens perfazem numericamente 26,1% da população total e essa representatividade numérica se depara com índices de desemprego três vezes maior que a população adulta (Ibase, 2011). E conforme salientado por Guimarães (2005) para essas juventudes a categoria trabalho seja como valor, necessidade ou direito faz parte do imaginário dos jovens.

Neste sentido, os resultados aqui apresentados reforçam a importância da temática do trabalho para a juventude e evidenciam que os condicionantes sociais dos nossos tempos são cada vez mais instáveis e flexíveis se fazem presentes nas trajetórias dos jovens, desde a precariedade das condições de inserção laboral até a falta de perspectivas e dúvidas sobre o futuro.

REFERÊNCIAS

Aguiar, W. M. J. & Ozella, S. (2013). Núcleos de significação: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 94 (236), 299-322.

Alves, G. (2010). Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. Disponível em: http://www.giovannialves.org/Artigo_GIOVANNI%20ALVES_2010.pdf. Acessado em: 10/09/2014.

Guimarães, N. (2005). Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil. In H. W. Abramo & P. P. M. Branco (Orgs.), Retratos da juventude brasileira (pp. 149-174). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). 2010. Livro das juventudes Sul-americanas. Rio de Janeiro: J.Sholna Reproduções Gráficas.

Ozella, S. (2003). A adolescência e os psicólogos: a concepção e a prática dos profissionais. In S. Ozella, *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica* (pp. 17-40). São Paulo: Cortez.

Pais, J. M.(2005). *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. (2ª .ed.). AMBAR

Sennett, R. (2010). *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. (Trad. Marcos Santarrita). (15ª ed.). Rio de Janeiro: Record.

Souza, C.de, Paiva, I.L. (2012). Faces da Juventude brasileira: entre o ideal e o real. *Estudos de Psicologia* 17(3), 353-360.

INSERÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E A CULTURA DA QUALIFICAÇÃO

Ivanete Modesto do Amaral e Maria Cristina Alves Maneschy - UFPA
amaral.ivanete@gmail.com Cristina@ufpa.br

RESUMO

Este trabalho mostra resultados de estudos realizados com jovens formados pelo ensino superior em Belém Pará, particularmente, as suas percepções com relação à inserção ao mercado de trabalho visto como bastante competitivo e que demanda experiência por qualificação principalmente para quem busca o primeiro emprego. Nesse sentido, envolvemos uma discussão sobre a cultura da qualificação profissional que emerge largamente no contexto de mudanças da sociedade brasileira, decorrente das transformações técnico-organizacionais no mundo do trabalho. A metodologia abrangeu inicialmente pesquisa bibliográfica em fontes da sociologia do trabalho e também pesquisa qualitativa baseada em entrevistas com roteiro semidiretivo. Os resultados são apresentados através das narrativas organizadas pelas falas comuns dos jovens. Uma conclusão importante se destacou: as práticas relacionadas a sua qualificação são muito relevantes para o ingresso e permanência no mercado de trabalho.

Palavras Chave: Inserção profissional. Juventude. Qualificação. Competência.

INTRODUÇÃO

As discussões aqui apresentadas fazem parte de uma pesquisa realizada com jovens de formação superior no mercado de trabalho paraense: suas percepções e formas de inserção. É um mercado onde se sobressai o setor terciário (serviços e comércio) e onde as ocupações informais têm uma expressão significativa na absorção da mão de obra. Neste resumo a análise está voltada para as narrativas dos jovens que falaram sobre as suas percepções do trabalho e do mercado de trabalho. O interesse foi confrontar os pontos de vista comuns com outros argumentos, como por exemplo, da qualificação profissional entendida numa relação com o trabalho e educação. Vale ressaltar que a discussão sobre qualificação é complexa e polêmica e as acepções aqui discutidas são as que têm sido privilegiadas pela sociologia do trabalho. Por conta da atenção às normas de elaboração deste resumo, o texto discute o assunto da qualificação ao mesmo tempo em que apresenta breves resultados da pesquisa. A metodologia envolveu entrevistas

realizadas com uma amostra de jovens entre 20 e 29 anos de idade, formados em IES de Belém onde analisamos suas narrativas sobre como percebem o mercado de trabalho e a lógica da qualificação para inserção profissional e permanência no mercado.

PERCEPÇÕES DOS JOVENS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO

O significado atribuído ao trabalho e o engajamento dos indivíduos no trabalho, estão intrinsicamente ligados às experiências singulares de um mundo do trabalho que no curso das últimas quatro décadas passou por profundas transformações. A qualificação tomou um caráter mais e mais personalizado com a ênfase dada à noção de competência. Esta tendência vem questionar a experiência adquirida pelo trabalho em relação ao conhecimento adquirido na formação. Significa dizer que a qualificação profissional tem sido vinculada tanto à capacidade de realizar atividades de trabalho manual como de trabalho intelectual e os termos usados para descrever as qualificações antes se referiam, muitas vezes, a tarefas operacionais como, por exemplo, de um eletricista. Porém, pode-se dizer que uma nova tendência emergiu quando a informática começou a deixar a sua marca no ambiente de trabalho para a maioria dos trabalhadores. Nesse sentido, a noção de qualificação passou gradualmente das tarefas operacionais para situações mais abstratas: capacidade de compreender e gerar situações complexas e de se comunicar. Esta situação foi se generalizando entre as organizações tanto públicas quanto privadas a tal ponto de, hoje, o exercício de uma profissão passa a depender cada vez mais do componente não material e da qualificação profissional: capacidade de efetuar diagnósticos e de lidar com as incertezas de gestão; capacidade de se comunicar por intermédio das tecnologias (MÉDA e VENDRAMIN, 2013). Não importa a área de formação, o mercado exige um domínio aprofundado de conhecimentos teóricos, científicos, técnicos e tecnológicos bem como, competências sociais e relacionais de acordo com as demandas da sociedade contemporânea. As narrativas a seguir, corroboram com essas reflexões: *Quando você sai da universidade e você vai pra realidade do mercado de trabalho, é muito diferente... sem experiência, é complicadíssimo se conseguir uma posição boa ...para os profissionais recém-formados, eu vejo o mercado de trabalho bem cruel, porque as pessoas não levam você em consideração, não tem como medir a sua competência então você é visto como mão de obra barata* (ANA, 29 anos, Arquiteta). Esta percepção é da realidade do

funcionamento do mercado de trabalho, explicada por Dubar (2005), isto é, o mercado reflete a estratificação societal do sistema social pelos graus de escolaridade, experiência, e qualificação profissional (DUBAR, 2005). Evidentemente que a situação dos jovens sem experiência profissional, favorece o processo de “exclusão” do emprego estável e suas desvantagens na corrida pelo emprego (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009). *Eu vejo que para os diplomados de nível superior tem uma grande concorrência no mercado de trabalho, uma grande exigência pela qualificação. Tem que ter uma especialização, outros cursos como de gestão de pessoas, informática, idiomas, etc.* (Antonio, 24 anos, redes de computadores) *O mercado de trabalho paraense é bastante competitivo, mas, hoje, no meu ponto de vista, a exigência pela mão de obra qualificada deixa muitos profissionais sem oportunidade de trabalho.* (Pedro, 28 anos, Administrador de Empresas). Nas narrativas dos dois profissionais – Antonio e Pedro – A expressão competição do mercado de trabalho aparece associada às exigências desse mercado por um perfil de profissionais mais qualificados, mais capacitados teoricamente e tecnicamente. Portanto, a lógica nas falas desses entrevistados é a percepção de que “ser diplomado não é tudo”, é preciso dominar várias áreas, como por exemplo, informática e outros idiomas, e assim se preparar para essa competitividade.

Eu acho que o mercado hoje exige um perfil de profissionais cada vez mais capacitados, que saibam outras línguas que conseguem ver as coisas de maneira diferente. A competição é muito acirrada, aqui no Pará, e às vezes o que acaba sobressaindo é quem se conhece, as amizades, e isso acaba sendo um pouco ruim perante quem não tem conhecimento. Isso tem a ver com as redes sociais. (Rosa, 26 anos, Fisioterapeuta). Fica evidente na fala da Rosa os aspectos já comentados da competitividade do mercado de trabalho e a exigência de qualificação, porém, aparece no seu relato um elemento importante que são as redes sociais como instrumentos que facilitam o ingresso dos jovens no mercado de trabalho. Nesse sentido, as redes tanto podem ser “recursos mobilizados” através de uma rede de relações ou “capital social” no sentido explicado por Bourdieu (2006) como em Granovetter (2009) onde o papel das redes sociais informais é fundamental para entender o mercado de trabalho e a ação coletiva, nas formas como os indivíduos procuram e conseguem ingressar no emprego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os comentários neste texto, afirmamos que as mudanças na economia global e as transformações técnico-organizacionais têm afetado não apenas as condições, os meios e as relações de trabalho, mas também estão implícitas à novas formas de representação e novos significados do trabalho, qualificação, competência e formação profissional. Este texto vem corroborar com essas discussões, mostrando resultados de pesquisa empírica no contexto de Belém do Pará, a partir do olhar de um segmento de jovens profissionais, detentores de qualificação pelo ensino superior. Não resta dúvida que seus relatos revelam que para se inserir neste novo cenário de organização do trabalho, somente o diploma de graduação não condiz com as exigências do processo de funcionamento deste mercado, isto é, só o diploma não assegura que as empresas os valorizem e, não dá segurança para concorrerem a uma vaga no mercado de emprego nas suas áreas, aliás, esta situação é mostrada em qualquer área de formação (vide narrativas).

REFERÊNCIAS

- BOLTANSKY, Luc e CHIAPELLO, Éve. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. As **estruturas sociais da economia**. In: CALAPEZ; SIMÕES, Pedro (Trad.). São Paulo: Campo das Letras, 2006.
- DUBAR, Claude. **A Socialização: Construção das identidades sociais e profissionais**. In: SILVA, Andréa Stahel M. da. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GRANOVETTER, Mark. Ação Econômica e Estrutura Social: O Problema da Imersão. In: MARTES, Ana Cristina Braga (Org.). **Redes e Sociologia Econômica**. São Carlos, EdufSCar, 2009. p. 31-64.
- MÉDA, Dominique e VENDRAMIN, Patricia. **Réinventer le Travail**. Presses Universitaires de France, 2013.

JUVENTUDE E INSERÇÃO PROFISSIONAL: TRAJETÓRIAS DE EGRESSOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ

Edilmara Kayt Silveira Fernandes – Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)
edilmarakayt@yahoo.com.br

A Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) situa-se em Sobral, região norte do estado do Ceará e recebe um fluxo diário de estudantes de cerca de 50 municípios circunvizinhos. O presente estudo mostra alguns resultados da pesquisa “Trajetórias juvenis após a universidade: um estudo sobre egressos da Universidade Estadual Vale do Acaraú” realizada para minha Especialização em Gestão de Organizações Sociais. No estudo, reconstitui as trajetórias pós-universidade de três egressos da UVA que se submetiam a deslocamentos diários de seus municípios até Sobral para estudarem e poderem cumprir projetos de vida. Egressos estes que também foram interlocutores de minha pesquisa monográfica: “Trajetórias e projetos de vida na mobilidade: os universitários das viagens intermunicipais”, que objetivou compreender o que mobilizava jovens de diversos municípios da região norte do Ceará a realizarem um movimento pendular entre esses municípios e a cidade de Sobral para cursarem uma graduação, os relatos permitiram perceber que a busca por realizar projetos de vida é o que impulsiona o processo.

Nas trajetórias pós-universidade procurei, pois, perceber junto aos interlocutores se seus projetos foram ou não concretizados, como isso ocorreu, o que a graduação lhes oportunizou, o que estão fazendo atualmente, como se deu seu processo de inserção no mercado laboral e saber como eles mesmos analisam suas realidades e suas trajetórias profissionais, instigando-os a uma reflexão sobre as trajetórias que seguiram e sobre seus projetos. Parti de uma perspectiva qualitativa de pesquisa em Ciências Sociais na análise aprofundada de entrevistas semiestruturadas com três dos nove interlocutores da pesquisa anterior e o estudo de conceitos pertinentes à pesquisa como mercado de trabalho, inserção profissional de jovens graduados, projetos de vida e campo de possibilidade.

Ao adotar uma perspectiva qualitativa, o mais importante é o aprofundamento do tema a partir de técnicas que exigem mais tempo para a realização, dessa forma a preocupação não foi com a quantidade de entrevistados, mas com a qualificação das entrevistas, a análise minuciosa dos relatos. O intuito, para além do conhecimento das trajetórias que os jovens entrevistados seguiram após a universidade, é compreender as subjetividades destes jovens, o universo simbólico que construíram no traçar dessas trajetórias, estimular que eles mesmos reflitam sobre o que vivenciaram.

A escolha pela temática da inserção profissional se estabelece pela necessidade de acompanhar as trajetórias e o desenrolar dos projetos de vida que perpassaram o investimento na educação superior.

O processo de inserção laboral de graduados é um tema que vem ganhando visibilidade nos últimos anos pelos processos de transformações econômicas e de massificação do acesso ao ensino superior. A conceituação da temática ainda não é consensual empregando-se diversas expressões como inserção, transição, entrada na vida ativa, itinerários, trajetórias etc. Opto pelo termo trajetória por considerá-lo mais específico ao pretender fazer uma abordagem mais qualitativa ao analisar as trajetórias de egressos da UVA. Considere-se também que não pretendo analisar unicamente os processos de inserção no mundo do trabalho, mas, a partir de suas subjetividades, perceber como compreendem as realidades em que se inserem e as trajetórias acadêmicas e profissionais que seguiram. Tendo em vista que os projetos que os motivavam não estavam relacionados somente à vida profissional, mas incluíam também o próprio investimento na vida estudantil, pessoal e/ou familiar, as suas lembranças do local de moradia, da infância, da família e que o desejo de formação superior era tido, além da cobrança social, como investimento para melhorar as condições de trabalho, como o desejo de ajudar a comunidade de origem, realização como pessoa, realização de sonhos diversos.

Lucas, Glauciane e Anderson são os três interlocutores deste estudo. Lucas e Glauciane são graduados em Ciências Sociais e Anderson é graduado em Física. Os três são concursados pelo estado e dão aulas no Ensino Médio em seus municípios. O projeto de vida de Lucas, quando entrou na universidade estava voltado para o mercado

de trabalho e a dar continuidade à vida acadêmica, queria atuar na área em que estava se formando, dar aulas de Sociologia e fazer pós-graduação.

Glauciane entrou na universidade pelo incentivo de sua mãe, as pretensões para depois da formação estavam também relacionadas ao mercado de trabalho, queria mais estabilidade e um melhor salário com um concurso público.

Anderson enquanto universitário pretendia para depois que terminasse o curso, investir mais na vida acadêmica para estar mais preparado para o mercado de trabalho, arranjar um emprego e adquirir conhecimento e criticidade.

O mercado de trabalho faz parte do projeto de vida deles. Submeteram-se a impasses de deslocamentos diários para concluírem a graduação. A escolha de um curso superior é, sobretudo, a escolha de uma profissão e na atual conjuntura do sistema capitalista, que torna o mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo, o investimento individual na educação se torna regra para se inserir nesse mercado e possibilitar as oportunidades adequadas para quem busca certa mobilidade social, melhores condições de vida mediadas por um emprego com maior estabilidade e salários mais atrativos.

As trajetórias individuais foram estabelecidas em termos de projeto que não se findaram como o término da graduação, pois a inserção no curso superior não refletia o projeto de vida em si, mas apenas um meio de se realizar o projeto de vida maior que refletia não só a qualificação para a vida profissional, mas o atendimento das subjetividades para a realização de sonhos, desejos de levar melhorias para a comunidade de origem com o conhecimento obtido na universidade, dentre outras coisas.

Glauciane já trabalhou na agricultura com seus pais e como secretária do lar, antes de começar a dar aulas no ensino médio também lecionou no ensino fundamental. Ao lecionar no ensino fundamental não se identificou com a profissão a ponto de não querer ser professora, mas quando começou a dar aulas no ensino médio com a disciplina de Sociologia, passou a se identificar com a profissão. Hoje ela se sente realizada com a profissão que escolheu.

Lucas trabalhou como recenseador do IBGE e também deu aulas no ensino fundamental, mas ao contrário de Galuciane, ao dar aulas para crianças até gostou, mas ainda se sentia incompleto por não estar exercendo de fato o ensino de Sociologia. Tanto que se dispôs a deixar o emprego para estudar para um concurso pleiteando a vaga de professor de Sociologia.

Anderson antes de atuar como professor trabalhou em mercantil, em posto de gasolina e na agricultura com seus pais, deu aulas particulares de Física e em cursinhos, hoje é concursado pelo estado e é coordenador do laboratório de Ciências em uma escola de seu município.

Os três jovens seguiram os trajetos de vida que projetaram para si, investindo na educação superior para se qualificarem na profissão que desejavam seguir. O campo de possibilidades lhes apresentou algumas vezes situações em que precisaram reorganizar os projetos. Estas trajetórias mostram muitas similaridades, jovens que escolheram por profissão o magistério e que gostam muito do que fazem. Professores do ensino médio que seguiram à risca seus projetos de vida, investiram nos estudos, driblaram as dificuldades para estarem onde estão. Antes de entrarem para o magistério passaram por empregos diferentes, precisavam trabalhar para se manterem na universidade, para contribuir com o sustendo familiar, para se manterem. Consideram o trabalho algo fundamental em suas vidas e a universidade aquilo que lhes proporcionou crescimento pessoal e oportunizou uma melhor inserção no mercado de trabalho, aquilo que lhes permitiu estarem onde estão profissionalmente.

O caminho traçado por eles significava, sobretudo, a tentativa de cumprir o projeto que elaboraram para si, reorganizando-os com determinação e perseverança a partir dos impasses do campo de possibilidades. Depois de 2 ou 4 anos do término da formação eles perseguiram seus sonhos e muito já foi realizado, mas não param de sonhar nem de fazer planos e projetarem suas trajetórias futuras.

A universidade ampliou o campo de possibilidades ao oportunizar conhecimento, formação profissional, novas experiências para a elaboração e o cumprimento de projetos. A formação valeu à pena para eles, oportunizou-lhes tanto uma melhor inserção no mercado de trabalho, ampliando a qualidade de vida, como

também a expansão dos conhecimentos, das percepções de mundo e crescimento pessoal e financeiro.

UNIVERSIDADE E O MUNDO DO TRABALHO: A (RE)SIGNIFICAÇÃO DO ESTÁGIO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Asa Fujino. Universidade de São Paulo. PPGCI/ECA/USP
asa.fujino@gmail.com

Adaci A. O. Rosa da Silva. Universidade de São Paulo. PPGCI/ECA/USP
adaci.rs@gmail.com
Bolsista CAPES

O incremento das tecnologias da informação e comunicação produziram intensa revolução de costumes e ampliação do setor de serviços e impõe questões ao seu conjunto de interlocutores – Estado, cidadãos, instituições de ensino e mercado de trabalho, indissociáveis do compromisso com o desenvolvimento sustentável e a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Ao problematizar o papel das universidades na formação profissional, as discussões se polarizam entre aqueles que privilegiam a prática como estratégia de antecipação de inserção do estudante no mercado de trabalho, e outros que partem do princípio que é necessário formar profissionais reflexivos e críticos capazes de reordenarem, ou de resistirem à realidade do mundo do trabalho que hoje se configura inseguro e caracterizado por eventos que sinalizam para o desemprego, o subemprego, a intensificação e a precarização do trabalho. Outro impasse significativo quanto à formação dos novos trabalhadores para o ingresso no mercado é decorrente da política de democratização do ingresso das camadas populares da sociedade nos cursos superiores, especialmente na América Latina, e as responsabilidades do Estado quanto às políticas de educação de base, necessárias para a qualificação do ensino superior e a educação para o trabalho, que permitam condições adequadas de mobilidade social no mundo do trabalho. O terceiro impasse é relativo à definição das situações qualificadas de trabalho, no contexto do estágio profissional, que devem ser reconhecidas pela universidade, com o objetivo de confirmar ou refutar a

correlação entre os fundamentos teóricos e a prática, com a possibilidade de exercer o raciocínio crítico na relação entre a universidade e o mercado de trabalho de forma a contribuir efetivamente para o aperfeiçoamento pedagógico dos cursos. Trata-se de ver o mundo do trabalho não apenas como o receptor da mão de obra qualificada oriunda da universidade, mas como protagonista importante na formação de futuros profissionais.

Parte-se do pressuposto que a posição da universidade na formação do estudante para o campo profissional é fundamental neste contexto de adensamento de profissões associadas à produção, processamento e uso da informação que requer reposicionamento das formas de lidar com este objeto, cujo valor depende da capacidade de cada indivíduo de atribuir significado às informações do ambiente externo no processo de transformação destas em conhecimento interno. A urgência do mercado de trabalho em captar trabalhadores investidos de capacidades técnicas, permanentemente reciclados e atualizados forma, assim, uma reserva que se autoqualifica para ficar à mercê, e que, todavia, decai periodicamente para outras frentes de trabalho, pela dificuldade de se atender às exigências das vagas de maior prestígio e remuneração que tem como base a capacitação para problematizar, prospectar oportunidades e tomar decisões em situações muitas vezes instáveis. Compreender o mundo do trabalho a partir dos fatores que reúnem educação, formação, e mercado de trabalho é essencial para a construção de projetos pedagógicos que considerem as relações entre a formação e o contexto sócio-cultural, técnico e científico de atuação profissional. Essa proposta de análise sobre a temática educação e trabalho integra pesquisa mais ampla das autoras sobre o mundo dos profissionais da informação, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação da Universidade de São Paulo.

Neste estudo, o estágio é visto como uma oportunidade de aproximação da realidade e da atividade teórica e de ensino-aprendizagem de mão dupla e objeto teórico a ser investigado, com o objetivo de propor práticas pedagógicas que estimulem espaços de mediação entre o “saber” e o “fazer”, nos quais a fundamentação teórica é insumo e produto da experiência da prática profissional e o campo profissional é o

elemento problematizador e motor da necessária atualização de referências teórico-metodológicas.

Nos recentes estudos sociológicos sobre mercado de trabalho e a transição escola-trabalho no Brasil, os resultados apontam a conexão entre as fragilidades da questão educacional e da estrutura ocupacional, que conduzem trabalhadores para as vagas de menor remuneração, devido a baixa qualificação educacional e profissional, gerando instabilidade na manutenção do emprego (GUIMARÃES, 2009; COMIN; BARBOSA, 2011). Outra situação de conflito vivenciada pelo trabalhador é elaborada no discurso do mercado de trabalho como evolução nas relações de trabalho, do comportamento flexível e adaptável às jornadas parciais de trabalho (GUIMARÃES; HIRATA; FUGITA, 2009), desconsiderando garantias trabalhistas, ou mesmo a desarticulação dos coletivos de trabalho (OLIVEIRA; SANTOS, 2013). A incerteza e instabilidade que se instauram no contexto do trabalho no “novo” capitalismo não tratam de uma situação momentânea, um contingenciamento, e sim uma desorientação que sinaliza para o normal (SENNETT, 2003).

Também se faz necessário refletir sobre a demanda social pelo ensino superior e a promoção do acesso de alunos provenientes das camadas populares. Verificou-se a proliferação de cursos superiores de qualidade duvidosa, formando contingentes de jovens universitários em carreiras pouco promissoras, e ainda a dificuldade de permanência dos estudantes no curso de graduação por questões econômicas ou por carência de formação básica para acompanhamento de cursos (SILVA; ZANELATO; LAIATE, 2014). Outro aspecto é a participação estudantil no mercado de trabalho antecipada para o nível médio, observando que as condições socioeconômicas da família se mostram significativas na definição dos caminhos a buscar, seja da opção para o ensino superior ou não, qual profissão escolher e como combinar escola e trabalho (ROSKA; VELEZ, 2008).

Fujino (2010) observa que a universidade não pode prescindir do conhecimento desses fatores, os quais podem interferir no processo de apropriação do conhecimento e nas experiências da prática profissional, e defende a necessidade de se encaminhar novas pesquisas sobre métodos pedagógicos que possibilitem conciliar a sistematização de experiências no campo e que conduzam

simultaneamente a processos de abstração e reflexão sobre a prática que possam ser transformadas em conhecimentos compartilhados com o grupo.

Pimenta e Lima (2006) asseveram que profissional necessita dominar os conhecimentos científicos para poder adequar as técnicas para as diferentes situações em que a atividade de trabalho ocorre, isto porque não existe um modelo universal que possa ser aplicado. Essa compreensão se torna fundamental para a dissolução de posturas dicotômicas que tratam teoria e prática isoladamente. As autoras refletem criticamente sobre os currículos de formação que aglutinam disciplinas por vezes isoladas entre si e que pouco apresentam os nexos com a realidade do campo de atuação dos profissionais, e vão se revelar insuficientes no momento de atividade de estágio. O emprego de técnicas sem a devida reflexão reduz o estágio à hora da prática, ao como fazer, resultando em submissão dos estagiários como mão de obra gratuita e substitutos de profissionais formados.

Ao se fazer reflexões sobre a educação e a formação é necessário centrar o processo educacional na *condição humana*, fundamental para reconhecer a diversidade cultural inerente ao ser humano e as especificidades dos contextos nos quais os conhecimentos se constroem, pois são esses contextos que vão definir os parâmetros de sua validação. A informação relevante para o ser humano é sempre de caráter situacional e, nesse sentido, o estudante deve ser estimulado a reconhecer e a conhecer as diversas situações nas quais decisões deverão ser tomadas e a refletir sobre elas, mas tendo como objetivo a reconstrução contínua de estruturas de conhecimento. Como observa Fujino (2010), o estagiário é, antes de tudo, um *Aluno* e a responsabilidade pela sua formação é da *Universidade*, e ela não pode ser transferida para o mercado. Sua intervenção é necessária para evitar possibilidades de o aluno vir a ser utilizado dentro de estratégia perversa de mercado para driblar encargos trabalhistas. A autora propõe como princípio pedagógico estimular o aluno a problematizar a partir das experiências e discuti-las no curso, ao longo das várias disciplinas, e, por outro lado, evitar a supervalorização da prática e do escamoteamento da teoria, que o levariam à percepção distorcida da natureza da atividade.

Assim, uma estratégia didático-pedagógica fundamentada na sistematização de conteúdos, combinada com estratégias de resolução de problemas, estimularia alunos à discussão de experiências (problemas e soluções adotadas) em estágios e possibilitaria a compreensão dos princípios teóricos que justificam as opções e validações a partir do corpo teórico da área, sem desconsiderar que o mundo do trabalho é fundamental como fonte de geração de ideias, inovações e novas frentes de pesquisa para a universidade.

REFERÊNCIAS

COMIN, A.; BARBOSA, R.J. Trabalhar para estudar. Sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 91, p.75-95. 2011.

FUJINO, A. Ciência da Informação: relações entre pesquisa, ensino e prática profissional. **Revista EDICIC**, v.1, n.1, p.224-261, jan./mar.2011. Disponível em: < <http://www.edicic.org>>. Acesso em: 10 out 2014.

GUIMARÃES, N. A. A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. **Novos Estudos CEBRAP**, n.85, p. 151-170. 2009.

GUIMARÃES, N.A.; HIRATA, H.; SUGITA, K. (Orgs). **Trabalho flexível, empregos precários? : uma comparação Brasil, França, Japão**. São Paulo: EDUSP, 2009.

OLIVEIRA, C. I.; SANTOS, P. G. As metamorfoses das profissões. De ocupações a serviços precarizados, passando por nichos corporativos: o que se passa no mundo globalizado do trabalho. In: VII ALAST - Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. **Anais ...** Disponível em : <<http://www.alast2013.com.br/gt6.asp>>. Acesso em: 15. jul. 2013.

ROSKA, J.; VELEZ, M. When studying schooling is not enough: Incorporating employment in models of educational transitions. **Research on Social Stratification and Mobility**. n.28, p. 5-21.2010. Disponível em: < <http://www.sciencedirect.com>>. Acesso em: 15. jul. 2013.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, A.A.O.R.; ZANELATO, D.; LAIATE, M.L.L.C. Lições sobre a universidade: questões relativas ao ensino e à formação docente no contexto da universidade contemporânea. **Rev. Vozes dos Vales**, n.5, 2014. ISSN: 2238-6424.

O MODO COMO OS JOVENS DO LITORAL DO PARANÁ SE RELACIONAM COM TRABALHO E EDUCAÇÃO

NASCIMENTO, Loide Sulamita Mendes do; SULZBACH, Mayra Taiza – UFPR–
Litoral

loide.sulamita@gmail.com; mayrats@ufpr.br

Programa de Educação Tutorial – PET Litoral Social e Programa de Iniciação Científica

INTRODUÇÃO

O intuito desse trabalho é verificar o que os jovens (2013) do Litoral do Paraná almejam fazer ao término do Ensino Médio, além de buscar uma relação entre o ambiente em que o jovem está inserido e sua escolha de futuro no trabalho. Essa pesquisa busca contribuir para as ações ao desenvolvimento local do Litoral do Paraná.

A pesquisa parte de uma revisão na literatura relacionando: *trabalho*, a partir de Antunes (2012) e Segnini (2000); *educação*, utilizando Almeida (2010) e Sobral (2000); e *juventude*, a partir de Raitz e Petters (2008) e Pais (1993 *apud* RAITZ e PETTERS, 2008. Para descrever a inserção do jovem estudante ao mundo do trabalho utilizou-se Sposito (2005).

Após a revisão, essa pesquisa descreve o Litoral do Paraná e sua população jovem, utilizando os dados demográficos do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A metodologia aplicada na pesquisa de campo foi quantitativa e qualitativa. O levantamento de dados foi realizado com os jovens de 43 escolas públicas do Ensino Médio no Litoral do Paraná, nos períodos: matutino, vespertino e noturno, nas quais foram entrevistados 2.782 alunos do 2º e do 3º ano.

A pesquisa empírica baseou-se num questionário com 18 questões fechadas e abertas, aplicado no ano de 2013. A 1ª parte do questionário considerava a identificação do jovem: o gênero sexual, a idade; a 2ª contemplava a atuação profissional dos pais ou responsáveis, e a 3ª identificava a profissão que este jovem pretenderá exercer, seus planos de continuar estudando depois que terminar o ensino médio. As respostas foram tabuladas no programa Sphinx Léxica 2000 (software livre desenvolvido para esse fim).

Depois da tabulação dos dados foi realizada uma correlação entre estes, os dados demográficos do litoral e a revisão bibliográfica utilizada.

DESENVOLVIMENTO

Revisão Bibliográfica - Jovem, Educação e Trabalho

Antunes (2010) argumenta que o homem é um ser que possui necessidades sociais que ele mesmo cria e que são importantes para a sua reprodução. Necessita transformar a natureza de modo a torná-la cada vez mais humana, mesmo sendo parte dela, e faz isso através do trabalho. Desse modo, o procedimento educacional, do ser social não pode ser afastado do trabalho, ou seja, o trabalho que o homem faz, conforme Antunes (2010), não pode ser idealizado sem educação.

Segnini (2000, p.79) destaca que mesmo que o trabalho seja “uma relação social (de classe, [...] geracional)” ele também se constitui por meio das habilidades que são adquiridas socialmente e pela *visão de mundo*. E que nesse processo, a educação é primordial para o desenvolvimento de uma cidadania crítica.

Segundo Almeida (2010), é importante que a educação que ocorre na escola não seja vista apenas como uma atividade prática, mas que ela promova o desenvolvimento humano e social. Sobral (2000) destaca que a educação, proposta no ambiente escolar, pode ser considerada fundamental para promover a cidadania social e diminuir as desigualdades sociais, mas que, especificamente no Brasil, tem sido, sobretudo, um instrumento promovedor da concorrência. Essa concorrência tem sido inserida com mais veemência no Ensino Médio, ainda que de maneira oscilante entre esta preparação do aluno para o “mercado de trabalho” e/ou sua inserção no ensino superior.

Para Sposito (2005), a inserção do jovem no mundo do trabalho ou no ensino superior está ligada ao ambiente social que ele pertence, o qual é formado, inicialmente, pela família e escola. A escola seria o ambiente criador das maiores interações do jovem com o outro.

Raitz e Petters (2008, p. 409) salientam que “o conceito de juventude não possui uma definição única”, pois os momentos históricos são marcados por jovens que agem

sob a influência da sociedade a que pertencem. Sendo assim, segundo Pais (1993 *apud* RAITZ e PETTERS, 2008, p.409), “existem diferentes juventudes e diferentes olhares, diferentes teorias que explicam a juventude, de acordo com suas abordagens”.

Descrição do Quadro do Município

O Litoral do Paraná é formado por sete municípios: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná, representado 3% do território do Paraná. O tamanho dos municípios em extensão territorial é desigual. Guaraqueçaba é o maior município, ocupando 35% do território litorâneo e Matinhos o menor município, ocupando 2%.

A população do Litoral do Paraná, conforme dados do IBGE, do ano de 2010, também se distribuía de maneira desigual: Guaraqueçaba, com maior área do território litorâneo era habitado por 3% da população e Matinhos por 11% dessa população.

Segundo Censo 2010 do IBGE (2014) 14% da população residente no Litoral do Paraná é jovem (15 a 24 anos), 6% deles estavam na escola. Não havendo diferença do número de jovens que frequentam a escola nos municípios em função dos diferentes segmentos produtivos.

Análise de Dados

Dos estudantes entrevistados 54% eram do sexo feminino, 45% do sexo masculino e 1% se identificaram como outro. 47% nasceram no Litoral do Paraná e 35% em outra cidade não pertencente ao litoral.

Mais da metade dos entrevistados moravam com o pai e a mãe (57%), outras recorrentes foram: 10% moravam com a mãe, 7% moravam com mãe e irmãos.

Referente à profissão do pai, as recorrentes foram: Construção Civil, Contra Mestre e Servente com 10% e Caminhoneiro ou Motorista com 6%. A profissão da mãe, as recorrentes foram: Do Lar com 27% e Professora (5%). A maioria dos responsáveis são Aposentados (24%), destacam-se também as profissões de: Dona de Casa (9%) e Professor (6%).

Questionados sobre qual profissão que desejariam aprender ou praticar os estudantes destacaram: Médico (12%), Professor (10%), Advogado (10%), Administração (7%), Engenheiro (7%), Biólogo (4%), Psicologia (4%), Técnico em Computação (4%), Empresário (4%) e na área da Mecânica (4%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados da pesquisa, a educação de nível superior almejada pelos jovens é para cursos tradicionais como: médico, advogado, engenheiro e na área administrativa. Já as profissões mais almejadas seriam nas áreas de biologia, psicologia, técnico em computação e principalmente professor.

A profissão de professor foi uma das mais aspiradas pelos jovens, esse dado é relevante, pois, ao considerar o percentual de jovens que vivem junto à figura materna e as profissões dos pais e responsáveis, essa foi destacada entre as mães e responsáveis, bem como, ao se considerar que das profissões com exigência de nível superior, essa é mais próxima da realidade destes jovens.

Considerando a população rural residente nos municípios do Litoral do Paraná e esta contemplando a população jovem, não se observa expectativas de profissões tidas como tradicionais para o meio rural. Percebe-se que a população rural continua emigrando de seu local para procurar outras condições de vida nas cidades.

Conforme a literatura, o ambiente social no qual o jovem está inserido e é formado passa pelo ambiente familiar e escolar, interferindo nas decisões desses jovens. A juventude está intrinsecamente relacionada com o meio em que está inserida, com a estrutura familiar a que pertence, com o ambiente escolar e com o ambiente social. As relações desenvolvidas nestes ambientes, sejam elas positivas ou negativas, refletem nas escolhas quanto ao futuro. As escolhas das futuras profissões, bem como a intenção em continuar estudando são reflexos dos ambientes em que esses jovens estão inseridos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. R. de. Educação para além da formação do trabalhador alienado. **Educar em Revista**. Curitiba: Editora UFPR, n. especial 2, 2010.

ANTUNES, C. Acerca da indissociabilidade entre as categorias trabalho e educação. In. PREVITALI, F. S. **Trabalho, educação e reestruturação produtiva** (Org.). São Paulo: Xamã, 2012.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. (2010) Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: 23 de Agosto de 2014.

RAITZ, T. R. e PETTERS, L. C. F. Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família. **Psicologia & Sociedade**. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, n. 20 (3), 2008.

SEGNINI, L. R. P. Educação e Trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, n. 14 (2), 2000.

SOBRAL, F. A. da F. Educação para a competitividade ou para a cidadania social? São Paulo: **São Paulo em Perspectiva**, n. 14 (1), 2000.

SPOSITO, M. P. Indagações sobre as relações entre juventude e a escola no Brasil in **Revista de Estudios sobre Juventud**, Mexico : Jovenes ano 9, n. 22, 2005.

OS JOVENS NA PERIFERIA E O SENTIDO DO TRABALHO

Adalberto de Salles Lima/Universidade de Brasília; Maria Gonçalves Conceição
Santos/Universidade do Estado da Bahia

sallesvitoria@hotmail.com; mgsantos1962@yahoo.com.br

CAPES

As transformações decorrentes do processo de globalização continuam provocando novas dinâmicas socioeconômicas, políticas e culturais na América Latina e Caribe. A política neoliberal que se instalou nessas regiões contribui para problematizar as desigualdades sociais. Nas últimas décadas, os jovens brasileiros, especialmente os oriundos das periferias urbanas, a exemplo do Subúrbio Ferroviário de Salvador vêm sentindo os reflexos dessas transformações no mundo, refletindo nos desafios para o ingresso no mundo do trabalho. No âmbito do estado brasileiro, a discussão sobre juventude é recente e merece ser tratada com atenção. Cada jovem representa uma percepção de mundo, onde as experiências sociais do grupo no qual está inserido refletem contextos e práticas que particularizam suas vivências e no modo de compreender as subjetividades das práticas sociais (GROPPO, 2000; JUNQUEIRA, 2006; NOVAES, 2004; CORROCHANO, 2009). Segundo o IBGE (2010), 27% da população do país encontram-se na faixa etária de 15 a 29 anos de idade. A pesquisa foi desenvolvida com estudantes do ensino médio, da Escola Estadual Bertholdo Cirilo dos Reis, localizada no bairro São João do Cabrito, no Subúrbio Ferroviário da cidade de Salvador. Dentre outras questões levantadas, o que se coloca em evidência refere-se à categoria trabalho e às perspectivas de inserção profissional, após a conclusão no ensino médio. O estudo se baseou numa abordagem quanti-qualitativa, envolvendo 38 estudantes, na faixa etária de 17 a 21 anos de idade. A pesquisa teve início em fevereiro de 2012 e concluída em setembro de 2013. No bairro, a juventude é constituída, essencialmente por afrobrasileiros, oriundos de famílias onde a maioria dos pais trabalha como empregada doméstica, marisqueiro (a), servente, pedreiro, no comércio e/ou fazem um “bico”, entre outros. Na localidade estudada, tal realidade pode ter

diferentes explicações e contextos, uma vez que muitos deixam de frequentar a escola para trabalhar, ou “arranjar um bico” para complementar à renda familiar, ou torná-la a única renda, ou não fazer nada. Essa situação poderá refletir diretamente no amadurecimento precoce. Diante das situações diversas em que os jovens na periferia enfrentam buscou-se responder as seguintes indagações: o que os estudantes gostariam de fazer após o ensino médio e quais suas perspectivas profissionais? Nesse sentido, foi identificado que 34,4% gostariam de continuar estudando para ingressar na universidade. Outra parcela significativa representando 37,5% relatou a pretensão de continuar os estudos e trabalhar, 18,8% opinaram que após o ensino médio pretendem procurar emprego/trabalho, 3,1% informaram que não sabem o que fazer e 6,3% não responderam. Esses resultados indicam que a maioria dos pesquisados busca sua autonomia financeira através da continuidade dos estudos após o ensino médio, conciliando com o trabalho ou somente ocupando o tempo com alguma atividade laboral. Mesmo com as dificuldades de inserção profissional, os sujeitos investigados reconhecem a importância do trabalho e da educação como via de possibilidade para a mobilidade profissional ascendente. É por meio do trabalho que os sujeitos sentem-se importante no meio de convívio e atribui determinadas representatividades sociais. Essa categoria de análise revela um sentido polissêmico e representa significados diversos para o sujeito, desde um simples esforço, até o modo fundamental para a realização do indivíduo, inclusão social e sobrevivência. Ao serem perguntados sobre o que seria o trabalho para a vida deles, a maioria (75%) respondeu “ser tudo”, de modo a refletir a urgência de repensar sobre o acesso ao emprego e à renda. Com isso, 18,8% responderam que o trabalho tem importância razoável, 3,1% informaram que não tem importância e 3,1% não responderam. Muitos jovens vêem o trabalho como necessidade para a subsistência familiar. Boa parcela desse segmento populacional encara como uma oportunidade de aprendizado, emancipação econômica e acesso a bens, lazer e lugares. Além disso, a dignidade está também relacionada ao trabalho, uma vez que todos os seres humanos precisam suprir suas necessidades básicas, como alimentação, saúde, educação, vestimentas, lazer, entre outros. Para Maria Victoria de Mesquita Benevides (2004, p. 47), “O conceito de dignidade adquire outra concretude quando falamos em ‘vida digna’. Esta supõe liberdade e autonomia, mas igualmente condições

socioeconômicas para *viver a vida* e não apenas para sobreviver.” Ao expor a expectativa profissional após concluir o ensino médio, 53,1% dos estudantes afirmaram ser boa, 40,6% razoável, 3,1% relataram que não tem expectativa e 3,1% não responderam. Esses dados, além de reforçar a necessidade do trabalho para a sobrevivência individual e da família, refletem também as expectativas juvenis de inserção profissional, por meio da ampliação do diálogo público e privado, dos programas sociais de inclusão e do acesso à renda. Por fim, a melhoria nas condições de vida dos sujeitos investigados está relacionada com o aumento da autoestima, da maior proximidade das políticas públicas, do acesso à cultura e à desvinculação do estereótipo negativo aos jovens da periferia. Os jovens acreditam que o futuro pode guardar boas surpresas, com condições dignas de trabalho e oportunidade para a ascensão social e cultural.

CULTURAS JUVENIS EM TRANSIÇÃO: NOVOS HORIZONTES DE FUTURO E TRABALHO

Profa. Dra. Ana Luisa Fayet Sallas – Universidade Federal do Paraná
analuisa@ufpr.br
CAPES/PPGSociologia/UFPR

Resumo:

O presente trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa realizada no Brasil e México sobre culturas juvenis partindo de sua articulação e expressão com relação aos processos de transição para a vida adulta. Partimos do conceito de cultura juvenil elaborado por Feixa (1999, 2004) e Rossana Reguillo (2000), articulado aos trabalhos sobre os processos de transição para a vida adulta no Brasil, em Camarano (2006) e em Oliveira, Mora Salas (2008, 2009) no México.

Trata-se de analisar as trajetórias de jovens e dos resultados de uma etnografia virtual, realizada no FACEBOOK, em que foram contemplados temas referentes ao uso do tempo, formas de sociabilidade, expectativas de futuro e suas percepções sobre o mundo do trabalho. Foram 340 questionários respondidos entre jovens do Brasil e do México no período de agosto a novembro de 2012. Essa base de dados foi convertida do googledocs para spss, permitindo maior possibilidade interpretativa dos dados revelados.

Pensar numa cultura juvenil significa levar em conta, de imediato, a multiplicidade de formas de sociabilidade existentes para a vida cotidiana dos jovens, marcada por relações grupais na escola, igreja, família – para mencionar aqui aquelas instituições socializadoras tradicionais e outros agrupamentos como dos jovens de torcidas organizadas, grupos de *punks*, *darks*, *nerdes*, *hip-hop*, *emos*, *rockers*, *floggers* e assim por diante. Entendemos que a cultura refere-se a organização social de sentido, interiorizada pelos sujeitos em forma de esquemas e de representações compartilhadas e objetivadas em formas simbólicas (*habitus*), em contextos historicamente específicos e socialmente estruturados.

Carles Feixa (1999) define as culturas juvenis como um espaço onde as experiências sociais dos jovens são expressas coletivamente mediante a construção de

estilos de vida distintivos. Se estabelecem a partir do tempo livre e no espaço de ócio, e possuem graus variados de autonomia em relação as instituições adultas. Rossana Reguillo (2000) as define como um conjunto heterogêneo de expressões e práticas socioculturais juvenis. São trabalhos de investigação que procuram dar conta das práticas juvenis como processos em movimento, originando duas vertentes de estudos: uma dominada por análises inter-grupais ou de grupos específicos e outra pela análise contextual-relacional, que procura entrecruzá-los aos elementos políticos, econômicos, culturais, sociais e com a memória histórica.

Cada um destes conceitos podem e devem ser vistos em sua historicidade, no seu alcance e validade para o aprofundamento das reflexões sobre as diferentes formas de agrupamentos juvenis, pois existem semelhanças e diferenças no seu processo de constituição. Podemos encontrar grupos *darks*, *punks*, *hip-hop*, *góticos*, *skatistas*, *surfistas*, *skinheads*, *mods*, *floggers*, *emos*, e assim por diante em vários lugares do mundo, como decorrentes do processo de globalização e de formas mais velozes e diretas de comunicação. No entanto, nossa hipótese é que seus sentidos de pertença e os significados de suas expressões são profundamente diferentes entre si, porque mais que expressem práticas culturais parecidas, elas se ancoram necessariamente em contextos sociais e culturais distintos e se inscrevem na vida cotidiana dos jovens também de forma diferenciada.

Procuramos verificar também quais as conexões existentes entre as culturas juvenis e os processos de transição para a vida adulta. Conforme observam OLIVEIRA y MORA SALAS (2008:267) em pesquisa realizada no México, esse processo representa emancipação individual, através do qual as pessoas adquirem maior autonomia e tem maior controle sobre suas vidas, que se expressa entre outras coisas, pelas possibilidades de escolher e atuar de acordo com critérios definidos pelo próprio indivíduo. Nesse sentido as novas formas de organização do trabalho, em especial aquelas que revelam a conversão crescente de estilos de vida para meios de vida ganham maior relevância, já que expressam novos sentidos dados às práticas criativas, para além das formas reconhecidas de expressão, ganhando visibilidade e possibilidades de futuro.

Para os jovens, o processo crescente de individuação implica em assumir novas responsabilidades e novas formas de participação social junto a família, a comunidade e ao conjunto das instituições. No caso do México, verifica-se um processo heterogêneo de transição, tanto do ponto de vista dos itinerários (trajetórias), como em relação à temporalidade (calendário), sequência (ordem) e intensidade (probabilidade de ocorrência), bem como as vivências e significados conferido ao alcance de uma maior autonomia e participação social que caracterizam esta transição. Nota-se que essa heterogeneidade se encontra fortemente influenciada pelas estruturas de desigualdade existentes, as quais marcam diferenças substantivas nos pontos de partida, nas formas de transição e nos resultados alcançados em matéria de autonomia, responsabilidades e participação social, assim como melhores condições de vida e de direitos de cidadania (OLIVERIA, MORA SALAS, 2009:2007).

Se as trajetórias e biografias eram definidas de uma forma linear, esse quadro se alterou profundamente, com maior flexibilidade, incerteza e inseguranças com relação ao futuro. De um lado, há uma alteração na própria relação com o tempo, já que na época moderna, o futuro torna-se o centro da práxis humana. Conforme observa LECCARDI (2005, 37-38), os reflexos desse processo sobre os modelos de ação, sobre os modos de interpretar a realidade, sobre os estilos de vida e os modos de definição da identidade. Os efeitos desse processo sobre a vida juvenil pois essa trajetória biográfica, capaz de garantir um percurso previsível para o ingresso na vida adulta, constitui não mais a regra, mas a exceção. Para os jovens, o processo de des-institucionalização do curso da vida, implica igualmente o conceito de “biografia normal”, comporta o desaparecimento de um aspecto até aqui determinante na reflexão sobre a condição juvenil: a identificação da juventude como um conjunto de etapas, socialmente normativas, que conduzem progressivamente em direção ao mundo adulto (LECCARD, 2005:38)

Conforme observa Krauskopt (2006:176), a compreensão da juventude não pode enfatizar apenas preparação para a vida adulta, em especial em sociedades onde os processos de mudança demográfica, cultural e produtivas colocam os jovens em posições conflitivas do apelo a participação ou de sua recusa. Nesse processo, os jovens fazem sínteses flexíveis, próprias e originais de modelos e identificações que nossa

sociedade e o mundo adulto oferece, levando a produção de um sentido positivo de identidade e da sua condição de sujeito.

Para desenvolver a pesquisa consideramos que no mundo contemporâneo, os elementos significativos da constituição das culturas juvenis marcam: a) uma percepção distinta da política; b) sua percepção do espaço e c) sua percepção do futuro (marcada por diferenças de gênero, classe, raça). Rossana Reguillo assinala que para ler as práticas juvenis e se aproximar de suas identidades é necessário incorporar duas dimensões: a situacional e a contextual-relacional. A dimensão situacional permite: a) a análise inter-grupal de coletivos específicos e os elementos extra-grupais relevantes para a conformação do perfil do coletivo estudado; b) análise das diferentes expressões identitárias que se expressam em um contexto sócio-cultural particular. A dimensão contextual-relacional permite: a) vincular os elementos políticos, econômicos, culturais e sociais, com as condições para a emergência, expressão e manutenção de certas identidades sociais; b) o diálogo aberto com a memória histórica dos processos, que permite entender as continuidades e as rupturas, evitando o risco de “ficção sociológica”. (REGUILLO, 2000:95)

Nessa mesma direção podemos assinalar as observações de Carles Feixa quando nos fala a respeito do termo “culturas juvenis”. Para ele é possível estabelecer comparações trans-culturais em relação às culturas juvenis quando se comparam objetos formalmente idênticos (o estilo punk em Barcelona e na Cidade do México) como estruturalmente semelhantes (juventude urbano-popular) e também porque remetem a processos de circulação cultural vigente em escala planetária. Nesse contexto, as culturas juvenis aparecem como uma resposta sincrética (porque mistura influências do rural e urbano, do popular e do massivo, do local e do internacional) e multifacetada (porque tem diversas faces e se adapta a diversos contextos ecológicos e sociais dos jovens frente as suas condições de vida.

PLANOS INCERTOS, ESCOLHAS POSSÍVEIS: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE FUTURO DE UM GRUPO DE JOVENS MORADORES DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO.

Raquel Brum Fernandes - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Raquel_bfs@hotmail.com

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Estudos sobre grupos jovens de camadas médias do Rio de Janeiro têm já há alguns anos indicado que a construção das identidades nesses grupos não se dá de forma rígida ou definitiva, mas com flexibilidade e transitoriedade (ALMEIDA; EUGÊNIO, 2006; ALMEIDA; TRACY, 2003; ROCHA; ALMEIDA; EUGÊNIO, 2006). Também no que diz respeito ao campo do trabalho, pode-se afirmar que as trajetórias jovens têm apresentado percursos descontínuos, em detrimento da antiga noção de carreira formal, concentrada em uma mesma área e/ou empresa. Maria Isabel Mendes de Almeida e José Machado Pais (2012) defendem que as perspectivas profissionais da juventude são marcadas pela criatividade, através da reinvenção e (re) significação de categorias que tradicionalmente configuram o mundo do trabalho. As atuais conjunturas econômicas, com ampliação da concorrência em várias áreas do mercado, aliadas à multiplicação das formas de comunicação, propaganda e marketing estariam proporcionando o surgimento de novas formas de empreendedorismo criativo. Dessa forma, as trajetórias profissionais não seriam mais construídas de forma exclusivista, com dedicação total a uma determinada área de interesse. Muitos jovens desenvolveriam carreiras paralelas sobre temáticas distintas ou assumiriam trabalhos temporários ou freelancer enquanto se preparam para mudar de área profissional. Na verdade, muitas vezes os projetos temporários constituiriam a totalidade das perspectivas de trabalho dos jovens, tanto pela escassez de cargos estáveis e duradouros no mercado, quanto pela própria preferência de alguns profissionais por horários e formatos mais flexíveis de trabalho. Isso não significa que os jovens não possuam projetos de carreira mais ou menos direcionados e áreas de interesse definidas, nem que não busquem algum tipo de

estabilidade econômica. As formas de fazer isso é que se tornaram mais fluidas, dotadas de diversas possibilidades de escolha e abertas a mudanças no meio do percurso.

No que diz respeito às análises sobre as juventudes cariocas de camadas populares, entretanto, especialmente as faveladas, são constantemente destacadas as peculiaridades da vida social em territórios de pobreza, especialmente naqueles “governados” por organizações de traficantes, que acabariam assumindo um papel determinante na trajetória biográfica desses jovens. Já se tornou popularmente conhecido que dinheiro, armas, mulheres e poder são alguns dos elementos que construiriam o prestígio das lideranças do tráfico, sendo desfilados em tanto maior proporção quanto forem seus cargos no movimento. Os jovens, muitas vezes com famílias desestruturadas, não teriam o suporte e educação necessários para resistirem ao apelo das oportunidades de renda e destaque social. Evadidos da escola, deixariam de receber os valores e princípios pertinentes à socialização formal, além de não completarem a formação educacional necessária para uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho. Estariam resumidas assim, algumas das versões que compõem recorrentemente o painel explicativo acionado na construção da vulnerabilidade da juventude favelada e utilizado muitas vezes para tentar explicar as “causas” de seu envolvimento com o mundo do crime (PICCOLO, 2010; RAMOS, 2011; SENTO-SÉ; COELHO, 2011). Extremamente limitados por contextos sociais de carência, os jovens favelados teriam pouca, quase nenhuma, possibilidade de “escolha” no que diz respeito ao desenvolvimento de carreiras profissionais legítimas. Estariam fadados a empregos temporários ou profissões mal remuneradas, perante as quais o ingresso em organizações criminosas tornar-se-ia ainda mais “atraente”.

Tal reflexão tem incitado, já há vários anos, o desenvolvimento de iniciativas que buscam “orientar” jovens pobres na construção de trajetórias biográficas consideradas legítimas. Tais trajetórias consideradas “saúdáveis”, embora permitam em sua construção certa variedade de interesses e habilidades, permanecem em sua maioria fazendo referência ao modelo tradicional biográfico, que associariam a entrada na fase “adulta” a obtenção de um emprego formal (CARDOSO, 2008). Dentro de tal contexto surgiram os “projetos sociais”, os quais se multiplicaram pelas áreas carentes da cidade

(especialmente favelas e que possuem maior atenção midiática) objetivando oferecer “outras expectativas” e perspectivas de vida aos jovens locais (NOVAES, 2006). Embora noções relativas à afirmação étnica e territorial, assim como a denúncia de abusos e negação da cidadania aos moradores de favelas estejam constantemente figurando como bandeira discursiva de muitos “projetos sociais”, é o tema da inclusão social através do trabalho que parece fomentar a maioria das iniciativas, tanto as que oferecem atividades artísticas, quanto esportivas ou, principalmente, cursos profissionalizantes. Dessa forma, pode-se perceber uma concepção de que o trabalho se opõe diretamente ao desempenho de atividades ilegítimas, as quais seriam fomentadas pela desocupação da juventude (CARDOSO, 2008).

Alguns autores que têm se dedicado a estudar as trajetórias juvenis em classes populares já têm destacado, entretanto, que algumas das “razões” normalmente acionadas para explicar o contexto de vulnerabilidade dos jovens precisam ser relativizadas. Observa-se que as próprias configurações modernas de família, de escola e de perspectivas de futuro seriam imprecisas e não poderiam servir de explicação única ou naturalizada para uma vida de vulnerabilidade social. Do mesmo modo, após entrevistarem jovens de classes populares com diferentes trajetórias individuais, os autores perceberam que os envolvimento com a criminalidade ocorriam, muitas das vezes, de formas ocasionais, não constituindo uma “carreira” criminosa propriamente dita (PICCOLO, 2008, 2010; RAMOS, 2011; SENTO-SÉ e COELHO, 2011). As fronteiras entre o “estar” e o “não estar” no mundo do crime não seriam, para esses jovens, tão definidas como para outros segmentos da sociedade, podendo se alternar com períodos de trabalho formal, por exemplo.

Dentro da pesquisa que tem dado origem a minha tese de doutorado, tenho observado e entrevistado alguns jovens moradores de um complexo de favelas do Rio de Janeiro, a fim de conhecer suas perspectivas de futuro, especialmente no que as relacionam a sua inserção nos “projetos” que passaram a ser desenvolvidos nas favelas após a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora. Em uma análise geral, o que tem se revelado são projetos de futuro incertos, que podem incluir a construção de carreiras formais e socialmente valorizadas em áreas como medicina ou direito, sem que isso implique em

planos em curto prazo de retornar à escola ou de prestar vestibular. Em outros casos, projetos de se tornar Dj ou guia turístico podem ser construídos paralelamente ao investimento em um comércio local ou ao trabalho em uma cooperativa de moto-táxi, por exemplo. Aqui, gostaria de destacar um grupo de quatro jovens, em torno dos quinze anos de idade, que tinham em comum o fato de terem pertencido a um mesmo “projeto” de dança étnica, o qual funcionava na sede da UPP. As meninas afirmavam que queriam se tornar bailarinas profissionais no futuro, que sonhavam em ser famosas e se apresentar por toda a cidade. Ao mesmo tempo, reclamavam do fim das aulas do projeto, que, segundo elas mesmas, teriam terminado devido à baixa frequência das alunas nas aulas. Uma delas afirmava que faria faculdade de Educação Física para obter a habilitação em dança, e que planejava pagar a faculdade com o salário de jovem aprendiz que conseguiria em alguma empresa. Quando, na entrevista, perguntei o motivo das faltas nas aulas do projeto, ela disse que não levava a roupa apropriada na mochila, que não conseguia chegar na hora certa, e que muitas vezes perdia a vontade de ir.

De forma resumida, tenho concluído que as trajetórias jovens em classes populares, assim como em classes médias, podem ser caracterizadas por inúmeros momentos, descontinuidades e até incoerências. Não parece mais concebível na discussão sobre jovens de classes populares, especialmente moradores de favelas, a desconsideração de suas escolhas individuais, de suas trajetórias múltiplas, por mais restritos que seus “campos de possibilidades” possam parecer (e ser). O interesse por carreiras profissionais “formais” não exclui nem é impedido por atividades artísticas ou esportivas. Planos para futuro não precisam necessariamente começar a ser construídos no agora, e isso não quer dizer que sejam apenas fantasias imaterializáveis. Talvez esse seja um resultado da difusão tecnológica que globalizou o acesso a informações diversas, levando com elas modos de vida e perspectivas individualistas. Talvez seja já fruto da ação das políticas e projetos sociais dedicados a oferecer nas favelas projetos de vida mais semelhantes aos desenvolvidos nas classes médias, incentivando a perspectiva “protagonística” (PAIS, 2006; RAMOS, 2006; SENTO-SÉ e COELHO, 2011).

EMPREENDEDORISMO OU AUTOEMPREGO – A REALIDADE DE MICROEMPREENDEDORES DO LITORAL PARANAENSE

Lucia H Alencastro - Universidade Federal do Paraná

luciah.alencastro@gmail.com

CAPES/PROSUP – Doutorado

Coloca-se como objetivo da presente reflexão uma breve análise sobre o empreendedorismo segundo alguns dos seus condicionantes históricos a fim de compreender sua relação com o autoemprego no Brasil. Partiu-se de discussões teóricas abordando ambas categorias para delimitar possíveis encontros e desencontros, assim como sua proximidade com a realidade vivenciada por estes trabalhadores (as), a partir de pesquisa realizada na Universidade Federal do Paraná – UFPR, no ano de 2013.

O termo empreendedorismo deriva do francês *entre-peneur* e ao longo dos séculos passou por diferentes significações e definições. Desde aquele que incentivava brigas até a pessoa que assumia responsabilidades de comando em ações militares. Mas foi no início do século XVIII que o termo foi relacionado às pessoas que conduziam e dirigiam projetos ou criavam e conduziam empreendimentos. (FILION, 1999). Ainda hoje o termo empreendedorismo pode assumir diferentes significados, produzindo algumas controvérsias e confusões sobre o seu sentido, principalmente porque cada pesquisador tende a defender uma definição a partir de sua área de conhecimento.

Para Costa; Barros & Carvalho (2011), o termo empreendedorismo, na atualidade, evoca três grandes abordagens. A primeira nasce sob influência do Behaviorismo ou comportamentalismo e coloca como questões de pesquisa a definição do perfil da personalidade dos empreendedores e a compreensão do seu comportamento. A segunda abordagem encontra suas bases nas teorias gerenciais e volta-se ao dimensionamento das habilidades e competências necessárias ao empreendedor. Finalmente a terceira com forte influência nas discussões atuais, orientada por pressupostos da economia aliam as ideias de inovação, risco calculado e desenvolvimento. Ainda que com bases teóricas distintas, estas três abordagens se articulam em torno do fato de que em uma sociedade fundamentada no mercado, torna-se fundamental a existência de indivíduos capazes de criar e aproveitar oportunidades para garantir seu desenvolvimento econômico, melhorar processos e inventar negócios. (p.183). Nessa perspectiva de análise é

possível considerar que a expansão do empreendedorismo, sobretudo a partir da década de 1980, não ocorre de forma neutra e como sinônimo de liberdade e emancipação do trabalhador, mas encontra relação direta com desdobramentos próprios das atuais configurações do desenvolvimento sócio- econômico balizado pelo capitalismo de mercado.

Paralelamente ao processo de crescimento e fortalecimento do empreendedorismo e, diretamente vinculado ao mesmo, surge à incorporação de bases organizacionais menores como perspectiva do auto-emprego. Para Fillion (1999) a lógica dos pequenos negócios surgiu nos anos de 1920 e na década de 1970 se tornou uma das principais formas de empreendedorismo, sendo nos anos 90 também incorporada a lógica do auto-emprego. Neste caso o autor relaciona diretamente o autoemprego ao empreendedorismo, porém o faz reforçando a ideia dos pequenos negócios e do autoemprego como contido na categoria do empreendedorismo. Ideia esta reforçada e presente na maioria das instituições de divulgação e fomento do empreendedorismo no Brasil e que, muitas vezes, acaba por ocultar questões relacionadas à precarização das condições de trabalho em que vivem estes “empreendedores”, visto que exaltam fatores como iniciativa, segurança e autonomia, aliadas a ideia de sucesso.

Na verdade tais condições parecem bastante próximas do que Vasapollo (2005) denominou dos trabalhadores *atípicos* (terceirizações de diferentes setores de produção e serviço; diferentes formas de empreendedorismo; cooperativismo; trabalho voluntário; terceiro setor etc). Neste caso, o serviço por conta própria, ou mais diretamente o autoemprego, onde geralmente não há horário fixo de trabalho e sim jornadas excessivas, inclusão de outros membros da família com ou sem remuneração, baixa qualificação e busca não pelo acúmulo de capital, mas pela sobrevivência pessoal e familiar.

Antunes (2009) é categórico ao afirmar que o processo vivenciado na atualidade, diferente do processo fordista e taylorista do século XX, de concepção e organização do trabalho, concorre ainda de forma mais perversa para a erosão do trabalho contratado e regulamentado. Nessa lógica, o não trabalho ganha contornos ainda mais dramáticos, pois representa uma grande parcela que não retonará aos padrões de empregabilidade historicamente vivenciados, fazendo surgir então uma forma de precarização do

trabalho na qual compartilham diferentes formas de *subtrabalhos ou autoempregos*. Estaríamos diante de uma nova fase de desconstrução do trabalho sem precedentes em toda era moderna, referindo-se a crise estrutural do capital sobre o conjunto das economias capitalistas, que tem início especialmente a partir dos anos de 1970.

É possível considerar ainda que estes trabalhadores e trabalhadoras ou, os pequenos proprietários informais, operam em áreas pouco atraentes para investidores maiores. Atendem a demanda de bens e serviços localizados e dificilmente terão condições reais de concorrer efetivamente com empresas capitalistas voltadas ao mesmo setor, essas últimas na verdade, é que acabam por definir a forma de inserção no mercado dos primeiros. (ANTUNES, p. 410).

Para Vasapollo (2005), as novas configurações do mercado de trabalho, os novos fenômenos empresariais se conformam em formas ocultas de trabalho assalariado, subordinado, precarizado, não garantido, de trabalho autônomo de última geração, que mascara a dura realidade da eliminação do ciclo produtivo, representando uma nova marginalização social e não um novo empresariado. Ainda coloca a necessidade de investigações capazes de compreender a condição modificada e subjetiva do trabalhador precarizado em relação aos trabalhadores estáveis. Pois, há em curso, uma mudança importante na capacidade de mobilização e organização coletiva destes trabalhadores, dada a falta de representação e consequente dificuldade de se considerar como sujeito coletivo e capaz de exigir direitos e dignidade a sua condição laboral.

Tais pressupostos se confirmam ao analisarmos dados do estudo realizado pela Incubadora de Projetos Econômicos e Sociais da UFPR – Setor Litoral, no ano de 2013, visando à constituição do perfil do empreendedor individual e do microempreendedor da Associação de Micro e Pequenas Empresas do Litoral do Paraná – AMPEC. Esta pesquisa abordou os pequenos empreendedores do município de Pontal do Paraná e contou com a aplicação de questionário composto 49 questões de cunho quantitativo e qualitativo, abordando áreas relacionadas à constituição; gestão; estrutura e ambiente externo dos empreendimentos. No total foram aplicados 36 questionários no segundo semestre de 2013.

Entre os principais resultados desta pesquisa destaca-se a predominância de estabelecimentos atuantes no setor de prestação de serviços e comércio varejista, ou

seja, demandas bem localizadas e com baixo poder de concorrência. Também demonstra a forte presença de mulheres como donas do negócio, predominando ainda proprietários e proprietárias com mais de 40 anos. Destaca-se que a maior parte dos empreendimentos estudados se constitui de uma estrutura tipicamente familiar, 72% dos entrevistados possuem familiares trabalhando no empreendimento, incluindo parentes diretos e, na maioria das vezes sem salário fixo, visto que 75% dos entrevistados (as) indicam não ter uma retirada fixa ou pró-labore determinado. Constatou-se ainda a falta de imóvel próprio como característica predominante dos empreendimentos; processos e controles de gestão precários sem recursos informatizados; licenças e alvarás desatualizados ou inexistentes. Além disso, grande parte dos entrevistados indica falta de políticas públicas de apoio e dificuldades de acesso ao crédito, pois muitas vezes não conseguem comprovar renda e encontram um excesso de burocracia.

Ao analisarmos a mobilização da categoria em torno de organizações coletivas, observa-se a predominância do trabalho solitário e, conseqüentemente, baixo poder na busca e conquista de direitos e avanços reais a partir de alternativas coletivas. No entanto, ressalta-se a importância do trabalho da AMPEC, a qual todos os entrevistados (as) são filiados. Em apenas três anos de existência, esta organização tem realizado um importante trabalho de mobilização, encontro e ações de qualificação destes trabalhadores (as). Contudo, sua atuação acompanha a pauta nacional e estadual de atividades voltadas ao empreendedorismo, atuando diretamente a partir de concepções e pressupostos balizados segundo uma lógica bem específica e determinada – o liberalismo como condição ao desenvolvimento econômico. Portanto, parece não avançar muito em aspectos críticos sobre a real situação social e política destes sujeitos, sobretudo no tocante a sua identidade como empreendedor ou como dono do seu negócio por questões estritamente relacionadas à sobrevivência pessoal e familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUNÇÃO, Fátima. **Do emprego à empresa? Uma reflexão sobre o auto-emprego, a pequena propriedade e o empreendedorismo.** VI Congresso Português de Sociologia: Mundos Sociais Saberes e Práticas. Universidade Nova de Lisboa.

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Jun. 2008. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/407.pdf>. Acessado em: 12/06/2014.

ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

_____. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2009.

FILION, Jacques Louis. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios.** IN: Revista de Administração, n.2. vol.34. abril/junho. São Paulo, 1999. P. 05-28.

Freire, J. et al. (1992) **Os trabalhadores independentes”, Organizações e Trabalho.** APSIOT, nº 7/8, pp. 29-43.

GOMES, Rodrigo Campos. **O auto-emprego no Brasil: uma análise dos fatores determinantes.** MESTRADO EM ECONOMIA POLÍTICA. PUC/SP. SÃO PAULO. 2009. Pesquisado. Disponível em: www.sapientia.pucsp.br/tde.../Rodrigo%20Campos%20Gomes.pdf. Acessado em: 14/06/2014.

VASAPOLLO, Luciano. **A Precariedade como Elemento Estratégico Determinante do Capital.** PESQUISA & DEBATE, SP, volume 16, número 2(28), pp. 368-386, 2005.

NOVAS MORFOLOGIAS DO TRABALHO E PRECARIZAÇÃO: UM DEBATE SOBRE AS STARTUPS DO VALE DO SILÍCIO MINEIRO

Ana Beatriz Melo
Doutora em Ciências Sociais pela PUC Minas
melo.ana.bh@gmail.com

Essa proposta tem por objetivo discutir as novas realidades de trabalho associadas às atividades de inovação tecnológica com ênfase na questão da precarização. Aponta como contexto empresas de pequeno porte conhecidas como “startups” compostas majoritariamente por jovens recém-formados em cursos de informática, administração e marketing que buscam um modelo de negócios repetível e escalável para criação e oferta de ideias, produtos e serviços em meio digital. Propõe-se a sistematização de uma revisão bibliográfica com base na literatura das Ciências Sociais e em publicações especializadas sobre as startups, bem como a apresentação de uma primeira problematização sobre o trabalho desenvolvido nessas empresas com foco nos processos de precarização.

Para conhecer e se aproximar melhor do cenário atual de explosão do número de startups ocorrido em âmbito internacional e local é necessário considerar as várias morfologias apontadas pelas formas recentes de inserção ocupacional, a ideia de precarização e a importância que o segmento tecnológico-informacional vem adquirindo no mundo do trabalho.

Nas últimas três décadas, ocorreram importantes mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas que resultaram na consolidação e no desenvolvimento de um novo regime de acumulação capitalista caracterizado, por um lado, pelos processos de globalização, desterritorialização e financeirização do capital e, por outro, por significativas transformações nas relações de trabalho e emprego. A partir desse novo regime, parcelas crescentes da população se viram cada vez mais dependentes de atividades norteadas pela precariedade, pela informalidade e pela terceirização para gerar trabalho e renda diante dos inúmeros obstáculos impostos por um mercado sem fronteiras altamente excludente e competitivo.

Nesse cenário, o trabalho assume uma nova morfologia, uma nova polissemia, cujo traço mais visível encontra-se em sua natureza multifacetada. Essa nova morfologia abrange desde o operariado industrial e rural, que vem diminuindo, até os assalariados do setor de serviços e os trabalhadores terceirizados, subcontratados e temporários, em expansão.

Essas transformações designam uma fase de precarização estrutural do trabalho.

Nesse contexto, a classe trabalhadora se depara com um movimento pendular que abrange tanto a perenidade de trabalhos mais qualificados, intensificados em ritmos e desprovidos de direitos vinculados geralmente a um contingente específico denominado infoproletariado (caso dos trabalhadores de empresas de tecnologia, inovação e informação como as startups) quanto a superficialidade de atividades informalizadas em que predominam trabalhadores menos qualificados com frequência em situação de vulnerabilidade social e exclusão do mercado formal. Esse movimento revela uma característica constitutiva – a presença de outras modalidades e modos de ser da precarização – e ganha especial importância e força entre as últimas décadas do século XX e o início do XXI, período de reestruturação produtiva e de flexibilidade toyotizada, ditando tendências de continuidade e ruptura em relação ao regime fordista.

Nessa fase, as atividades relativas à precariedade vêm impactando todos os trabalhadores, independentemente de seu estatuto e qualificação, produzindo processos de degradação das condições de trabalho, dos rendimentos auferidos, da estabilidade e das características do vínculo empregatício, da vitalidade da ação sindical e até mesmo da saúde dos próprios trabalhadores.

Essas atividades não são novidades dos últimos tempos. Assim como as formas atuais de informalidade, elas representam velhas práticas ressignificadas, que se difundiram nas últimas décadas, levando a um processo de regressão social. A precariedade passa, portanto, a ocupar um lugar estratégico e decisivo nas engrenagens da produção capitalista e deixa de ser algo residual e periférico para se institucionalizar, difundindo-se de forma generalizada.

Nesse cenário de competitividade e modernização, as práticas de inovação tecnológica e informacional ampliadas a partir do fenômeno das startups vêm

assumindo especial importância para um segmento cada vez maior de jovens à procura de novas formas de geração de trabalho com alta rentabilidade.

As startups são empresas organizadas com baixos custos iniciais que buscam criar e desenvolver ideias, serviços e produtos com base num modelo de negócios inovador, replicável e escalável em meio a condições de mercado pautadas pela instabilidade e imprevisibilidade.

Esse contexto de incertezas se traduz no fato de que não há como prever se um projeto desenvolvido numa startup será bem-sucedido ou, ao menos, sustentável. A aprovação de uma ideia e a captação de investimentos constituem objetivos centrais a ser alcançados pelos jovens empreendedores diante de um mercado dinamizado por constantes oscilações e flutuações, o que faz das startups atividades de alto risco.

O modelo de negócios designa a forma como as startups geram valor. Esse modelo deve ser repetível na medida em que os produtos criados são fornecidos em escala potencialmente ilimitada sem a necessidade de significativas customizações e adaptações. Isso pode ocorrer tanto a partir da venda de uma mesma unidade de produto inúmeras vezes quanto através da permanente disponibilização dessas unidades, independentemente das demandas.

Além de ser repetível, esse modelo deve ser escalável, ou seja, deve ser capaz de propiciar a startup o maior crescimento possível em receita à curto prazo com baixíssimas despesas. Nesse sentido, a empresa deve gerar cada vez mais riquezas e lucros a partir da ampliação máxima da margem receita-custos.

O termo startup associado às empresas recém-formadas e rentáveis se popularizou durante a década de 1990, período em que ocorreu a “primeira bolha da internet”.

Nessa fase, muitos jovens empreendedores com ideias ligadas à inovação tecnológica encontraram financiamento e mercado para seus projetos que se mostraram bastante lucrativos e sustentáveis. Grande parte desses jovens passou a integrar startups que atingiram significativa expansão na região conhecida como “Vale do Silício”, na Califórnia, Estados Unidos. Daí, surgiram importantes empresas, modelos de startups, que atualmente são líderes em seus setores de atuação como Google, Apple e Microsoft.

Ao longo dos anos 1990 e 2000, o fenômeno das startups encontrou no mercado brasileiro um território fértil e relevante para a consolidação e a expansão de suas atividades. O Brasil atualmente conta com aproximadamente 10 mil empresas de inovação tecnológica deste tipo e apresenta negócios representativos no mercado internacional como Samba Tech, Instagram e Buscapé.

Nesse contexto, o município de Belo Horizonte vem despontando como importante pólo de inovação tecnológica e informacional, agregando um número cada vez maior de empreendimentos.

Na capital mineira, em 2011, um grupo de jovens recém-formados em cursos de marketing, administração e informática criou iniciativas de inovação tecnológica no bairro São Pedro, atraídos pela infra estrutura e pelos preços de aluguel dos escritórios, considerados por eles razoáveis em relação aos cobrados em localidades vizinhas. A partir do sucesso dos primeiros empreendimentos que ganharam prêmios nacionais de startups, novas iniciativas foram instaladas dando origem a uma comunidade digital interconectada que ganhou o apelido de “San Pedro Valley” e/ou “Vale do Silício mineiro”.

Essa comunidade hoje em dia compreende cerca de 200 startups, sendo que a grande maioria são empresas em estágio inicial de desenvolvimento, com em média 2 anos de existência, de pequeno porte com até 3 trabalhadores. A explosão das startups na capital mineira tem chamado a atenção da iniciativa privada a partir de investimentos nacionais e estrangeiros e do poder público através do desenvolvimento de programas que fomentam o empreendedorismo digital como o equity free SEED (Startups and Entrepreneurship Ecosystem Development), escritório compartilhado que reúne startups e financia projetos de jovens empreendedores do setor tecnológico (LAIM, 2013).

A partir desse cenário, cabe questionar: Quais seriam os principais aspectos e tendências da realidade de trabalho vigente atualmente nas startups? É possível evidenciar um caráter de precarização nessas atividades? De que forma essa precariedade se revelaria?

Esses questionamentos compõem uma problematização inicial a partir da qual surgirão novas reflexões e análises acerca de um fenômeno tão dinâmico, relevante e complexo

quanto as recentes modalidades de inovação tecnológica empreendidas por jovens a partir das startups.

GERAÇÃO ESTAGIÁRIA: UMA NOVA CONDIÇÃO DE INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO?

Maya Damasceno Valeriano, doutoranda em Ciências Sociais, UNICAMP

maya.valeriano@gmail.com

bolsista do CNPq

A presente pesquisa tem por objetivo avaliar qual o significado que o crescente emprego de estágios de estudantes em empresas adquire socialmente, principalmente o impacto sobre a forma de inserção de jovens no mercado de trabalho, e a influência sobre as estratégias dos próprios jovens na sua busca por um espaço neste mercado em constante transformação. Como pensar o estágio, considerando seu duplo caráter, sendo simultaneamente trabalho e formação? O estágio é definido juridicamente enquanto uma atividade de formação, porém a forma intensiva como tem sido utilizado por empresas pode indicar uma desvirtuação de sua função educativa para uma relação de emprego disfarçada com direitos trabalhistas reduzidos.

O crescimento dos estágios em empresas tem se tornado uma realidade presente em diferentes países. Variando em suas prescrições jurídicas a premissa é, no entanto, a mesma; um programa de alternância entre escola e empresa em que os estudantes qualificam sua formação profissional através de uma experiência de trabalho. Essa experiência de trabalho, no entanto, não se dá através de um emprego, mas um contrato de estágio com duração e direitos limitados. Outra face dessa realidade, que se mostra presente nos diferentes países, é o abuso da contratação de estagiários para substituição de força de trabalho permanente. Mas como podemos analisar essa realidade mundial de forma a lhe dar uma coerência diante de suas especificidades locais? Buscamos no conceito de geração um instrumento analítico para compreender a situação específica que se encontra a juventude de hoje. É destacado que a condição transitória que caracteriza a juventude, e por vezes apontada enquanto a razão de sua instabilidade no meio profissional, é hoje agravada pela circunstância específica de sua geração, esta

sendo a crescente precarização dos postos de trabalho, diante das transformações do capitalismo recente.

O estágio se apresenta hoje como um elemento importante de diferenciação pessoal na formação, reforçando a individualização da conquista do lugar no mercado de trabalho. Mas a qualificação não pode ser tomada como inerente em qualquer experiência de estágio; em muitos casos existe uma distinção entre o que é o estágio de como ele está sendo empregado. A atividade de estágio é tida como um fator importante de avaliação das competências do estudante para o mundo do trabalho. A noção de competência, sendo um termo polissêmico, permite que seja facilmente utilizado nas diversas disciplinas escolares, assim como transitar em diversos meios do mundo do trabalho. Se há alguma concordância em torno de sua definição, esta se traduz na centralização em torno do indivíduo e que está fundamentalmente pautada na ação deste. Na escola será o aluno o sujeito, responsável por sua trajetória escolar, refletida diante de suas habilidades específicas, e sobretudo sua capacidade de agir sobre tais habilidades. Da mesma forma no âmbito profissional, o trabalhador é responsável por sua trajetória, seu sucesso na carreira, sua capacidade de se manter atualizado, adaptado às transformações no mercado de trabalho. Opera-se uma transferência da responsabilidade de uma situação estrutural para o indivíduo. Trabalho e educação não são mais vistos como direitos, mas como obrigações que o indivíduo deve se encarregar em conquistar.

No Brasil o contrato de estágios data de 1967 e ao longo das quase cinco décadas em que está presente em nosso cenário a legislação que o regula foi lentamente sendo desenvolvida e aperfeiçoada. Passando de um simples decreto ministerial em 1967, teve a primeira lei promulgada em 1977, que perdurou três décadas, mas não sem modificações significativas delimitando o caráter da atividade de estágio e a quem cabe sua responsabilidade, ao mundo do trabalho ou da escola. No ano de 2008 uma nova lei é sancionada com redação minuciosa corroborando seu caráter híbrido. Enquanto é destacado que esta é uma atividade exclusivamente de formação, negando o vínculo empregatício, lhe é assegurado direitos pertencentes ao mundo do trabalho, como remuneração obrigatória, férias remuneradas, jornada de trabalho determinada.

É importante avaliar o processo de normatização dessa forma contratação, e entender que a delimitação legal do contrato de estágio acompanha um processo concreto de relações sociais em vigência. Debates em torno da norma legal revelam projetos sociais em disputa, e a lei fixada e sancionada corrobora o projeto de sociedade de uma parte que se quer difundir enquanto valor universal. Resultam de um processo social de múltiplos e diversos agentes, que é objetivamente orquestrado mas sem um maestro, que por fim incide no agravamento daquilo que procuram combater, neste caso, a inserção de jovens no mercado de trabalho cada vez mais instável.

O estágio tem se revelado como realidade internacional, ainda que variando bastante em suas prescrições legais e por consequência suas práticas efetivas. Na França a análise sobre as políticas de inserção de jovens no mercado de trabalho tem longa data, uma vez que o emprego juvenil começa a ser alvo de políticas públicas desde a década de 1970. Análises do processo de criação das políticas de inserção, de uma perspectiva crítica, informam a associação destas à criação de um paradigma estatal-empresarial da “empregabilidade”, e da substituição do conceito de desempregado por “inimpreável” estigmatizando o indivíduo. Como no Brasil, os projetos de inserção se orientam para a relação com a escola, e a denúncia da insuficiência do sistema escolar para adequação ao trabalho. Começam as primeiras ações jovens valorizando a “missão educativa” a empresa e que perduram até hoje através do “princípio da alternância”, ligação essencial entre escola e empresa.

A Argentina também apresenta um programa de estágio similar ao brasileiro, cuja legislação mais recente data das transformações neoliberais direcionadas a flexibilizar a contratação de trabalhadores. Criado em 1992, ao longo dessa década foi se tornando prática latente de subcontratação, que poderiam ter duração de até quatro anos e remuneração facultativa. Em 1999 uma lei limitando o tempo do estágio a um ano é aprovada, mas logo em seguida revogada. Em 2008 é promulgada uma nova lei do estágio, mesmo ano em que ocorre a modificação legal no Brasil. Os avanços na lei são significativos, e demonstram as disputas em torno do estágio, denunciando seu abuso por parte de empregadores. No entanto assim como no Brasil, não é alterado a definição da atividade enquanto prática formativa e, portanto, não há vínculo trabalhista.

Esses dois exemplos apenas uma situação que está presente em diversos outros países, e levantam a questão de se há uma nova condição de inserção de jovens no mercado de trabalho presente mundialmente. Nota-se que o crescimento da figura do estagiário no mercado de trabalho está vinculado em todos os países com o contexto de implementação de políticas neoliberais de flexibilização dos postos de trabalho. Da mesma forma a realidade de um crescente desemprego juvenil acompanha esse quadro nos diferentes países. Num contexto de transformação rápida do processo produtivo, é difundido que a necessidade de novas competências coloca em evidência a defasagem da escola em relação à empresa, um ensino demasiado teórico em contraposição à empresa que tem que se manter a par das novas técnicas e necessidades do mercado. Por isso a empresa é colocada como espaço educativo e a formação/qualificação é posta como saída para o desemprego dos jovens.

O conceito de geração se mostra um instrumento de análise interessante para contrapor à ideia que a realidade presente é uma mera característica da fase da juventude em que a transição faz parte do processo de entrada no mercado de trabalho. Uma nova realidade geracional está diante dos jovens que hoje estão entrando no mercado de trabalho e que se caracteriza pela falta de vínculos duráveis, do qual o contrato de estágio se apresenta como uma das expressões desse processo. O fato que estes jovens ingressam em um mercado profundamente modificado, desigual daquele a que outras gerações enfrentaram ao começar sua vida ativa marca um processo de diferenciação social. A tese de um efeito cicatriz sobre os impactos geracionais defende que um tempo de inserção no mercado de trabalho mais longo tem um efeito sobre toda a vida. A fragilidade dos anos de estruturação dos indivíduos, levando ao adiamento de sua possibilidade de emancipação, afeta todo o percurso social do jovem, suas relações familiares, de habitação, e não somente sua carreira profissional. Geração é uma categoria relevante para a análise, indicando condicionantes históricas nos quais os indivíduos são lançados e que impactam a estrutura social.

MÚSICA, TRABALHO E CURTIÇÃO: ESTUDO DE UM COLETIVO JUVENIL NA CIDADE DE MACEIÓ/AL

Roberta Bastos de Carvalho – Universidade Federal de Alagoas

robertabastosc@gmail.com

FAPEAL – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas

INTRODUÇÃO

Diante de alterações suscitadas pela contemporaneidade, novas relações demandam novos olhares e categorias analíticas. Nesse contexto, a relação entre o jovem e o trabalho também é formador de novos questionamentos: seja pelo entendimento de novas combinações e funcionamentos do fazer profissional e sua respectiva significação, como também pela forma que é mediada em sua trajetória de vida.

Dessa maneira, esse trabalho, proveniente do contato com a atividade de Iniciação Científica, procura refletir acerca de aspectos que atravessam a temática da profissionalização jovem, especificamente sobre a atuação do Coletivo Popfuzz, grupo juvenil envolvido com o fomento da cena cultural e independente alagoana e que, ao longo do seu percurso de formação, profissionalizou sua atividade, reconhecidamente marcada, sobretudo, pelo engajamento com a música. Nesse sentido, busca-se compreender a maneira que o grupo enxerga e estabelece relação com suas atividades laborais.

METODOLOGIA

Os desdobramentos do trabalho se deram a partir do acompanhamento das atividades do Coletivo Popfuzz, com sede-moradia localizada, atualmente, no bairro da Pitanguinha, no endereço Rua Desportista Orlando Gomes de Barros, em Maceió/AL. Para tanto, utilizou-se da técnica da observação-participante nos seus diferentes circuitos de atuação, que reúnem festivais, festas, mostras cinematográficas, oficinas e

fóruns de discussão. Além disso, teve-se auxílio de entrevistas semiestruturadas com seus membros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Coletivo Popfuzz

A atual dinâmica de produção cultural de Alagoas manifesta alterações no processo de planejamento e diálogo com os diferentes atores envolvidos. Em meio ao panorama, o Coletivo Popfuzz é uma das figuras significativas na articulação do processo. Em seus 10 anos de atuação, lança esforços para fomentar a cena autoral e independente do Estado.

Hoje, possui uma sede-moradia, localizada em Maceió/AL e é formado por 22 membros, sendo 5 no formato de dedicação exclusiva, ou seja, moram na sede e trabalham de forma direcionada para tal, os demais compõem o grupo de colaboradores. Ademais, contam com uma quantidade imensurável de parceiros, principalmente porque é vinculado ao Circuito Fora do Eixo, rede nacional de coletivos engajados em ações voltadas para a produção artístico-cultural. Expressa também valorização aos processos de criação, restringindo-se não somente ao produto final.

“Viver do Rock” à rede colaborativa

Embora se manifeste de maneiras diversificadas, as percepções, sensibilidades e dinâmicas do fazer profissional jovem sofreram significativas alterações no contexto das sociedades contemporâneas, como aponta Almeida (2012) em seu trabalho sobre os movimentos de profissionalização da criatividade e criativização da profissão, assim como nuances de novos entendimentos da relação autor e criação.

Percebe-se um movimento de despolarização entre campos de atuação profissional, geralmente dividido em dois domínios: um marcado por atividades artístico-expressivas, marcadas pela valorização da criatividade e expressividade, e outro referente às vocações executivas, ligadas aos valores de profissionalismo, competência e desempenho. Dessa maneira, pensar uma profissionalização da criatividade, assim como uma criativização da profissão, é reconhecer uma flexibilidade

entre as fronteiras distintivas, de modo que propicie uma mútua troca de atributos (ALMEIDA, 2012)

É diante de tais perspectivas que, ao se debruçar sobre a história do coletivo e ao observar a trajetória de seus projetos frente a um campo de possibilidades (Velho, 2005), pode-se reconhecer aspectos de uma profissionalização do que, inicialmente, se configurou como uma diversão, delineando o movimento dessa nova tendência de equilíbrio entre criatividade e produtividade.

As primeiras ações do coletivo estiveram distantes de toda organização atual. Inicialmente, estiveram voltadas para o desejo de abrir espaço para as bandas de amigos, que, por ter estilos pouco populares, tinham dificuldades de inserção e visibilidade. Diante disso, tais esforços cristalizam-se em 2005 para a realização da primeira edição do Maionese, festival-marca do coletivo.

Entretanto, o movimento configura-se muito mais como uma diversão e pouco a pouco ganha aspectos de formalização. As reuniões e planejamentos tornam-se mais frequentes. Eis que no final de 2009 Maceió recebe a visita do Fora do Eixo, na tentativa de aproximar aqueles que atuavam no cenário cultural da cidade para sua rede de atuação.

Esse encontro provoca choque entre os próprios membros do coletivo quanto à decisão de se unir ou não a tais parceiros.

“Uma parte do coletivo estranhou de vez, tipo: ‘não, não quero me meter com esse povo, vamos ficar aqui na nossa mesmo, fazendo os nossos showzinhos e sem ter que se profissionalizar’; e uma outra parte não: ‘não, vei, isso aí pode ser legal pra gente, a gente não quer trabalhar com isso? Então, eu acho que a gente tem que ir por aí’.” (Nina Magalhães, 28 anos, arquiteta e membro do Coletivo Popfuzz – núcleo de sustentabilidade).

Mesmo com hesitação e choque de ideias, dar continuidade ao projeto de dedicação à música significou também uma alternativa ao processo de profissionalização formal, apontado como insatisfatório.

“Tinha gente se aproximando de formatura nos seus cursos e não estando muito contentes com aquilo que tinha que fazer. (...) E aquilo não era o que de fato todo mundo queria fazer, todo mundo queria se dedicar mais ao

coletivo mesmo, mas era uma coisa muito insegura” (Nina Magalhães, 28 anos, arquiteta e membro do Coletivo Popfuzz – núcleo de sustentabilidade).

Com isso, acolher esse mundo de pessoas que “viviam de cultura” alterou algumas dinâmicas do grupo ou conceituou e formalizou muitas das práticas já realizadas. As mudanças ocorreram também na forma de enxergar a condução das atividades, apontando para a ampliação de diálogos, ações e parceiros.

“A gente teve que perceber que não tinha como você pensar em “fazer cultura” dentro da cidade ou pensar em “viver de rock”, que a gente dizia no começo da história do coletivo, se você não pensasse em fomentar a cultura. Porque o rock não tinha como viver sozinho na cidade, ele precisa que todas as outras coisas estejam funcionando bem. A gente (...)tinha que dialogar com a galera com o que desse pra dialogar.” (Nina Magalhães, 28 anos, arquiteta e membro do Coletivo Popfuzz – núcleo de sustentabilidade)

“No momento em que a gente percebe que uma das maiores questões, maiores dificuldades do setor cultural alagoano é uma dificuldade política, a gente começou a perceber que a gente precisa tá dentro desse âmbito também, né?” (Nando Magalhães, 26 anos, psicólogo e membro do Coletivo Popfuzz – núcleo de sustentabilidade e articulação política)

Nessa mesma linha, percebe-se, através da “formação livre”, a possibilidade de uma performatividade, alicerçada pelo experimentalismo e aventura, opondo-se a uma ideia dura e fechada de formação do especialista (ALMEIDA; EUGÊNIO, 2011).

“O audiovisual tá crescendo inicialmente ainda agora, aí tem muita demanda de profissionais da área e a gente tem pouco profissional na área. Acaba a pessoa se metendo no meio do negócio sem ter muita experiência. Então quando eu fiz, eu não tinha nenhuma experiência, mas a partir do primeiro, aí faz o segundo, aí é um pouquinho melhor, aí o terceiro já vai sair bem melhor que o primeiro e vai rolando. Então vai fazendo assim mesmo, mesmo sem conhecer o negócio, vai pedindo dica a um e ao outro e a galera vai ajudando e você vai conseguindo fazer. É massa.”. (Nina Magalhães, 28 anos, arquiteta e membro do Coletivo Popfuzz – núcleo de sustentabilidade).

CONCLUSÃO

Apesar do caráter inconcluso da pesquisa, é possível perceber a escolha da profissionalização do engajamento com a música como uma tentativa de equilíbrio entre prazer e trabalho.

Por outro lado, como forma de driblar as dificuldades na expansão do fazer, foi observada a valorização e a prática do crescimento em rede, pautado por uma série de princípios que convergem para uma postura colaboracionista e aprendizado pela experiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; PAIS, José Machado (orgs.). **Criatividade, Juventude e novos horizontes profissionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGÊNIO, Fernanda. **Autonomias tácticas: criatividade, liberação e inserção profissional juvenil no Rio de Janeiro**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, 2011.

PAIS, José Machado. **Buscas de si: expressividades e identidades juvenis**. In: Mendes de Almeida, Maria Isabel; Eugênio, Fernanda. *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

PAIS, Machado. **A construção sociológica da juventude: alguns contributos**. In: *Análise Social*. Vol. XXV, 1990.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

Juventude e profissionalização da criatividade: dificuldades e estratégias para sua inserção no mercado

Aline Zacchi Farias (UFSCar); Carla Regina Silva (UFSCar)

Linef51@yahoo.com.br; carlars@ufscar.br

Instituição financiadora: CNPQ

A juventude, dada inclusive sua relevância numérica, tornou-se uma categoria social importante no Brasil. A educação, a profissionalização e o acesso ao trabalho são direitos presentes na Constituição Federal Brasileira para essa população (Brasil, 1988). Porém, Corrochano et al (2008, p.9) afirmam que a maioria estão “vivenciando um momento singular nesse século XXI no país em relação a dificuldade de acesso aos estudos e a inserção no mercado de trabalho.

Segundo Marquez (1997), a educação e o trabalho significam um rito de passagem entre a infância e a fase adulta, contribui para a formação na identidade dos mesmos, além de significar uma possibilidade de melhores condições de vida. Portanto, outras possibilidades de profissionalização, e consequentemente outros caminhos para a entrada dos mesmos no mercado de trabalho devem ser priorizados.

A profissionalização da criatividade vem sendo apontada como um novo meio de inserção no mercado de trabalho. Isso se deve, segundo De Massi (2002), o fato de a criatividade possuir um papel fundamental e de destaque que antes não possuía. Ela vem sendo considerada força motriz para uma nova economia que envolve indústrias e setores criativos (Costa, 2001). Referendada pela Conferência das Nações Unidas para o comércio e Desenvolvimento (2004), introduzindo programas e atividades que envolvam tais setores criativos (UNESCO, 2013).

A Política Nacional da Juventude (2006) aponta a necessidade do estímulo e espaços culturais e a criação de programas que permitam essa profissionalização por meios artísticos. O empreendedorismo também é apresentado como uma possibilidade concreta de inserção no mercado de trabalho.

Estas questões fundamentam a pesquisa de iniciação científica “Juventude, empreendimentos criativos e tecnologia social” que apresenta seus resultados parciais.

MÉTODO

Foram utilizados dados do mapeamento “Juventude, arte e empreendimentos criativos” no qual foram selecionados artistas e grupos que desenvolvem seus trabalhos nas expressões dança, circo, teatro, música, artes visuais, artes manuais e outras, pertencentes ao município de São Carlos-SP, cujos critérios de participação eram ser jovens, de 15 a 29 anos (SNJ, 2008), ativos em suas diferentes expressões artísticas e ter como objetivo a profissionalização de sua arte ou o intuito de profissionalizar outros jovens.

Foram realizadas entrevistas, a partir de um questionário semiestruturado, com 24 participantes¹⁵ do mapeamento prévio. Tais questões abordavam as dificuldades; soluções e estratégias que os grupos identificaram ao analisar como seu processo de profissionalização. As respostas foram gravadas, transcritas e tabuladas e todos os procedimentos éticos foram respeitados.

RESULTADOS

Na questão “Quais as maiores dificuldades/demandas para a profissionalização da criatividade e continuação/melhoria do trabalho desenvolvido” as categorias e suas análises se pautam em:

Tabela 1 – Dificuldades e Demandas

Categorias	Questões apresentadas
Recurso financeiro e Infraestrutura	<p>Falta de recursos financeiros para transporte; compra de equipamentos; de figurinos; manutenção de um espaço próprio.</p> <p>Necessidade em ter outro trabalho ou atividade remunerada; não há dedicação integral para a atividade artística.</p> <p>Dificuldade na escrita de projetos e queixas em relação a ausência de devolutivas quando negado.</p> <p>Falta de espaço referência para divulgação do trabalho.</p> <p>Falta de tempo ou recursos.</p>

¹⁵ Na expressão dança foram analisados seis grupos, no teatro três; na música nove; no circo dois e em artes visuais e manuais outros quatro grupos.

Políticas públicas	Falta de políticas públicas que incentive e financie a produção cultural; Poucas possibilidades de financiamento de projetos por meio de editais, ou outras estratégias.
Reconhecimento	Falta de reconhecimento da prefeitura; da população; não valorização social do trabalho.

Para a questão “Quais seriam as soluções que o grupo poderia propor hoje para essa profissionalização (estratégias técnicas, gestão ou outras)?” obteve-se:

Tabela 2: Soluções

Categorias	Unidade de Análise
Recurso financeiro e Infraestrutura	<p>Efetivar parcerias privadas ou públicas Obtenção de recurso financeiro ou estrutural.</p> <p>Vender os produtos originados do trabalho para captação de recursos e divulgação.</p> <p>Conquista de espaço próprio para a realização dos eventos culturais, mostra e venda da expressão, assim como, ensaios e manutenção do grupo.</p>
Política Pública	<p>Ter incentivo Público; Reconhecimento público; incentivo à produção cultural; maior diálogo com o poder público;</p> <p>Ter maior experiência e habilidades para a escrita de projetos e editais, reconhecer os processos avaliativos de editais públicos;</p>
Reconhecimento	<p>Marketing/Divulgação - Contratação de pessoas para esse trabalho.</p> <p>Buscar apoio do poder público para campanhas de incentivo ao consumo cultural.</p>
Trabalho	<p>Obter mais Técnica/ Especialização - cursos, workshops; congressos.</p> <p>Criação de rede de contatos com outros grupos - Formação de parcerias; troca de experiências com outros grupos.</p>

Para a questão “O grupo já buscou se apropriar de estratégias para essa profissionalização?”, temos que os grupos apresentam a busca por reconhecimento através do trabalho de base com grupos e populações que tem pouco acesso aos bens culturais, no sentido de formar para a apreciação estética e artística. A oferta de aulas e cursos aparece no sentido de ofertar recursos extras e possibilitar a produção de espetáculo e a manutenção do próprio artista, por exemplo. A busca do aprimoramento profissional por meio de técnicas, cursos e consultorias também foram apontadas, uma vez que, não há cursos superiores nas áreas das artes (exceto música e artes visuais) na região. A existência dos editais ainda que de forma insuficiente é reconhecida como de fundamental importância para a criação, produção e divulgação artística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram observados que apesar dos setores criativos e a profissionalização da criatividade estarem sendo apontadas como uma nova possibilidade para os jovens como um meio de inserção no mercado parece existir ainda poucas estratégias e incentivos para que os grupos artísticos concretizem isso de fato.

Muitas são as demandas e dificuldades encontradas, como a captação de recursos financeiros, que se mostra fortemente presente, interferindo diretamente na possibilidade da dedicação integral à arte, como também é enfrentada a falta de estrutura, espaço, equipamentos ou divulgação dos trabalhos.

Concomitantemente o movimento por soluções e estratégias, se depara com a ampla concorrência que é considerada desequilibrada, uma vez que produtores culturais de grande e pequeno porte lutam pelos mesmos recursos oferecidos via leis de incentivos fiscais (Botelho, 2001). Além disso, vimos a fragilidade das habilidades empreendedoras que não estão integradas às artes.

Através desse estudo foi possível identificar a emergência de políticas públicas que apoiem e promovam que os grupos continuem no mercado através da profissionalização de sua arte, como também da promoção de capacitações em relação ao empreendedorismo para que ocorra de modo mais efetivo a entrada nesse mercado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. I. M.; PAIS, J. M. **Criatividade, juventude e novos horizontes profissionais**. 1º. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2012. 294p.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Botelho, I. **Dimensões da Cultura E Políticas Públicas**. São Paulo em Perspectiva, 15(2) 2001.

CORROCHANO, M.C; FERREIRA, MARIA, I.C; FREITAS, M.V E SOUZA, R. **Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para políticas públicas**. São Paulo: Ação Educativa, Instituto ibi, 2008.

COSTA, A. M.. O talento jovem, a internet e o mercado de trabalho da “economia criativa”. **Psicologia & Sociedade**, 23(3), 554-563, 2001

DE MASI, D. **Criatividade e grupos criativos**, Vol. 2: fantasia e concretude. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

MARQUEZ, M.O. Escola noturna e jovens. **Revista Brasileira de Educação**, n. 06, set. dez., 1997.

BRASIL, Política Nacional de Juventude: **diretrizes e perspectivas/ Regina Célia Reyes Novaes, Daniel Tojeira Cara, Danilo Moreira da Silva, Fernanda de Carvalho Papa (orgs.)** – São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

SNJ, Secretaria Nacional de Juventude. Sobre a Secretaria. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/sobre-a-secretaria/view>. Acesso em 25 de julho, 2014

UNESCO. Creative Economy Report: Widening Local Development Pathways. Unesco, 2013. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/pdf/creative-economy-report-2013.pdf>. Acesso em 13/02/2014.

ECONOMIA CRIATIVA: MAPEANDO POSSIBILIDADES DE TRABALHO E ARTE

Carla Regina Silva; Marina Sanches Silvestrini; Isadora Cardinalli; Ana Carolina Silva Almeida Prado; Marco Antonio Liu Targa Mancini; Débora Isabele Teixeira
carla.metuia@gmail.com

Instituição financiadora: CNPQ, MEC SESU PROEXT

INTRODUÇÃO

A questão da juventude se tornou uma categoria social importante no Brasil devido sua representatividade numérica no país, como também pela necessidade das implementações de políticas públicas que realmente incorporem a noção do jovem como sujeito de direitos.

A educação e o trabalho são temas centrais para esta população, assim é imprescindível a criação de formas estratégicas factíveis que valorize o jovem protagonizando suas capacidades em meio às adversidades, ressalta-se a inserção desta população no mercado de trabalho, como novas possibilidades de profissionalização a partir de suas potencialidades.

A profissionalização através da arte vem sendo considerada um dispositivo importante, pois promove um sujeito autônomo, uma vez que envolve conteúdos criativos e expressivos dos protagonistas do fazer criativo (BENDASSOLLI E BORGES, 2011). As atividades artísticas e culturais potencializam propostas de inclusão e de participação sociocultural de populações em situação, ou em risco de vulnerabilidade social, assim como, favorecem a atuação na comunidade e na sociedade, nas quais, muitas vezes, os jovens encontram dificuldades de participação, de acesso a centros geradores/produtores de arte e pouca circulação sociocultural (CASTRO e SILVA, 1990).

Almeida e Pais (2012) pontuam uma mudança contemporânea da profissionalização dos jovens através dessas atividades, havendo a formação de novos empreendedores da criatividade e por conseguinte da produtividade.

Mediante a esse contexto, a pesquisa “*Juventude, Trabalho e Profissionalização da Criatividade*” tem como tema central a problemática juventude e sua precária inserção no mercado de trabalho, trazendo como a profissionalização da criatividade como um

caminho para estudar, promover e apoiar o entrelaçar dos jovens no mundo da arte. Objetiva-se possibilitar a ampliação da participação dos jovens, em empreendimentos criativos voltados para a profissionalização e geração de renda, através da arte e cultura. Para tanto, realizou o mapeamento e a identificação de todos os equipamentos da cidade, públicos, privados e do terceiro setor, que ofereçam atividades artístico culturais para jovens; Identificou os grupos e/ou artistas compostos por jovens existentes no município, traçou o perfil e analisou o potencial de profissionalização da criatividade e geração de renda dos mesmos; valorizando o protagonismo juvenil, com o intuito de proporcionar apoio e o fortalecimento à expressão e autonomia do jovem artista que pretende formalizar suas formas de criação; e como ações futuras através da seleção de grupos específicos, formar e capacitar os jovens selecionados em relação a profissionalização técnica, administrativa e empreendedora da arte desenvolvida e definida/escolhida por eles.

MÉTODO

Os métodos são compostos por um conjunto de ações qualitativas e quantitativas executadas por uma equipe transdisciplinar. Até o momento foi realizado o mapeamento dos grupos artísticos e culturais do município de São Carlos – SP, em duas etapas: na primeira foram consultados instituições e serviços do primeiro, segundo e terceiro setor a partir de um roteiro semiestruturado que buscou localizar os grupos artísticos; na segunda etapa, foi realizado o mapeamento, a partir de um Roteiro de Entrevista, identificamos os grupos que eram formados por jovens de 15 a 29 anos e que almejavam a profissionalização da sua arte.

Na segunda etapa, foram realizadas entrevistas com os artistas indicados (dança, música, teatro, circo, artes manuais e visuais), seguindo os critérios de participação, jovens entre 15 e 29 anos, que trabalham com arte na perspectiva da profissionalização, e, com interesse em participar do projeto.

As entrevistas do segundo mapeamento foram gravadas e transcritas para, posteriormente, fazer a identificação e catalogação dos grupos mapeados e análise dos dados. A catalogação dos grupos foi aprovada pelo comitê de ética e pelos próprios grupos através de um termo de consentimento livre e esclarecido.

RESULTADOS

Foi possível observar a gama de serviços ofertados pelo setor público voltada para jovens, totalizando 80% das atividades existentes. Dentre elas 21,1% eram de dança, teatro e artes manuais, 15,7% dedicadas às artes visuais, 10,5% à música e o mesmo percentual para as atividades relacionadas ao circo. Dessas atividades, 60% tinham objetivos educacionais, 40% profissionalizante e 20% relacionado à saúde.

No setor privado, das atividades ofertadas nas escolas e estúdios especializados, escolas de ensino médio e academias, 23,4% eram destinadas à música, à dança e às artes manuais, 14,8% às artes cênicas, 7,5% ao e o mesmo percentual para as artes visuais.

As organizações não governamentais, pontos de cultura, projetos sociais e outros coletivos, apresentaram 58% das atividades destinadas aos jovens, sendo 33% à música e o mesmo para dança, 10% ao circo, 7% destas destinadas às artes manuais, 7% ao teatro e 10% a outros serviços. As atividades do terceiro setor tem finalidades educacionais (57%), 43% demandas sociais, 40% de saúde e 20% profissionalizantes.

Após a primeira etapa de levantamento, teve início a segunda etapa de entrevistas. No setor da música foram realizadas 22 entrevistados, no seguimento da dança 12 entrevistas, cinco na expressão circense já nas artes visuais e manuais 22 entrevistas e no teatro seis.

Foram elencadas dificuldades que os grupos encontram em seu trabalho artístico, como por exemplo: uma desunião ou desorganização das categorias artísticas, a dificuldade de conseguir financiamento ou de saber como consegui-lo através de editais e projetos específicos para obtenção de recursos e a falta de um local próprio de encontro para ensaios e convivência do(s) grupo(s).

Como resposta, foram destacadas as necessidades de ações que favoreçam uma maior organização do próprio grupo, de divulgações adequadas que proporcionassem um reconhecimento do trabalho oferecido, de maior fomento do poder público em relação às políticas culturais e que esse se mostre mais aberto para a escuta e o diálogo com os profissionais.

Com relação aos sonhos, o discurso se alterou para um plano utópico marcado pelo reconhecimento do seu trabalho, de sua arte e conquistar estabilidade.

Ressalta-se ainda, que apesar de todas as dificuldades, o que move os jovens artistas a continuarem desenvolvendo a prática são os afetos, a valorização de si e valor ideológico da arte. No entanto, existe uma lógica de desfavorecimento e falta de incentivo por parte do governo (Federal, Estadual e Municipal) e também pelo setor privado. As maiores dificuldades apresentadas pelos grupos foram desunião da categoria artística, a dificuldade de conseguir financiamento, a falta de infraestrutura e a desvalorização da profissão de artista *medium stream* e em processo no Brasil.

Analisando formas de sanar as dificuldades que os grupos passam, eles apresentam que são necessárias quatro ações concretas: ações que favoreçam uma maior organização do próprio grupo, divulgações adequadas que proporcionassem um reconhecimento do trabalho oferecido, maior fomento do poder público em relação às políticas culturais e que esse se mostre mais aberto para a escuta e o diálogo com os profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho reflete a falta de fomento para a arte e a cultura e a necessidade ainda de criar estratégias para fomentar público que consuma bens culturais, para além dos ressaltados pelo poder midiático ou alavancados pelo mercado globalizado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. I. M.; PAIS, J. M. **Criatividade, juventude e novos horizontes profissionais**. 1º. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2012. 294p.
- BENDASOLLI, P. F; BORGES-ANDRADE, J. E. Significado do trabalho nas indústrias criativas. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 2, p. 143-159, 2011. BRASIL, Conselho Nacional da Juventude- CONJUVE.
- BRASIL, **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações**, 2011 – 2014. Brasília, Ministério da Cultura, 2011.
- CASTRO, E. D. ; SILVA, J. G. Processos criativos e Terapia Ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v 1, n. 2, p. 71-75, Nov. 1990.
- CORROCHANO, M.C; FERREIRA, MARIA, I.C; FREITAS, M.V E SOUZA, R. **Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para políticas públicas**. São

Paulo: Ação Educativa, Instituto ibi, 2008.

SILVA, C. R. **Percursos juvenis e trajetórias escolares:** vidas que se tecem nas periferias das cidades. 2011. 330f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

A profissionalização do lazer e o circuito alternativo dos jovens: a produção fílmica e os coletivos em São Paulo

Eveline Stella de Araujo, doutoranda da Faculdade de Saúde Pública da USP,
evearaujo@usp.br

Paulo Rogério Gallo, Livre-docente da Faculdade de Saúde Pública da USP,
prgallo@usp.br

Resumo:

Este paper evidencia os modos de profissionalização do lazer revelados enquanto temática narrativa e também estratégias de vida, como resultado da análise dos processos de criação do fazer fílmico com jovens (15 a 25 anos) das periferias de São Paulo. Revelado de modo oblíquo a partir da etnografia sobre a produção de filmes e da análise de um banco de curtas-metragens disponível na web.

As práticas que relacionam o lazer à profissionalização na narrativas fílmicas são a do skate, do futebol, das artes circenses, relacionadas com técnicas corporais (Mauss). Também foram encontradas narrativas ligadas às artes como desenho, grafite, música e teatro. No campo das Artes a prática do cinema, a partir do campo etnográfico pesquisado, revela potencialidades de configuração no campo da arte-educação e na formação dos coletivos de comunicação alternativa, que se configuram no continuum entre os territórios real e virtual, evidenciados nas produções de filmes, divulgação na internet e exibição em Festivais, viabilizados em muitos casos por meio de editais. O significado destas opções que poderiam estar associado à falta de oportunidades de emprego e de absorção pelo mercado do trabalho em um primeiro momento, revela-se como uma opção para dar sentido à vida, uma construção alternativa aos sistemas formatados de produção e como modos criativos de desenvolvimento pessoal e coletivo. A formação dos Coletivos no Brasil são uma prática de resistência ao sistema capitalista aciona um circuito, cuja mobilidade é paralela ao mainstream. Esses são estimulados pela política pública Cultura Viva, que visa o incremento da economia criativa como forma de diminuir as desigualdades sociais. Entre as estratégias utilizadas pelos Coletivos para a conquista de novos mercados estão a exploração das potencialidades existentes nos territórios real - de negociações e virtual –, de divulgação e marketing,

para inovar, inventar e ressignificar o campo do trabalho a partir das redes de relacionamentos.

Palavras-chaves: Juventude; Atividades de lazer; Escolha da profissão; Ciências Sociais, Filmes.

“É DE PEQUENO QUE SE TORCE O PEPINO”: RELIGIÃO E ESPORTE COMO ESTILOS VIDA PARA JOVENS

Felipe Magalhães Lins – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

E-mail: feelipelins@gmail.com

Agência Financiadora: CAPES

Hoje, o Brasil é considerado pela grande mídia um celeiro de novos lutadores dessa modalidade de luta e vem se tornando uma referência na área. Refiro-me às artes marciais mistas, mais conhecidas pela sigla MMA (do [inglês](#): *mixed martial arts*) que é estilo de luta que inclui tanto [golpes](#) de [combate em pé](#) quanto técnicas de luta no chão. Vitor Belfort, Wanderlei Silva, Anderson Silva, e os irmãos "Minotauro" e "Minotouro" Nogueira são alguns dos lutadores brasileiros mais conhecidos no cenário mundial. Os expectadores brasileiros adotaram a prática de assistir às disputas desse esporte de tal forma que ovacionam os lutadores quando os mesmos surgem no televisor durante as lutas.

Ser jovem também é, sem dúvida, um marcador de diferença muito valorizado nesse campo. A grande promessa para aqueles jovens que decidem ingressar nessa profissionalização reside na esperança de seu uso como via de ascensão socioeconômica. Assim como no futebol, o sonho de tornar-se lutador está alinhado a um radical plano de mudanças no campo econômico, resultado de uma assinatura de contrato milionário e inúmeros trabalhos publicitários internacionais. Da mesma forma, também é o jovem o chamado grupo de “risco social” foco das principais ações de combate à violência nas grandes cidades. Diferentes projetos de cunho social imbuem-se dessa responsabilidade de “salvar” os jovens da cidade do perigo do crime, colocando em ação algumas ferramentas típicas como a cultura, o esporte, a educação como estratégias preventivas à violência.

Nessa comunicação pretendo apresentar uma das núncias do campo da pesquisa. Trata-se da construção de um projeto social político-religioso com ampla atuação em bairros localizados na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Estou me referindo ao

Ministério Lutando por Vidas (LPV), atividade de cunho social que há vinte anos surgiu no Rio de Janeiro com o objetivo de oferecer aulas de MMA para jovens em “situação de vulnerabilidade social, fazendo com que encontrem no esporte uma vida saudável e proveitosa”. A iniciativa do projeto é de Jorge Luis Silva de Medeiros, mais conhecido como Jorge Turco, 42 anos, pastor evangélico da Igreja Apascentar e bicampeão brasileiro de Kick Boxing que no ano de 1994 resolveu utilizar a arte da luta marcial como uma ferramenta de ação social. Em suas próprias palavras essa oportunidade possibilita “um reencontro desses jovens com a vida social, através da luta e da Palavra do Evangelho”. Jorge, que durante a juventude declarou ter tido envolvimento com o mundo das drogas, afirma ter passado por uma experiência de vida que quase o levou à morte. Hoje, ele gerencia quatorze Centros de Treinamento de MMA distribuídos em academias de ginástica, clubes esportivos, centros sociais e igrejas evangélicas da região. Os alunos ao mesmo tempo em que treinam as técnicas e golpes da luta marcial são instruídos com mensagens e ensinamentos bíblicos do evangelho.

O projeto Lutando por Vidas insere-se em um momento temporal muito específico no país. Nos últimos, anos o cenário da prática de esportes no Brasil tem experimentado mudanças radicais no campo dos ditos esportes de mobilização popular. É inegável que grande parte desse movimento se deve à ao espaço que o MMA tem disputando e conquistado na mídia. Por todo território nacional, centenas de academias oferecem aulas e convidam adolescentes, homens e mulheres a praticar a atividade desportiva. Os espaços e territórios pelos quais as lutas marciais tem se disseminado e oferecido como atividades são os mais diversos: academias de musculação, clubes esportivos, centros sociais de vereadores, espaços comunitários em favelas e equipamentos públicos de lazer para a juventude espalhados pela cidade.

Esse trabalho se propõe a analisar a forma como de lutas marciais de combate tem se entrelaçado nas periferias e favelas da cidade do Rio de Janeiro através de projetos sociais para jovens. Ou, mais além, a forma que essa prática corporal se manifesta sobre a vida de adolescentes e jovens – sejam eles religiosos ou não. O objetivo aqui é apresentar esses diferentes agentes que orbitam sobre esse universo das lutas de MMA. Ou seja, como religião, MMA e juventude estão sendo formulados por um líder religiosos e idealizador de um projeto social.

Neste sentido, parte da pesquisa pretende analisar como se articulam as categorias do “religioso” e “secular” não só no projeto social Ministério Lutando por Vidas, mas nas políticas públicas voltadas para essa população da cidade. A partir desta experiência específica e de seus aspectos relevantes, se faz necessário investigar como o atual projeto de cidade do Rio de Janeiro dialoga com as seguintes categorias: projetos sociais/religiosos; violência e cultura de paz; corpo e salvação.

FORMAÇÃO E TRABALHO ARTÍSTICO: NOTAS PRELIMINARES SOBRE A PROFISSIONALIZAÇÃO DE MÚSICOS(AS) E DANÇARINOS(AS), EM SALVADOR

Ivan Faria (UEFS/UFMG) / Juarez Tarcísio Dayrell (UFMG)

ivanxfaria@gmail.com / juareztd@gmail.com

CNPq / PADCT (UEFS)

Nos estudos brasileiros sobre juventude, a temática da relação educação-trabalho tem uma significativa trajetória de pesquisa (CORROCHANO, NAKANO, 2009). No entanto, por muito tempo o paradigma do trabalho industrial assalariado, de alguma forma encobriu a teorização sobre outras formas (colaborativas), espaços (mercado artístico e de entretenimento) e significados (liberdade, prazer, risco) de atividades laborais (ALMEIDA; PAIS, 2012). Só recentemente têm ganhado maior atenção a discussão sobre a arte como trabalho ou ainda, como profissão (MENGER, 2014). O objetivo da presente comunicação é justamente discutir os processos de formação e inserção socioprofissional de jovens no fluido e instável mundo artístico.

O contexto escolhido para o desenvolvimento dessa pesquisa é a cidade de Salvador, que se destaca por ser uma das capitais com maiores índices de desemprego juvenil do país, marcada historicamente por elevado grau de informalidade em sua economia, mas que ao mesmo tempo tem na economia da cultura (LINGO; TEPPER, 2013), um dos motores do seu desenvolvimento.

A pesquisa em curso tem investigado as condições de profissionalização e inserção social de egressos de duas instituições de formação em dança e música. Ela toma como referência um universo mais amplo de 221 egressos de duas instituições que oferecem cursos profissionalizantes nas áreas de música e dança. Até o mês de setembro de 2014, 67 egressos formados entre os anos de 2007 e 2013, se dispuseram a participar do estudo, constituindo, portanto, uma amostra não probabilística. Os sujeitos foram localizados por meio de redes sociais virtuais e foram convidados a responder a um questionário *online*, a fim de identificar suas experiências de formação e de trabalho. As informações obtidas foram analisadas qualitativamente e os dados numéricos tabulados, utilizando alguns recursos da estatística descritiva (frequências e percentuais), porém sem pretensões de generalização.

Analizando o mundo do trabalho contemporâneo, os acentuados indicadores mundiais de desemprego e de precarização atingem de forma mais contundente a juventude. As escassas oportunidades de inserção profissional tem se concentrado em setores cujo trabalho é marcado pela pouca autonomia, escopo reduzido, fragilidade dos vínculos e alta rotatividade. Entre ser submetido às ocupações precarizadas sob as condições citadas e escolher a carreira artística, a opção pelo trabalho no mundo artístico talvez não pareça desvantajosa.

Particularmente, entre jovens, o mundo artístico se apresenta, muitas vezes, como atraente. As possibilidades de estudar (em cursos técnicos, universitários, de iniciação e aperfeiçoamento), fruir e consumir arte se ampliam. No entanto, quando pensamos na possibilidade de trabalhar com ou viver de arte, a realidade se mostra mais restritiva, uma vez que o mundo do trabalho artístico é marcado pela desregulamentação, a volatilidade e um descompasso entre oferta de mão de obra e oferta de postos de trabalho (MENGER, 2014).

A construção da própria noção de trabalho artístico se mostra como desafio teórico e epistemológico a ser enfrentado. Trabalho é um assunto familiar nas ciências sociais, em estudos sobre ocupações, carreiras, mercados de trabalho, relações contratuais, desemprego, relações entre treinamento e profissionalização, entre investimento em formação e evolução na carreira, mas nas artes, tais análises são mais difíceis, dada a sua própria e incomum natureza. Tempo dedicado à atividade artística, remuneração e identidade com a profissão são elementos importantes para a compreensão de quem seriam os trabalhadores nas artes (BORGES, 2008; MENGER, 2014).

Na pesquisa empírica em curso, os egressos das duas instituições analisadas mostram algumas semelhanças e diferenças importantes. A Escola de Dança “X” oferece o curso técnico em dança, desde 1988 e entre os anos de 2007 e 2013, formou 119 profissionais. Do total de 40 egressos contatados, apenas 4 (13,8%) não estavam trabalhando no momento da pesquisa, sendo que 15 (51,7%) atuavam apenas na área artística, 5 (17,2%) conciliam o trabalho artístico com outras atividades, e 5 (17,2%) estão trabalhando em outras áreas, como comunicação, comércio ou eletrônica. A maioria (62,1%) deles tem na atividade sua principal fonte de renda. Dos 9 (31%) que tem trabalho com carteira assinada, apenas 3 deles estão na área artística, mostrando a escassez de vínculos formais. Além disso, quase 60% desenvolve mais de uma atividade profissional para sobreviver. Quase a metade destes sujeitos (18) desenvolve atividades de docência de dança (13), de *pilates* (4), teatro (1), ginástica e capoeira (1). É crescente também o número de ex-alunos estão se engajando ou criando coletivos e

companhias independentes de dança, nas quais o papel autoral é mais significativo do que entre os dançarinos que atuam em grandes organizações, incluindo grupos internacionais.

A escola desenvolve também um importante papel de formação de redes de apoio para egressos, oferecendo não apenas o espaço físico para ensaios, como também intercâmbio de informações, convites e divulgação de oportunidades de trabalho entre professores(as), alunos(as) e ex-alunos(as), cujo principal exemplo é o grupo criado no *facebook*, com mais de 6.000 membros.

A outra instituição, o Centro Estadual de Educação Profissional “Y”, foi criado há quase 10 anos, oferecendo inicialmente apenas o curso técnico em instrumento musical, mas posteriormente criou também as habilitações em regência e documentação musical, formando 108 profissionais, entre 2008 e 2013.

Dentre os egressos dos cursos de música do Centro “Y”, 27 deles foram contatados, sendo que 5 deles (18,5%), não estavam trabalhando no momento da pesquisa, esse percentual se repete para quem trabalha em outras áreas ou concilia o trabalho artístico com outras ocupações. Quase a metade deles (44,4%) trabalha apenas na área artística, e apenas 33% tem o trabalho com arte como principal fonte de sustento, percentual bastante inferior aos 60% encontrado na escola de dança. Apenas 22% deles possui algum contrato estável de trabalho.

Um número expressivo de profissionais da música, 37,5% trabalham com algum tipo de atividade educativa, sendo que 12 lecionam em escolas e projetos sociais e 5 dão aulas particulares. Nessas atividades educativas predominam os trabalhos comoicineiros, muitas vezes com limitada infraestrutura e condições de trabalho próximas do voluntariado, dada as baixas remunerações. Apenas quatro deles (14,8%) desenvolvem regularmente o trabalho como músicos autônomos.

Tais dados desmistificam um pouco a “aura” que recobriria o trabalho do artista, que tomam os casos de sucesso profissional como referência, mostrando que lidar com a incerteza de reconhecimento e remuneração e as desigualdades de rendimento. E não apenas isso, implica lidar com a complexa articulação entre a organização empresarial e as políticas públicas do setor, a organização do trabalho artístico e técnico, o cultivo de plateias e a criação de novos públicos (MENDER, 2014).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; PAIS, José Machado. **Criatividade, juventude e novos horizontes profissionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p.210-258.

BORGES, Vera. Artistas, Organizações e Mercados de Trabalho Artísticos: Do Teatro para os Outros Mundos da Arte. In VILLAVERDE, Manuel et al (eds.). **Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 523-538, 2008.

CORROCHANO, Maria Carla; NAKANO, Marilena. Jovens e trabalho. In: SPOSITO, Marília (coord.) **O estado da arte sobre juventude na pós graduação brasileira: educação, serviço social e Ciências Sociais (1999-2006)**. Belo Horizonte: Ed. Argumentum, 2009.

LINGO, Elizabeth; TEPPER, Steven. Looking Back, looking forward: arts-based careers and creative work. **Work and Occupations**. v.40, n.4, p 337 - 363, 2013.

MENGER, Pierre-Michel. **The economics of creativity: art achievement under Uncertainty**. Cambridge; London: Havard University Press, 2014.